



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

VERALÚCIA PIMENTA DE MOURA

**“SERÁ QUE AS CRIANÇAS DA FAMÍLIA BRAGA SÃO ENSINADAS A CAPINAR OU
APENAS APRENDEM ASSIM, DO NADA?”
ETNOGRAFIA DA APRENDIZAGEM DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS EM UMA
COMUNIDADE TRADICIONAL DO ESTADO DE GOIÁS**

GOIÂNIA - GO
Maio 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

VERALÚCIA PIMENTA DE MOURA

3. Título do trabalho

SERÁ QUE AS CRIANÇAS DA FAMÍLIA BRAGA SÃO ENSINADAS A CAPINAR OU APENAS APRENDEM ASSIM, DO NADA? ETNOGRAFIA DA APRENDIZAGEM DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS EM UMA COMUNIDADE TRADICIONAL DO ESTADO DE GOIÁS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana De Oliveira Dias, Professora do Magistério Superior**, em 27/05/2025, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Veralúcia Pimenta De Moura, Usuário Externo**, em 24/07/2025, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5323493** e o código CRC **D8EEB7DC**.

Referência: Processo nº 23070.022042/2025-30
5323493

SEI nº

VERALÚCIA PIMENTA DE MOURA

**“SERÁ QUE AS CRIANÇAS DA FAMÍLIA BRAGA SÃO ENSINADAS A CAPINAR
OU APRENDEM ASSIM, DO NADA?”
ETNOGRAFIA DA APRENDIZAGEM DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS EM UMA
COMUNIDADE TRADICIONAL DO ESTADO DE GOIÁS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana de Oliveira Dias.

GOIÂNIA - GO
Maio 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Moura, Veralúcia Pimenta de

“Será que as crianças da família Braga são ensinadas a capinar ou aprendem assim, do nada?”: Etnografia da aprendizagem de práticas agrícolas em uma comunidade tradicional do Estado de Goiás [digitalizado] / Veralúcia Pimenta de Moura. 2025.
CXLIII, 143 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luciana de Oliveira Dias.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Anexos.

Inclui lista de figuras.

1. aprendizagem situada. 2. abordagem ecológica. 3. criatividade. 4. práticas agrícolas. 5. comunidade tradicional. I. Dias, Luciana de Oliveira, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 003/25-D da sessão de Defesa de Tese de VERALÚCIA PIMENTA DE MOURA, que lhe confere o título de Doutora em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos vinte e sete dias do mês de maio de 2025, às 14:00 horas, em sessão híbrida realizada via webconferência, realizou-se a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de VERALÚCIA PIMENTA DE MOURA, intitulada “SERÁ QUE AS CRIANÇAS DA FAMÍLIA BRAGA SÃO ENSINADAS A CAPINAR OU APENAS APRENDEM ASSIM, DO NADA?” ETNOGRAFIA DA APRENDIZAGEM DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS EM UMA COMUNIDADE TRADICIONAL DO ESTADO DE GOIÁS. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: Luciana de Oliveira Dias (PPGAS/UFG – presidenta e orientadora); Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (membro externo – DAN/UnB); Eduardo Di Deus (membro externo – FE/UnB); Luciene de Oliveira Dias (membro interno – PPGAS/UFG) e Luis Felipe Kojima Hirano (membro interno – PPGAS/UFG). A candidata apresentou seu trabalho, foi arguida pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído à doutoranda o seguinte resultado: aprovada pelos seus membros. Reabertos os trabalhos, a presidenta proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ela e os/as demais integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Luciana De Oliveira Dias, Professora do Magistério Superior**, em 27/05/2025, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Kojima Hirano, Professor do Magistério Superior**, em 28/05/2025, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciene De Oliveira Dias, Professora do Magistério Superior**, em 29/05/2025, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos, Usuário Externo**, em 05/06/2025, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Di Deus, Usuário Externo**, em 17/06/2025, às [13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo= informando o código verificador **5323451** e o código CRC **EA876108**

Referência: Processo nº 23070.022042/2025-30

SEI nº 5323451

Para Stan Grof

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a cada um e cada uma da família dos Braga da Pontezinha, adultos, jovens e crianças. Aprendi e continuo aprendendo todos os dias com eles, tanto para traduzir depois os seus conhecimentos e modo de ser em teorias científicas diversas, como para utilizar a sabedoria dos nossos ancestrais para modificar o meu próprio jeito no que prejudicava a minha relação com os outros. Neste momento quero agradecer especialmente aos que me concederam entrevistas para o trabalho desta Tese, se deixaram fotografar e me cederam fotos dos seus acervos pessoais.

Sou grata também à Associação da Comunidade da Pontezinha, a CORPO, parceira nesta pesquisa. Assim que tiver um link para baixar o documento vou compartilhar no grupo do WhatsApp. Espero que as histórias registradas sirvam de alguma maneira para o reconhecimento das terras dos que ainda não possuem o título e de alerta para maior consideração e zelo dos futuros empreendedores que chegarem com projetos para a região. Que sejam honestamente avaliados todos os danos que podem impactar negativamente a Comunidade e o Meio Ambiente ampliado onde vivemos.

Quero agradecer ao CNPq (Fundação pública de fomento de pesquisa e desenvolvimento científico do Brasil) pela bolsa de estudos que me concedeu em 1990 e que se estendeu até janeiro de 1995. Por razões que constam de um dos itens deste documento, considero que a etapa que estou concluindo agora teve origem lá atrás, com aquele projeto e compromissos que assumi com a Instituição. A vida me possibilitou chegar até aqui, em 2025, com o coração grato às pessoas que me acolheram na realização da antiga e desta nova empreitada. Me ateno, entretanto, no que se refere aos agradecimentos às pessoas, somente a este último episódio, para não me estender muito nesta página inicial.

Assim sendo, agradeço, primeiramente, ao PPGAS da UFG, nas pessoas do professor Carlos Eduardo Henning e das professoras Mônica Pechincha e Janine Nolasco (*in memoriam*) que compuseram a banca do exame de admissão ao Programa, em 2021. O fato de conhece-los pessoalmente facilitou a nossa comunicação, num período em que eu estava ainda muito atrapalhada com os encontros virtuais que se tornaram necessários devido à pandemia da COVID 19.

Nesta primeira leva incluo também Janete Pereira Braga, como eu moradora da Pontezinha, que me abriu as portas da sua casa e me cedeu espaço e internet para fazer as provas com tranquilidade. Foi lá também que participei, uma vez aprovada, das primeiras aulas da Pós-

Graduação. Obrigada, Janete e sua família, pela gentileza e paciência comigo. Na sequência, e pelo mesmo motivo, agradeço a Célia Botelho Braga e Magna Pereira Braga.

E por falar em gentileza e paciência comigo, quero agradecer ao Senhor Marcelo Rizzo, Secretário do PPGAS/UFG, que sempre me lembrou dos prazos das inscrições e matrículas e que finalmente tinha que fazer tudo ele mesmo, porque eu sempre deixava passar a data! Obrigada, Marcelo, prometo que não vou me atrasar para encaminhar à Secretaria o que for necessário para a expedição do Certificado, uma vez cumprida a aprovação nesta etapa da Defesa da Tese.

A professora Luciana de Oliveira Dias já estava comigo no meu Mestrado na UFG. Portanto, quando ela se dispôs a me orientar no Doutorado, tratei logo de mandar o seu nome para o Marcelo. Em pouco tempo percebi que a que era simplesmente a minha Orientadora tinha passado a ser a “minha ÔRÍ”, como passei a chama-la.

Isto por causa do filme ÔRÍ (Raquel Gerber, 1989), que Luciana nos mostrou em uma de suas aulas, ainda no Mestrado, mas não só. Fui descobrindo que ela, assim como Beatriz Nascimento, é uma mulher Atlântica, por causa da sua trajetória de afrodescendente empenhada em trazer para a consciência a realidade da diáspora africana nas nossas vidas, indicando o caminho seguro para esta travessia a outras mulheres negras, sendo, portanto, uma autêntica iniciadora.

O que eu não sabia é que a menina que existe em mim e que recebeu um programa a ser obedecido justamente por ser menina, também ansiava por uma ajuda para fazer uma travessia cujo destino era o Doutorado, que carregava com ele outros anseios, inclusive o do auto reconhecimento da sua ancestralidade africana. Foi aí que a minha ÔRÍ se vestiu de xamã e na dialética do nosso encontro, trouxe para fora a criança que estava atravessada na minha barriga: uma vitória para nós duas, quando a minha cabeça se articulou finalmente com o destino do meu ser primeiro; um “processo complexo”, que sem Luciana não teria sido possível. Gratidão, minha ÔRÍ-Xamã, precisando de mim para algum parto difícil desses é só me chamar que eu vou.

Em tempo, agradeço também à minha ÔRÍ todo o trabalho extra que ela dedicou a editar, formatar e revisar a gramática do meu texto final!

Quero agradecer à professora Luciene de Oliveira Dias e ao professor Luís Felipe Hirano, da UFG e aos professores Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos e Eduardo Di Deus, da UnB, que compuseram a Banca do meu Exame de Qualificação em 2024. Eles leram um apanhado muito ruim das minhas ideias iniciais, mas mesmo assim encontraram ali material para discutir e enriquecer com as suas considerações. Foi um recuo aos seus questionamentos

que me fez produzir este texto. Sou muito grata igualmente à professora Luciene e à professora Suzane (Suplente) e aos professores Carlos, Eduardo e Luís Felipe por terem aceitado voltar para mais uma conversa e participação na Banca de Defesa da Tese.

Gostaria muito que o nosso Doutorado tivesse sido presencial e que os da turma do doutorado 2021 pudéssemos ter nos conhecido melhor em “conversas jogadas fora” nos intervalos das aulas no bonito Campus da UFG. Ainda assim quero agradecer a todos e a todas pelo que pudemos compartilhar nas aulas pelo sistema remoto e desejar que já tenham concluído as respectivas teses e que estejam bem.

Quero agradecer ao Coletivo Rosa Parks, onde estou desde que foi fundado, por me deixar atualizada com notícias dos eventos, cursos, concursos, manifestações programadas, artigos publicados, novos e antigos e tudo mais que as Rosas compartilham ali sobre o feminismo negro. Tenho um orgulho imenso de pertencer a este Coletivo, embora colabore muito pouco publicando mensagens.

Os meus agradecimentos se estendem também ao Studio Patrícia Bueno, em especial às professora Patrícia e Aninha, do Pilates e às colegas Luse, Sônia e Beth, pelos nossos encontros para cuidar do corpo nas aulas online às Terças e Quintas feiras.

A professora Rosana de Moraes Borges Marques, do CAAE (Comissão de Avaliação para Apreciação Ética) foi uma pessoa que conheci devido aos apertos que eu estava passando com a aprovação do meu Projeto no CEP (Conselho de Ética e Pesquisa), da UFG. Depois de um atendimento personalizado, ela tornou tudo fácil e possível. Fiz a minha parte, com a orientação dela, e o projeto foi aprovado. Obrigada, professora, se não fosse a sua disposição em me ajudar eu talvez não estivesse aqui, me preparando para a Defesa de Tese.

Quero agradecer aos irmãos Ézio e Aécio e aos cunhados Jahudeir e João Rodolfo, bem como às sobrinhas e aos sobrinhos, às sobrinhas netas e aos sobrinhos netos que compõem a família de muitos sobrenomes e lugares à qual pertenço. Ela se reorganiza e se renova a cada dia, mas continua sendo a minha referência e tem lugar garantido no meu coração.

Agradeço aos não humanos cachorros, gatos e galinhas que ocupam comigo a casa e o quintal, respirando o mesmo ar e tomando a mesma água, aos animais silvestres e passarinhos, ao Cerrado, à Mato Ciliar, à Mata de Galeria, enfim, a tudo que compõe o bioma Cerrado onde vivemos, pela vida sempre surpreendente que compartilhamos neste subsistema da Mind maior.

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais alegre ainda no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito – por coragem. Será? Era o que eu às vezes achava. Ao clarear do dia (João Guimarães Rosa, *Grande Sertão Veredas*, [1956] 2006, p. 318).

No caminho da roça, os pássaros continuavam com suas cantigas, comemorando a fartura que haviam encontrado ao colher os frutos das árvores. Eles também nos contavam sobre outras vidas que passavam por perto naquele momento, fosse por uma questão de segurança e proteção ou apenas anunciando que o ambiente estava sendo ampliado com mais presenças. Essas são memórias recorrentes, para as quais eu volto sempre que encontro um obstáculo na minha caminhada. É onde me reanimo e é de onde sou novamente remetido, agora com uma força maior, que ultrapassa os obstáculos e dá continuidade ao percurso (Antônio Bispo dos Santos, *A terra dá, a terra quer*, 2023, p. 1).

RESUMO

Esta tese trata da aprendizagem de práticas agrícolas no cotidiano da comunidade tradicional rural dos Braga da Pontezinha (Santo Antônio do Descoberto, Goiás) e de uma reflexão teórica a partir dos conceitos de “aprendizagem” em Bateson (1977, 1988, 2008) e “criatividade” em Wagner (2010). A “abordagem situada” da aprendizagem segundo Lave (1991, 2015) e Lave e Wenger (1991), além da “perspectiva ecológica”, holística/sistêmica de Bateson (1977, 1988, 2008), foram as argumentações utilizadas na análise e discussão dos achados etnográficos. Em decorrência das mesmas escolhas teóricas, a fundamentação metodológica teve na etnografia o seu principal modo de investigação, pois possibilitou uma vivência crítica da relação intersubjetiva e a “imersão em campo”, de acordo com a noção de Strathern (2014), no decorrer da nossa atividade. As observações e demais informações que compõem o material de campo descrito foram obtidas em conversas e entrevistas não estruturadas, mas estruturantes, com interlocutores daquela comunidade, jovens e adultos. Para compor esta tese que segue agora, foram realizados também registros em gravações, fotos e vídeos, além das anotações no meu diário pessoal. Um dos principais achados etnográficos é o de que o aprendizado se realiza no contexto cultural, estando este diretamente relacionado a um fazer/saber (nesta ordem) que ocupa o cerne da cultura específica, conferindo sentido à uma “aprendizagem situada”.

Palavras-chave: aprendizagem situada, abordagem ecológica, criatividade, práticas agrícolas, comunidade tradicional.

ABSTRACT

This thesis deals with the learning of agricultural practices in the daily life of the traditional rural community of Braga da Pontezinha (Santo Antônio do Descoberto, Goiás) and a theoretical reflection based on the concepts of “learning” in Bateson (1977, 1988, 2008) and “creativity” in Wagner (2010). The “situated approach” to learning according to Lave (1991, 2015) and Lave and Wenger (1991), in addition to the “ecological perspective”, holistic/systemic of Bateson (1977, 1988, 2008), were the arguments used in the analysis and discussion of the ethnographic findings. As a result of the same theoretical choices, the methodological foundation had ethnography as its investigation mode, which enabled a critical experience of the intersubjective relationship and “field immersion”, according to Strathern’s (2014) notion, during our activity. The observations and other information that make up the field material described were obtained in unstructured but structuring conversations and interviews with interlocutors from that community, young people and adults. To compose this thesis that follows, recordings, photos and videos were also made, in addition to notes in my personal diary. One of the main ethnographic findings is that learning takes place in the cultural context, which is directly related to a doing/knowing (in this order) that occupies the core of the specific culture, giving meaning to “situated learning”.

Keywords: situated learning, ecological approach, creativity, agricultural practices, traditional community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O Pau Ferro ainda frondoso-----	42
Figura 2 - O Pau Ferro já desfolhando-----	43
Figura 3 - A mudinha na janela, crescendo-----	44
Figura 4 - Mapa do município de Santo Antônio do Descoberto -----	68
Figura 5- Detalhe ampliado da Imagem 4-----	69
Figura 6 - Ampliação da região descrita na Imagem 5-----	69
Figura 7 - Pontezinha-----	70
Figura 8 - A cascavel em lugar limpo-----	75
Figura 9 - Duas cobras encontradas no mesmo dia e no mesmo local -----	75
Figura 10 - O Kaio e o pai Abel limpando a roça do Sítio João de Barro -----	80
Figura 11 - O Kaio no dia da sua Formatura no Ensino Fundamental -----	84
Figura 12 - Mutirão de limpeza do quintal de da roça da Vivaldina Pereira Braga-----	86
Figura 13 - Vilma Pereira Braga de Souza na varanda da casa nova dela -----	91
Figura 14 - José Pedro de Souza, na varanda da casa da nora Vilma -----	93
Figura 15 - Zé Pedro na horta que ele plantou em 2025 -----	94
Figura 16 - Como estava o Cemitério antes da limpeza em outubro/2023-----	100
Figura 17 - Mutirão de limpeza do Cemitério com enxadas em abril de 2023 -----	101
Figura 18 - Mina d'água que abastece a caixa de 6mil litros do Sítio João de Barro -----	102
Figura 19 - Vista do mutirão na casa da Biga-----	108
Figura 20 - Café da manhã no mutirão da casa da Biga -----	109
Figura 21 - Abigail (casaco amarelo) e outras pessoas na varanda da sua casa -----	109
Figura 22 - Almoço servido no mutirão da casa da Biga-----	110
Figura 23 - Hora do almoço e encerramento do mutirão da casa da Biga-----	110
Figura 24 - Adriel e Kaio do Ismar passeando a cavalo no domingo de manhã-----	111
Figura 25 - A capa do livro de Lave e Wengler com a orquestra-----	119
Figura 26 - Pau ferro renascendo do que sobrou da primeira árvore-----	120
Figura 27 - Outra vista do mesmo pau ferro-----	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
De qual “Natureza” você está falando, afilhado?.....	16
Trajectoria da pesquisa.....	21
Trajectoria da pesquisadora.....	24
Sobre objetivos e fundamentação teórica.....	28
Fundamentação metodológica.....	34
CAPÍTULO I: Introdução ao pensamento de Bateson sobre “aprendizagem” e ao de Wagner sobre a “criatividade”.....	38
1. 1 Bateson: “Como nós sabemos o que nós sabemos”?.....	38
<i>1. 1. 1 Os primeiros passos, os tropeços</i>	<i>38</i>
<i>1. 1. 2 Por onde começar?.....</i>	<i>41</i>
<i>1.1. 3 Um pouco sobre a história do nascimento da cibernética.....</i>	<i>46</i>
<i>1. 1. 4 O funcionamento dos termostatos e o que Bateson aprendeu com os Iatmul. A distinção entre “variáveis” e “parâmetros”</i>	<i>48</i>
<i>1. 1. 5 A cibernética de 2ª ordem ou “a cibernética da cibernética” segundo Von Foerster.....</i>	<i>50</i>
<i>1. 1. 6 Segundo passo em direção a uma Teoria da Aprendizagem em Bateson.....</i>	<i>51</i>
<i>1.1. 7 Exemplos de aprendizagem de não humanos, humanos e máquinas</i>	<i>53</i>
1. 2 Wagner	55
<i>1. 2. 1 Contexto em Wagner</i>	<i>56</i>
<i>1. 2. 2 Sobre a necessidade de redefinir a relação Antropóloga x “nativos”.....</i>	<i>57</i>
<i>1. 2. 3 A vinda de Wagner ao Brasil em 2011 e o encontro com indígenas na Amazônia.</i>	<i>61</i>
<i>1. 2. 4 A dialética e a reflexividade em Wagner.....</i>	<i>63</i>
<i>1. 2. 5 A comunicação em Wagner.....</i>	<i>63</i>
<i>1. 2. 6 A imersão simultânea em dois mundos e a sobrevivência da Antropologia.....</i>	<i>64</i>
CAPÍTULO II: A “criatividade” dos Braga da Pontezinha.....	65
2. 1 Os Braga da Pontezinha (mais detalhes da saga dos Pereira Braga até chegar à Pontezinha no Anexo I deste texto).....	67
2. 2 “Vivendo em dois mundos”.....	70
2. 3 O comprometimento com as relações sociais em campo e a imersão	71
2. 4 A arte de sobrevivência na roça.....	74

2. 5 A “aprendizagem de matar cobra”.....	77
2. 6 Considerações finais sobre o Capítulo II e um retorno à questão problema.....	79
CAPÍTULO III: Aprendendo a ser autônomo com o manejo da enxada: memórias dos adultos de quando eram criança.....	87
3. 1 “Ir acostumando o corpo” (Abel, 2022).....	88
3. 2 Etnografia é isto mesmo.....	90
3. 3 “Tormento que tem na cidade é muito grande” (Abel, 2023).....	95
3. 4 “Aprendendo a ganhar responsabilidade e tudo” (Ismar, 2023)	96
CAPÍTULO IV: Enxada ou roçadeira?.....	98
4. 1 O que é que está acontecendo?.....	101
4. 2 Eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação (2024).....	104
4. 3 Depois da mudança da Presidência da Associação.	107
4. 4 Como interpretar a estabilidade da Comunidade dos Braga da Pontezinha.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122
ANEXO I - Pontezinha: Terra de Herdeiros, território dos Pereira Braga.....	126
ANEXO II - Imagem do Registro Paroquial N° 52 de 1857.....	139
ANEXO IIIa – Imagem do documento da partilha contemplando Calvina Pereira Braga e Samuel Gomes – primeira página.....	140
ANEXO IIIb – Imagem do documento da partilha contemplando Calvina Pereira Braga e Samuel Gomes - segunda página	141
ANEXO IV – Imagem da Portaria nº 90 de 1990 do IBAMA que cria a RPPN João de Barro na área rural do Município de Santo Antônio do Descoberto, Goiás.....	142

INTRODUÇÃO

De qual “Natureza” você está falando, afilhado?

E hoje mais cedo, por volta das 6 horas da manhã, olhei para fora pela porta da cozinha que dá na varanda e vi que posso sim, escrever os capítulos que faltam, fechar o texto da tese e entregar no prazo estipulado pelo PPGAS (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Lá fora o dia despontava “more real than real”,¹ luminoso, surreal. A percepção da beleza do amanhecer me veio ao mesmo tempo que o pensamento: “Vou conseguir”. E como, se carrego uma admoção do meu grupo familiar, específico para meninas, estabelecendo que “Doutorado? Não!”?

Mas esta não é a única situação paradoxal na minha vida, com implicações óbvias no que estou fazendo “aqui e agora”: escrevendo, já no tempo da prorrogação, a minha tese de Doutorado.

Desde o ano de 2011, quando decidi estudar os Braga da Pontezinha, e delimito o meu campo de pesquisa como sendo da porteira da entrada do Sítio João de Barro, onde moro, para fora, tenho vivido momentos conflitantes. Como me situar em campo se vivo na mesma área rural que eles, compartilhando de muitas das situações do cotidiano deles, há cerca de 30 anos? Considero paradoxal no sentido de que é contraditório, pois se estudo os Braga e estou junta e misturada com eles, vou ter que me estudar a mim mesma. Como estudá-los me separando deles? Me separando de mim?

Foi, no entanto, a experiência de vida com eles, além de muitas leituras e reflexões, que me mostraram o caminho para resolver este imbróglio. A exploração de novas trilhas teóricas e metodológicas finalmente me deram o aval que eu buscava para prosseguir na observação do mundo desse “outro” muito próximo a partir de uma perspectiva sugerida por eles próprios, e tudo acabou dando certo.

¹ Me lembro de ter dito isso ao Stan (Stanislaw Grof), no meu inglês de vocabulário limitado, em um dos últimos workshop que fiz para Certificação em HB, (Holotropic Breathwork, a Respiração Holotrópica). Eu relatava a minha experiência da “respiração”, que é um método simples desenvolvido por ele e por Cristina Grof, no Instituto Esalen, Califórnia, EUA, nos idos de 1973. Através dele as pessoas podem “acessar” o estado que ele chama de “não ordinário de Consciência” (NOSC). Foi neste estado que eu disse ter visto cenas da Natureza “mais reais do que a realidade”, eu própria dentro da cena e observando, com corpo e mente integrados com o que via. Stan Grof, que é Psiquiatra, começou os seus trabalhos utilizando drogas psicodélicas para tratamento de seus pacientes até que estas terapias foram proibidas e ele buscou outras possibilidades de se chegar ao mesmo estado. Foi através dele que fiquei conhecendo o Bateson pessoa, pois este viveu em Esalen os seus últimos dias. Stan costumava ilustrar as suas palestras com lembranças de suas conversas com ele.

Ainda agora, por exemplo, às 15 horas do dia 10/12/24, conversava com o meu sobrinho e afilhado João Victor, advogado, morador de Goiânia, pelo WhatsApp. Isso ao mesmo tempo em que me vestia para ir à Igreja deles,² os Braga, para o velório do filho mais novo (42 anos) da Etelvina e do Artênio, que faleceu subitamente.

Há muito tempo não via a Etelvina. O Artênio, que está com mais de 90 anos, nem veio ao velório, devido a problemas de saúde. Eles foram ficando velhos e eu também e os nossos Sítios ficam longe um do outro. Mas assim como D. Jovina, de quem volto a falar mais adiante, eles foram muito importantes na confecção da genealogia dos Braga para a minha monografia da Graduação, em 2014-2015. Os dois juntos sabiam os nomes de todos, tanto dos mais velhos quanto dos mais novos. O que um deles não se lembrava o outro completava, como num jogo.

O Artênio também me ajudou muito no processo de Usucapião de Sítio João de Barro sendo testemunha a meu favor. Ele é o filho mais velho de Samuel Gomes e Calvina Pereira Braga, de quem comprei as terras.

Pois bem, o João me dizia que tem pensado cada vez mais em ficar junto da Natureza, em vir morar em um lugar como este onde vivo. “De qual “Natureza” você está falando, meu querido?”, pensei, mas não perguntei. Como explicar para ele que, tirando da minha experiência do “viver aqui”, o “ficar junto da natureza” é também se encontrar com os Braga?

“Veja você”, poderia ter dito, mas não disse, “esta Tese é sobre os Braga, sobre o “como eles sabem o que eles sabem”, (parafrazeando Bateson, que se perguntou “How we know what we know?” (@insights6835 no YouTube), a partir da pergunta inicial de como é que as crianças aprendem a capinar. Mas chegar até ao Doutorado falando sobre eles só foi possível porque a minha maneira de encarar a Natureza mudou muito no decorrer dos anos. Sim, sobrinho, viver na Pontezinha, junto à Natureza, inclui os Braga também”.

As mudanças começaram quando, em um dado momento do nosso convívio, percebi o quanto estávamos separados e entendi que assim não era viver na Pontezinha.

O verbo está no passado porque agora continuamos diferentes, mas não estamos mais separados. Disse “estávamos separados” no passado devido às nossas divergências sobre a caça de animais silvestres, que a vida cuidou de resolver. Houve um tempo em que a Bióloga,³ eu,

² Digo “Igreja deles” me referindo à Igreja IPI porque a que vou para assistir as Missas 1 vez por mês é outra, é a Igreja Nossa Senhora Aparecida, que fica a uns 8 km aqui de casa, na região rural colada à Pontezinha chamada Santo André (também conhecida como “Beira da pista”, devido à sua proximidade com a BR 060). Mas em muitas outras ocasiões especiais da Comunidade frequento também à Igreja IPI da Pontezinha.

³ A primeira coisa que fiz depois que me mudei definitivamente para a Pontezinha foi registrar junto ao ICMBio uma parte da terra como RPPN, Reserva Particular do Patrimônio Natural (Anexo IV deste texto).

não admitia que eles entrassem na “minha” reserva, a RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) João de Barro (Anexo IV), para caçar.

Isso foi nos idos do ano 2000, quando a construção de uma barragem no Rio Corumbá em região próxima a Luziânia, Goiás, começou a encher os rios Descoberto e Areias, que margeiam a Pontezinha a Leste e ao Sul e a inundar as matas ciliares (na época ainda existentes), e as matas de galeria (que também existiam). Os animais silvestres foram tentando escapar pelos corredores de mato, em mosaico: uma nesguinha de nada aqui e outra ali, entre as áreas cercadas de pastos, matas e moradias dos residentes das Fazendas, Sítios, Chácaras. O meu Sítio, onde estão aproximadamente 7 alqueires de reserva vegetal de várias categorias, desde capoeira, cerrado nativo, cerrado secundário, mata de galeria a mata ciliar, constituía um destes corredores.⁴

Pois bem, aquele homem de 42 anos ali no caixão é o mesmo menino que quando tinha 18 anos, naquele tempo do enchimento da barragem, eu gritei com ele e outro da mesma idade que estavam na Rodagem,⁵ do lado de lá da cerca que separa o Sítio desta estrada. Estavam, portanto, fora dos meus domínios: “Não quero que vocês entrem aqui!” (Vera). Eu não os conhecia e os confundi com outros que faziam parte de um grupo que vinha caçar e apanhar ovos de passarinhos para comercializar, o que não vem ao caso agora, pois não justifica o que fiz.

Hoje participo do seu velório porque me senti incluída entre os que devem e querem se despedir dele. É isso, sinto o seu falecimento como todos que estão reunidos na Igreja. E como lidar com uma realidade objetiva tão chocante, algo inesperado, que ninguém acredita? Só mesmo juntos, num mesmo sentimento, num culto em sua homenagem.

O ritual consiste na fala sobre passagens da bíblia ou relato de eventos relacionados à vida do Wesley, por pastoras e pastores de Brasília e do entorno, onde vivem alguns parentes dele e onde ele próprio residia, ressoando pelo microfone para uma Igreja lotada de parentes e amigos.⁶ Entre uma pregação e outra, os hinos ecoam uníssonos, cantados por todos, como se tivessem sido ensaiados. Só então, na medida do desenrolar do Culto, os corpos vivos vão sendo sacudidos do torpor em que se encontravam e aceitam, lágrimas descendo pelo rosto, que o

⁴ Disse “constituía” porque com a chegada da soja na região as maiores fazendas onde ainda havia algum mato foram empreitadas para eles. Cheguei até lá para conversar com o gerente deles quando estavam fazendo “a limpeza do terreno”. No mesmo dia o chefe veio aqui em casa, e fiz uma exposição fundamentada na minha experiência com a Reserva sobre a necessidade da preservação dos corredores ecológicos, mas não adiantou. Recebi uma resposta que achei que era um **sim**, mas na verdade foi um **não**.

⁵ A Rodagem é a via de terra mais larga que liga a BR 060, passando pela Pontezinha, a Santa Rosa e Santa Marta, há uns 50 km daqui do Sítio e da Escola Municipal da Pontezinha (Figuras 6 e 7).

⁶ A Igreja IPI da Pontezinha possui duas edificações, sendo uma a Igreja propriamente dita, com 162 metros quadrados e a outra o salão de festas, com 396 metros quadrados. Como naquele dia tinha muita gente, parte das pessoas ficaram do lado de fora e neste salão anexo.

corpo morto que trouxeram numa van da Funerária é sim o do meu filho, do meu irmão, tio, primo, pai, marido, vizinho. O luto continua, por certo por mais um tempo, mas o primeiro passo foi dado: abrir o coração, de mãos dadas com a comunidade, para a dor da perda.

Depois daquele dia na Rodagem, como relatei acima, aquele menino nunca mais vi, mesmo tendo ele duas das suas irmãs casadas com filhos da Dona Jovina, moradoras ali do outro lado da estrada de chão para onde abre a porteira daqui de casa, e que serve aos nossos Sítios. Não sei se ele evitava se encontrar comigo ou se vinha pouco aqui para estes lados.

Soube depois que ele visitava frequentemente os pais, que como disse acima, moram mais longe. E que mesmo sendo o mais novo, tornou-se o administrador da terra deles, depois que os Etelvina e Artênio passaram a depender da ajuda dos filhos. Quando vinha, não saía para a casa dos outros parentes.

Pois bem, os conflitos comigo e com a RPPN duraram até que tudo se acalmou com a quase extinção dos animais e o enchimento do lago Corumbá IV. Os anos foram passando, as *pirraças* à minha pessoa depois que ofendi os meninos Braga, na conotação de resistência que atribui a esta palavra Suzane Vieira (2015, p. 23-24), não existem mais. As minhas reações a elas de moradora enfurecida que se tornou Antropóloga anos mais tarde, perderam o sentido.

Foi um marco importante viver com eles a experiência da criação de uma nova realidade devido ao falecimento do Wesley, através de um velório do jeito que eles costumam fazer, com muitos hinos, a pregação de pastores e pastoras, e Igreja cheia. Foi importante pelas reflexões que possibilitou e que estou agora passando para o papel.

A vida segue daqui para a frente sem ele, a quem lamento não ter encontrado antes, num contexto que não tensionasse tanto os nossos conflitos originados pelos meus apegos às nossas diferenças “culturais”. Mas como esta mesma vida que me transformou mudou também a eles, antevejo um futuro compartilhado mais tolerante e tranquilo com os seus parentes Braga.

Para concluir a “conversa imaginada” com o meu afilhado falta ainda dizer:

É por isso que eu acho, João, que vir morar junto à Natureza parece simples, mas não é, porque implica relações não só com o que se convencionou chamar de “meio ambiente”, mas também com as pessoas que nasceram e cresceram aqui, suas crenças e valores, o que acaba tornando a construção recíproca desses entrosamentos algo muito complexo. Trata-se de uma operação que exige atenção para “calibrar” as nossas relações entre todas as possibilidades novas, geradas a cada momento, em contextos que vão surgindo no decorrer do tempo. A “Natureza”, para mim, afilhado, são os Braga, sou eu, o mato do Sítio, os animais domésticos e os silvestres e até os campos de soja. E olha que só estou mencionando algumas poucas partes desse “todo” (Vera).

Sobre estas complexidades da vida, tanto a nível biológico quanto comportamental e social, e também das máquinas que têm um funcionamento condizente com isto, vou tratar a seguir, no Capítulo I. Mas adiantando alguma coisa, estas “máquinas” são capazes de se autorregulagem, (se calibrarem), e podem transformar, no caso das relações humanas, o que era pura incompreensão e cegueira alimentadas por muitos anos de intolerância e preconceitos, em boa convivência, que muitas vezes se vestem de roupas novas para festas comemorativas, com muita alegria e comida boa.

E por que enveredar por esses caminhos nas páginas de abertura de uma Tese que, desde que rascunhei o primeiro projeto enviado ao PPGAS em 2020, só pretendia dar continuidade a questões sobre aprendizagem surgidas nas pesquisas anteriores (Graduação e Mestrado) não respondidas?

De certo modo, como já deixei antever, eu não pude fugir disto. Desde a minha primeira entrada em campo fui surpreendida por uma interlocutora que através de suas memórias colocou, praticamente, toda a minha Monografia, prontinha, nas mãos.

A D. Jovina tinha na época 84 anos, conheceu os “premero que chegaro aqui” na região e com uma memória privilegiada me ajudou a fazer a genealogia da família a partir daqueles ancestrais, deixando transparecer o “sentido” daqueles casamentos. Era assim que ela conversava comigo. Do mesmo jeito relatou como era a vida dela quando criança na casa dos pais, os professores que ensinaram a ler e a contar, o seu próprio casamento e sua vida em família.

“Pontuando” os temas, ou melhor dizendo, indicando os contextos dos eventos, ele me ensinava a acompanhá-la por “aqueles tempos de antigamente” numa lógica de raciocínio em perfeita sintonia com a sua voz, os seus gestos, o seu corpo. Aliás, foi ao ouvir a gravação da “entrevista” que me veio a compreensão do que estava efetivamente acontecendo.⁷

Desde aquela época e partindo do pressuposto de que como observadora da realidade eu poderia descrevê-la como real, o que fazer com a interlocutora que na qualidade de observada, me contava uma história que eu jamais seria capaz de compor sozinha? No caso, a observadora era ela, D. Jovina, que contava a uma outra pessoa, eu, também observadora, através da linguagem comum (sim, falávamos a mesma língua!), uma história que fazia “sentido” para ela e para mim também.

⁷ Volto a me referir a esta experiência que Strathern (2014) chama de “imersão em campo” em algum momento do texto, mais adiante.

Portanto, primeiramente, eu não podia deixar de pensar na relação Etnógrafa em campo x “nativos”, mesmo não sendo este o tema central da Tese. A escrita dos parágrafos anteriores, me despertaram para a importância de tratar da relação “prática antropológica” e “teoria” logo no começo do texto, de modo a deixar claro de que realidade estou falando, levando em conta que sou uma mistura de Moradora, Bióloga e Antropóloga, e de que os Braga são capazes de intercambiar de posição com a Antropóloga (Wagner, 2010) e com a Bióloga, mas também de compartilhar comigo, nos demais contextos, a nossa terra que não é mais “comum”⁸ dos Braga, da Pontezinha.

O segundo motivo para trazer estas reflexões logo para o Capítulo I é que no Exame de Qualificação ficou bastante claro para a Banca examinadora o fato de que eu não consegui ultrapassar barreiras do meu entendimento do que Wagner (2010) queria dizer com o conceito de “criatividade” embutido na sua reflexão sobre este encontro Antropólogo x Informantes. Daí que fui aconselhada por um deles a deixar o autor de lado.

Então, sem saber que rumo dar à minha escrita, ao fazer novas leituras para chegar ao conhecimento atual da teoria o autor sobre o assunto, recuei, e na descrição consciente deste movimento, reencontrei Wagner (2010), a mim mesma, aos Braga e também a Bateson (1977, 1988, 2000, 2008), com uma proposta de teoria para explicar tudo isso.

Esta operação de recuar para poder corrigir erros, (ou não!), além de outras, tem em Bateson o nome de “processos mentais”, onde o autor inclui, além da aprendizagem, que é o tema da Tese, o crescimento e desenvolvimento dos seres vivos, a evolução biológica, a vida social e outros assuntos não tão óbvios para serem chamados de “mentais”, como o funcionamento dos computadores.

No Capítulo I trato especificamente destes temas, juntamente com as ponderações de Wagner (2010) sobre o que ele chama de “invenção” ou “criatividade”, e foi quando consegui, finalmente, enquadrar as conversas tão surreais que eu tive com D. Jovina, como eu queria desde o começo, lá por volta de 2014-2015.

Trajetória da pesquisa

Em pesquisa realizada na área das Ciências Sociais (Antropologia) em 2018, estudei uma antiga prática agrícola que os Braga, comunidade rural centenária da Fazenda Pontezinha,

⁸ “Terra comum”, categoria deles, que ouvi pela primeira vez da boca de D. Jovina, ao explicar que não tinham cercas aqui, antigamente, porque “era tudo comum”.

município de Santo Antônio do Descoberto, Goiás, nas proximidades de Brasília, DF, ainda preservam nos dias atuais: os mutirões de ajuda mútua.⁹

Recentemente, em um “terceiro campo”,¹⁰ ao rever imagens daquela pesquisa armazenadas no computador, encontrei uma foto de duas crianças bem pequenas, com idades entre 5 e 7 anos, capinando com a avó durante um destes encontros de trabalho,¹¹ e outra, em outro mutirão, de uma menina de 7 anos de idade, toda sorridente, no carrinho próprio para carregar verduras, sendo empurrada pela tia por entre os canteiros de uma horta comunitária. A tia também parecia se divertir e ria muito. Pela primeira vez me ocorreu que, de um jeito ou de outro, naqueles momentos, aquelas crianças estavam efetivamente participando dos encontros e, por que não, “aprendendo” com os adultos.

Ora, sendo eu egressa do ensino institucionalizado, primeiro, como aluna, depois, como professora do ensino fundamental, e por último, como professora do ensino superior (Metodologia do Ensino de Ciências), não poderia deixar de me interessar em saber mais sobre a cena que fotografei. Esta experiência profissional na área da educação me fazia desacreditar de um aprendizado que não fosse muito bem planejado e que não passasse, de preferência, por um professor ou professora em sala de aulas. Foi, portanto, partindo do pressuposto de que aprendizagem consiste na transmissão pura e simples de “conhecimentos” que estão nos livros didáticos, como ocorre na Escola, ou seja, em contexto onde são explícitas as intenções pedagógicas tradicionais centradas no Professor ou na Professora, que me perguntei, surpresa: Como é que ocorre este aprendizado? Será que as crianças aprendem assim, do nada?

O fato de morar no campo há bastante tempo já me mostrara que capinar, considerando apenas o nível de análise da relação do indivíduo com o instrumento agrícola “enxada”, necessita do uso de pouca, mas de ritmo e precisão ao posicionar a lâmina em relação à terra onde o capim está enraizado e puxar o cabo em direção ao corpo. Eu, pessoalmente, tentei aprender várias vezes, alguém explicando, mas não consegui. Neste trabalho não me detive, porém, como mostro mais adiante, à análise desse único nível de ação, uma vez que a pesquisa

⁹ Outras comunidades rurais do Estado de Goiás utilizavam bastante esta prática agrícola no passado, mas agora está caindo em desuso. Um dos motivos que me levou a estudá-la junto aos Braga foi justamente o fato de que eles continuam a usá-la nos moldes tradicionais, apesar do termo ter sido apropriado para usos que não têm nada a ver com o contexto da agricultura familiar.

¹⁰ Strathern (2014) identifica, além de um “primeiro campo”, um segundo, onde nos encontramos mais uma vez, um campo “virtual”, eu diria, para rever anotações do caderno de campo e transcrever as conversas gravadas em áudios e vídeos, com os nossos interlocutores. Parfraseando a autora, um “terceiro campo” seria mais um retorno a este material e a possibilidade de um reencontro com estas mesmas pessoas, trazendo o momento passado para o presente.

¹¹ Figura 15, mais adiante, no capítulo II.

se estende ao estudo de todo o contexto em que ela se desenrola, o que inclui, naturalmente, outros aspectos relacionais, não apenas aqueles da mente com o corpo.

A estas considerações iniciais fui juntando outras, decorrentes do meu convívio diário com alguns dos Braga jovens adultos, que trabalham, juntamente com os pais, como diaristas no meu Sítio, também situado na Pontezinha. Bem entendido, eles trabalham nos horários em que não estão na Escola, pois como soe acontecer em todo Estado de Goiás, as crianças e jovens desta área rural, hoje em dia, frequentam as aulas da Escola Municipal (Ensino Fundamental) e Estadual (Ensino Médio). Nestas escolas são desenvolvidos programas de ensino de um currículo adotado em todo o país¹² segundo metodologia que depende de um professor(a) em sala de aula. Os (as) monitores(as) surgiram recentemente, depois do advento das aulas online para o ensino regular do Ensino Médio.

Depois de muito refletir sobre o fato, que como disse, para mim era inusitado, de uma aprendizagem sem professor, tomei a decisão de voltar a campo para buscar mais informações e foi aí que me candidatei a uma vaga para o Doutorado do PPGAS da UFG. Para tanto, e pensando sempre que haveria alguém responsável na formação dos pequenos agricultores, além da observação dos jovens adultos¹³ participando de alguma atividade da agricultura familiar na lida diária dos Braga nas suas “roças”,¹⁴ incluí na pesquisa entrevistas com os seus pais e avós. Estas conversas sobre as lembranças dos mais idosos no que se refere à questão da aprendizagem do uso da enxada enriqueceram a etnografia com informações sobre a origem e transmissão do aprendizado destas práticas.

Com esta questão a me conduzir, saí em busca de uma explicação teórica do que vira nas fotos nas teorias da aprendizagem que agrupam as suas principais vertentes, ou seja, a tradicional, centrada no professor ou professora; a comportamentalista (com o behaviorismo); e a cognitivista (com o construtivismo).¹⁵ Não consegui avançar muita coisa, exceto que estas

¹² A Escola da Pontezinha, que funciona na área do Google Maps assinalada como Orfanato “casa de meu pai” (Figuras 5, 6 e 7), embora seja na Área Rural, não adota currículo nem horários diferenciados para os filhos dos agricultores familiares, como ocorre em algumas regiões do país.

¹³ Como mostro no capítulo III as crianças que pude observar em 2016, não comparecem mais aos mutirões e não ajudam mais os pais nas roças da família. Estão trabalhando com “carteira assinada” em Haras da região.

¹⁴ “Roça” é uma categoria destes agricultores que se refere ao espaço próxima, ou não, à casa de morada da família ou não, onde plantam o milho, a mandioca, abóboras, feijão. Ou seja, a semente apropriada para a estação do ano, bem como raízes e outras verduras que podem ser a elas consorciadas. O termo foi apropriado pelos da cidade (“rua”, uma outra categoria deles) para indicar os que trabalham nesta modalidade de agricultura familiar, a quem chamam de “roceiros”, geralmente com conotação pejorativa.

¹⁵ Como a pesquisa não se propõe a tratar especificamente das teorias de aprendizagem, e sim de uma “teoria do conhecimento” (ou epistemologia), mais especificamente, de uma teoria dos “processos” e não dos “produtos” da aprendizagem propriamente ditos, eu não me detive em revisá-las, e me refiro a elas agrupando-as nestes três grupos principais.

teorias não se detêm em explicar o que ocorre em enquadramentos temporais e espaciais específicos, como é o caso que delimitamos estudar. A aprendizagem a que estou me referindo, como mostrei acima, ocorre na Pontezinha, local onde vivem em comunidade pessoas que se reúnem quotidianamente para trabalharem juntas, seja nas suas propriedades, ou na de vizinhos.

E qual (quais) seria(m) a(s) “hipótese[s] teórica[s]” - que coloco entre aspas, como o fez Lévi-Strauss ([1949] 1975, p. 196), para indicar que o objetivo não é o de comprová-las ou falseá-la(s), mas somente apontá-la(s) - mais apropriada(s) para o estudo desta problemática? Considero que uma delas é a de que, de fato, as crianças da família Braga aprendem a capinar sem serem ensinadas, e que este “aprender em contexto” faz parte da “cultura” delas.

No próximo item, à guisa de justificativa do tema “aprendizagem”, achei que seria interessante incluir, nesta Introdução, um pouco da experiência profissional e acadêmica da pesquisadora, pois foi ela que me conduziu, no vai e vem da vida, a fazer esta escolha.

Trajetória da pesquisadora

Como relatei acima, a ideia de voltar a campo para uma pesquisa sobre a aprendizagem da capina no contexto da lida dos Braga como agricultores familiares me veio após examinar imagens de eventos dos quais participei em trabalho anterior e perceber, em algumas delas, a presença de crianças. Considero que o achado justifica, em parte, a pesquisa atual, pois, na sequência da minha trajetória acadêmica, ela é uma continuidade do campo da Graduação.

Mas as indagações desta Tese têm também conexões com vivências que remontam ao tempo em que fui professora no Ensino Fundamental.

Nos idos dos anos 1970 e 1980, lecionei a disciplina Ciências Físicas e Biológicas, atualmente Ciência da Natureza, na Fundação Educacional do Distrito Federal. Atuei no período noturno, onde os jovens adultos (acima de 16 anos) e adultos, se matriculam no Ensino Supletivo, hoje EJA (Educação de Jovens e Adultos). Ora, a especificidade destes alunos era que eles abandonaram a “roça”¹⁶ com pouco ou nenhum estudo, em busca de um trabalho que lhes possibilitasse ter uma renda.¹⁷

¹⁶ Sobre a categoria de “roça” para os Braga, ver nota 14, acima.

¹⁷ Como é bem sabido, antigamente, a agricultura familiar de uma comunidade tradicional não visava o lucro, dinheiro. As sobras, quando produzidas, eram divididas entre as famílias. Somente nos últimos tempos, com o advento das Associações e das Cooperativas Rurais, estas mesmas atividades estão surgindo como novas possibilidades de renda.

No caso dos alunos que encontrei ali, muitos vinham do Nordeste do Brasil, porém alguns vinham de áreas rurais próximas ao quadrilátero que delimita geograficamente o Distrito Federal, como é o caso da Pontezinha, onde há mais de 200 anos viveram os ancestrais afro indígenas dos Braga e ainda hoje continuam residindo, os seus descendentes. A Pontezinha do Mato Grande, como era chamada antigamente, fica a apenas 3 quilômetros do marco zero da divisa entre Goiás e Distrito Federal.

Pois bem, os alunos do EJA, uma vez no DF, eram de certo modo obrigados a procurar o Ensino Supletivo, pois as empresas onde trabalhavam ou pretendiam trabalhar, lhes cobravam o Certificado de conclusão do Ensino Fundamental.

No entanto, uma vez retomado o fluxo escolar regular, eles abandonavam novamente os estudos, agora por um outro motivo: a reprovação em disciplinas obrigatórias do currículo dos Cursos Supletivos, dentre elas, as Ciências Físicas e Biológicas, as disciplinas que eu ensinava.

Por que a falta de interesse, da parte deles, na aprendizagem dos conceitos científicos? Sendo a minha primeira graduação em Biologia, os conhecimentos dos cientistas, para mim, tinham peso de leis pétreas. Eram verdade absoluta, inquestionáveis e imutáveis, que todos deveriam conhecer. Portanto, falta de interesse na aprendizagem dos conceitos científicos era um “problema”¹⁸ que precisava ser pesquisado e explicado.

Pois bem, a partir do momento em que, por conta de mudanças de rumo na minha pretensão de seguir carreira como pesquisadora em Biologia¹⁹ me vi dando aulas de Metodologia do Ensino de Ciências em uma Faculdade de Educação, o que era uma preocupação se transformou em projeto de pesquisa naquela área, mais especificamente, na subárea de “Didática das Ciências”. A questão que eu me colocava sobre a “falta de interesse” na aprendizagem dos conteúdos de uma área específica, acabou mudando para o tema da “relação com o saber”, conceito desenvolvido por Bernard Charlot na década de 80 (Charlot, [1982], 1997). Isto porque, quando eu lhes perguntava diretamente sobre o “interesse em conceitos científicos” eles respondiam: “isso não é para mim não professora”, chegando a dizer mesmo “eu não sou capaz de aprender isso não”, que interpretei como sendo uma desqualificação pessoal diante do saber científico propriamente dito. Considerei esta maneira

¹⁸ Como o leitor pode perceber, por esta época eu tinha dificuldade em aceitar outros pensamentos que não fossem o pensamento científico.

¹⁹ Minha experiência como pesquisadora “de laboratório” em Biologia durou alguns anos: monitora de pesquisa antes da graduação (2 anos), durante a graduação (4 anos), no Mestrado (2 anos), depois do Mestrado (2 anos) na CAESB – Companhia de Água e Esgotos de Brasília - (6 anos). Total: 16 anos. Mas nunca deixei de atuar (exceto quando fiz o Mestrado na UFRGS e quando trabalhei na CAESB), ao mesmo tempo, no Ensino Fundamental Noturno do DF.

de se relacionar com o este saber deveras preocupante, pois parecia haver aí uma recusa pessoal em “não querer saber” (*refus au savoir scientifique*). Daí a minha proposta de investigar essa “relação com o saber”.

Foi com este projeto em mãos me pleiteei e consegui uma bolsa de estudos do CNPq para fazer um doutorado no Canadá, na Universidade Laval, de Quebec. Fui admitida no programa da Pós-Graduação da Faculdade de Educação de lá em 1990.

Durante os dois primeiros anos fiz os créditos de que precisava para o Doutorado e no terceiro ano, os exames de qualificação que naquela universidade ocorrem em duas etapas. Fui aprovada em ambos, mas quando pretendia voltar ao Brasil para a pesquisa de campo tive o meu pedido de retorno rejeitado por um dos dois consultores da agência financiadora da bolsa de estudos. Resolvi então, já desestimulada por ter que mudar o meu campo, iniciar a pesquisa em Montreal, também no Estado de Québec, onde eu fui acolhida como aluna do doutorado da ULaval, no CIRADE (Centro de Pesquisa em Educação), da UQAM (Universidade do Québec em Montréal).

Terminada a bolsa voltei para o Brasil, com os dados em mãos para a análise. Mas na medida em que eu revia as gravações no antigo VHS percebi que o que eu observara não tinha nada a ver com os alunos brasileiros, objeto de estudo do meu projeto inicial. Ao tentar refazer a pesquisa de campo com alunos brasileiros do Supletivo noturno, esbarrei com outra dificuldade. Devido à minha aposentadoria da FUB em 1997 e uma vez fora da academia, eu não tinha mais acesso livre às Escolas do EJA para observar as aulas e entrevistar alunos. Por volta de 1998/99, desisti do projeto.

Contudo, pela mesma época, mudei-me para a Pontezinha, onde ocorreu o meu encontro com os Braga e com o *Ouroborus*: a serpente que morde a sua própria cauda (Keeney, 1983, p. 32). Isto porque, naquele contexto rural, aquilo que era para mim apenas uma ideia - alunos com tais e tais características não aprendem conceitos científicos - encontrou uma forma “de fundo”, um enquadramento, que me levou a comparar os alunos do EJA com as pessoas que eu estava conhecendo aqui. Então percebi nas minhas mãos o “fio da meada” ou o “caminho das pedras”, que eu podia percorrer recuando no passado para poder entender e compreender a questão da “relação com o saber” de alunos com determinado perfil. E foi quando, como já adiantei lá em cima ao procurar pela “relação com o saber” tive que enveredar por um longo caminho que me levou a entender um pouco não só de como eles pensam, mas de como eu mesma penso e me relaciono com o saber específico da Ciência.

De fato, na medida em que fui conhecendo toda a família dos Braga, os mais velhos,²⁰ os nascidos por volta dos anos 1950, me davam a impressão de estar reencontrando alguns dos meus antigos alunos do Supletivo. Isto transformou, de forma surpreendente, a minha narrativa e a minha vida: Muitos deles já tinham, efetivamente, andado por Brasília em busca de emprego e frequentado algum curso Supletivo. Foi aí que a minha percepção mudou de patamar e entendi o que gostaria de ter entendido tempos atrás, agora com o “pano de fundo”²¹ da Pontezinha: “Ah, eles são diferentes! Os meus alunos do Supletivo eram como estas pessoas daqui”! Era isto.

Entre outras coisas vi que para eles não era relevante se sentir capaz (ou não) de entender os conceitos científicos. A preocupação deles era garantir um emprego. A questão da “relação com o saber”, portanto, só era boa para mim, que endeusava os cientistas e queria ser um deles. No entanto, aquele só foi o primeiro contato “revelador” que tive com os Braga. Foram necessários muitos outros. A *Gestalt* ou reconfiguração da experiência a partir da visão “holística” e de uma epistemologia cibernética, demorou alguns anos para acontecer. Faltava ainda ritmo para dar firmeza aos meus passos, e tempo, para compor, com os Braga, a nova trilha que eu divisava no horizonte. A “compreensão” ou “consciência”, que muitas vezes não é nada consciente, como mostro em algum lugar mais adiante neste texto, trazida por aquele cenário que vislumbrei e os muitos que se sucederam, teve que esperar por uma formação acadêmica em Antropologia: Graduação de 2011 a 2016 e o Pós-Graduação, que começou com o Mestrado e segue com o Doutorado. Só agora posso efetivamente formular uma pergunta de pesquisa que envolve aprendizado a partir da realidade de uma cultura local e fundamentada na teoria dos processos mentais de Bateson (1977, 1988, 2008) e da “criatividade” inspirada em Wagner (2010). Tudo isto prescindindo da exigência de que um dos Braga adultos, quando jovem, tenha, coincidentemente, frequentado as mesmas Escolas por onde andei, o que de fato não aconteceu.

Mas sem dúvida foi com a Antropologia que, ao me deixei envolver pelo cotidiano²² dos Braga, e das disciplinas que cursava e do convívio com colegas e professores e professoras

²⁰ Como relato no Trabalho de Conclusão de Curso (Moura, 2016), eu não fiquei conhecendo a família toda de uma vez só e nem em um mesmo lugar. Além do casal Eliseu e Rosa, meus caseiros na época, eu me aproximei de muitos deles através das caronas no meu carro, ora até Alexânia (GO), ora para Samambaia (DF), onde moram seus parentes e eventualmente vão fazer compras ou consultar médicos.

²¹ A IA do Google me deu, entre os vários significados de “pano de fundo” o que eu queria: “No sentido figurado, é a reunião de fatos e situações que servem de base para que uma ação se desenvolva”, em uma palavra, “cenário”.

²² Uso aqui o termo cotidiano no sentido daquilo que acontece diariamente. Lave e Packer (2011, p.12) trazem uma análise do mesmo como sendo “o lugar central de processos socioculturais e históricos” objeto dos estudos antropológicos.

que fui me libertando das amarras etnocentristas que não me deixavam aceitar a realidade. Primeiramente, de que eles são diferentes no jeito de ser e de pensar, da mesma forma como eu sou “diferente” – eu era de “Brasília”²³ – de acordo com os critérios deles, em muitas coisas. E segundo, a aceitá-los e respeitá-los. Além disto, ou antes disso, ou ao mesmo tempo, “de quebra”, me aceitar, nas minhas diferenças.

Em relação à agricultura, por exemplo, eles são um povo que tradicionalmente faz e vem fazendo ao longo dos tempos as “coisas da roças” e o ensino destas práticas aos descendentes, da maneira deles, e com muito êxito. Tudo isso com a competência de conhecimentos que não foram adquiridos na Escola, mesmo no caso dos que frequentaram, parcialmente, o ensino regular.

Este foi, então, o passo a passo da minha caminhada no tempo e nas ideias. Depois do meu encontro com eles voltei a campo, mais especificamente, à Pontezinha, onde resido, na qualidade de pesquisadora “vivendo em dois mundos” (Wagner, 2010). O que encontrei constitui o conteúdo da etnografia que apresento nos Capítulos II, III e IV deste texto.

Sobre objetivos e fundamentação teórica

Uma teoria social da prática tal como a desenvolvida por Jean Lave (1991a, 1991b), considera “aprender” como parte das práticas cotidianas que não são apenas educacionais, pois inclui todas as relações do jovem aprendiz na sociedade onde vive. Trata-se, portanto, de uma teoria do ator em ação na vida cotidiana²⁴ ampla, ou seja, em todos os contextos das suas atividades rotineiras.

São várias as teorias sociais da prática neste formato, mas para conseguir o seu intento, Lave (1991) deixou de lado as questões sobre uma ordem social determinante e se perguntou, primeiramente, *como* e *se* é possível superar o dualismo que separa o sujeito do objeto, o indivíduo da sociedade, enfim, a análise teórica tanto dos seus aspectos micro quanto macro sociológico.

A autora, que é antropóloga,²⁵ sustenta a ideia proposta inicialmente por Ortner, de que as rotinas da vida do dia a dia – tais como pegar o ônibus da escola, frequentar aulas na parte

²³ Para os Braga, os de fora, quando não são “paraíba” e “pernambuco”, são “de Brasília”

²⁴ Na nota 11 já me referi ao uso que Jean Lave faz do termo “quotidiano”. A autora utiliza “o cotidiano” como o “lugar central de processos culturais e históricos” (Lave; Packer, 2011, p. 12), objeto dos estudos antropológicos. É neste sentido que passo, deste ponto do texto em diante, a utilizar o conceito.

²⁵ Nos EUA, Antropóloga sociocultural.

da manhã, almoçar, voltar para casa e participar das atividades da família, como limpar uma roça (capinar), “reúnem, elas mesmas, as noções fundamentais de ordem temporal, espacial e social que caracterizam e organizam um sistema como um todo” (Ortner, 1984, p. 154).

Mas Jean Lave, a partir de suas observações em campo sobre aprendizagem de ofícios, foi mais além e enfatiza que a cognição é “distribuída *sobre* – e não dividida *entre* – mente, corpo, atividade e contextos culturalmente organizados (os quais incluem outros atores)” (Lave, 1991, p. 1, grifo da autora). Então, diante da necessidade de revisar os pressupostos teóricos então prevalentes na Antropologia Social, baseados na repetição de atuações de códigos e estruturas pré-fabricadas ou de representações mentais, juntamente com Wenger, (Lave; Wenger, 1991), criou a expressão “aprendizagem situada”, ou “cognição na prática”, que aos poucos foi tomando o lugar do que antes ela própria definia como cognição.

Ao me referir à aprendizagem das práticas agrícolas de modo geral e à da capina em particular, objeto desta Tese, é a esta “aprendizagem situada” que me refiro, pois a minha experiência em campo me leva a concordar com ela e a acrescentar ainda, que estes contextos incluem toda sorte de elementos, sejam os perceptíveis à observação descritiva, como, por exemplo, os demais atores que participam da encenação, ou aqueles apenas referenciados e lembrados.

Foram as primeiras etnografias de Lave, ainda sobre a prática da matemática em diferentes cenários, que a levaram a cogitar sobre estas “outras possibilidades” de aprendizagem apontadas acima. Os resultados destas pesquisas mostraram que a atividade matemática muda quando mudam as situações, ou seja, ela é contextualizada. No supermercado, com suas estantes onde os produtos enfileirados, é uma coisa. Na sala de aula, resolvendo um problema proposto pelo professor, é outra. Ou, dizendo de outro modo, a atividade matemática é contínua *dentro* de uma mesma situação, mas é descontínua *entre* situações: se mudam os contextos a atividade muda também. Foi a partir daí que Lave começou a desenvolver a sua teoria que explica a aquisição de saberes como “um *nexus* de relações entre uma mente trabalhando e o mundo no qual ela trabalha” (Lave, 1991, p. 1). E, como mostrei anteriormente, juntamente com Wenger (Lave; Wenger, 1991), elaborou a teoria da “aprendizagem situada”, onde assumem importância igualmente o conceito “comunidades de prática”, como, por exemplo, a da comunidade dos Braga, quando trazem as crianças e os jovens para ajudá-los nas roças das famílias. Os autores veem, portanto, a aprendizagem, como um processo sistêmico de aquisição de saberes em comunidades culturais, as “comunidade de prática”.

Mas a autora avalia também os “deslocamentos” do corpo do jovem durante a sua transformação de aprendiz em mestre naqueles cenários ao identificar o movimento do aprendiz de uma posição inicial “periférica” nos grupos de prática (por exemplo, de capina de uma roça de milho), para o “centro”, onde vem a ocupar o lugar de “mestre”. É a este processo que Jean Lave denomina “situated learning”, pois, concomitantemente a esta mudança de tempo e lugar, as relações sociais também mudam e o jovem muda de posição. Segundo ela, é desta forma que se torna possível estimar a “qualidade” e não apenas a “quantidade” do saber adquirido.

Portanto, para Lave e Wenger (1991) uma “comunidade de prática” é condição intrínseca para a existência do conhecimento (Lave; Wenger, 1991, p. 98). No meu entender, a comunidade cultural dos Braga, com suas práticas agrícolas, onde está incluída, entre outras habilidades, o capinar, ilustra muito bem o que vem a ser uma “comunidade de prática” no sentido que lhe atribuem os autores. Foi a partir destas considerações que estudei atividades cotidianas da comunidade relacionadas ao seu modo de trabalhar no campo, descrevendo desde a limpeza da área da sede da Associação (CORPO) até a matança de um animal peçonhento que ameaça as galinhas em um galinheiro. A aprendizagem dos jovens nestas ocasiões ocorre nas relações que se estabelecem entre eles e demais componentes naqueles cenários, todos compartilhando da mesma experiência de acordo com um modelo sistêmico e recorrente.

Além das obras de Lave (1991a, 1991b) e Lave e Wenger (1991) relacionadas às suas primeiras pesquisas, a autora continua produzindo e divulgando os seus estudos em livros e artigos mais recentes. Assim, menciono igualmente o livro que escreveu, junto com Seth Chaiklin: *Understanding Practice, Perspectives on activity and context*, onde mostram vários exemplos de aprendizagem situada, com todas as fundamentações teóricas e metodológicas que facilitam a compreensão dos aspectos da vida cotidiana que eles pesquisaram. E mais uma vez reiteram a tese de que é na prática, o lugar da relação, que acontece a aprendizagem. A ênfase com que os autores tratam a questão corroborou com a minha decisão de optar pela descrição etnográfica como método de pesquisa sobre as práticas agrícolas usadas pelos Braga.

Em 2011, com o artigo *Hacia una ontologia social del aprendizaje* (Lave; Packer, 2011), Jean Lave volta às suas origens teóricas no marxismo histórico para refletir sobre o que exatamente ela e Packer entendem por “quotidiano” nas teorias de aprendizagem. Primeiramente, analisam cada uma das diversas correntes de pensamento, para avaliar se um estudo sobre a natureza dos questionamentos sobre aprendizagem e do conhecimento pertence ao campo da ontologia social ou da epistemologia. Depois concluem que, diferentemente das

teorias cognitivas clássicas, no discurso existencial marxista da vida quotidiana onde é considerada a realidade material e histórica da prática, “[...] o conhecimento e o ser são vistos como dialeticamente vinculados” (Lave; Packer, 2011, p. 21), e, portanto, a ontologia e a epistemologia se interrelacionam neste aqui/agora específico, transformando-o no lugar privilegiado para a investigação científica do tema da aprendizagem.

É também de 2011 o *Apprenticeship in Critical Ethnographic Practice*, onde Jean Lave retoma a análise do processo de aprendizagem da alfaiataria junto aos Vai e Gola, um dos seus primeiros trabalhos, para refletir sobre a sua própria prática etnográfica à época, nos idos dos anos 1970. Conclui apresentando um relato detalhado da aprendizagem dela própria, Jean Lave, desta “arte”, que é a realização de um trabalho etnográfico.

No *Learning and Everyday Life – Access, Participation and Changing Practice* (Lave, 2019), com posfácio escrito por Ana Maria Gomes, da UFMG, Jean Lave faz um balanço das duas décadas de suas práticas de pesquisa, refletindo sobre o “ensinar” (*teaching*) como “aprender” e examina os efeitos recíprocos das teorias da vida quotidiana e da aprendizagem. Para a autora, continua válida a sua tese de que a aprendizagem é um processo coletivo transformador das relações historicamente políticas e complexas da vida quotidiana.

Além de Lave, inspiradas na autora, Ana Maria Gomes e Eliene Farias (2015) fazem um estudo etnográfico da aprendizagem do futebol no Brasil. O quadro conceitual se baseia nas suas orientações sobre uma aprendizagem situada à qual acrescentaram também elementos do pensamento de Bateson e de Ingold. Como conclusão de suas reflexões sobre o tema, ao final do trabalho as autoras deixam o testemunho do quanto a escolha do método etnográfico foi decisivo para a sua realização.

Em 2019, as mesmas autoras da UFMG, juntamente com mais Renato Bergo (Gomes; Faria; Bergo, 2019) fazem outra pesquisa sobre aprendizagem situada, desta vez em dois contextos diferentes: o de aprendizes em oficina de tambor de um terreiro de Umbanda e o da aprendizagem do futebol na praça que fica em frente da Escola onde os jovens estudam. Ressaltam a importância de descentramento do tema “aprendizagem” para tornar efetiva a descrição dos contextos da prática e avaliam o “aprendizado das etnógrafas”, que também “mudou de posição”, no decorrer da pesquisa.

Antonella Tassinari (2015) completa esta lista de autoras brasileiras que trabalham atualmente com a perspectiva de uma abordagem situada da aprendizagem. Na sua pesquisa de campo observa crianças de famílias de agricultores do Paraná e crianças indígenas galibi-

marworno, que vivem no Amapá e estabelece um contraponto entre os contextos que ela chama de “não escolarizados” e a suposta hegemonia dos contextos “escolarizados”.

Tassinari encontrou aspectos que chamou de “pedagogias próprias” nas duas comunidades, ressaltando que não se trata de alguma forma espontânea ou inata de aprender, “mas de um recurso cultivado e estimulado” pelas famílias, que buscam, assim, manter ativos e dispostos os corpos das crianças, na medida em que vão pegando “o ritmo da comunidade”. O pensamento da autora segue, portanto, a linha dos trabalhos que referenciamos acima, e detectam, igualmente, uma interrelação entre as explicações ontológicas e epistemológicas da aprendizagem. Nas suas conclusões encontro semelhanças entre o que Tassinari (2015) chama de “pedagogias próprias” e as considerações teóricas que trouxemos para interpretar esta etnografia produzida na Pontezinha.

Sautchuck (2015) apresenta igualmente uma etnografia da aprendizagem que se baseia na teoria “situada” da prática de Lave e Wenger (1991), no caso, a de aprendizes a pescadores costeiros e de lagos, moradores da Vila Sucuriju, no estuário do Rio Amazonas (Sautchuck, 2008 *apud* Sautchuck, 2015). Mas antes distingue a sua abordagem antropológica dos estudos sociológicos que consideram estes processos como decorrentes da socialização ou transmissão de conhecimentos.

O autor relata no artigo de 2015, entre outras, as diferenças entre os jovens que pesquisou entre o “saber alguma coisa” sobre a pesca e “ser alguém” por meio dos estudos. Em vista disto, o autor faz questão de deixar claro que discorda dos estudos de “aprendizagem situada” que se ocupam unicamente de separar os estudos “modernos”, ou formais, por serem escolarizados, dos que chamam de “tradicionais”, ou informais, não escolarizadas.²⁶

Acompanhando a evolução da problemática da aprendizagem de práticas chega ao conceito de *skill* (aprendizagem de habilidade) de Ingold, pois este autor inclui não apenas a relação entre as pessoas, mas também objetos e organismos não-humanos, ou seja, leva em conta que a aprendizagem se distribui para além do humano, algo que, como ele ressalta, e eu concordo plenamente, Lave e Wenger não contemplam.

²⁶ Nesta pesquisa não adotei esta diferenciação entre estudos “modernos” e “tradicionais” à qual Sautchuck se refere. Os Braga foram denominados “comunidade tradicional” no contexto deste trabalho por ser este o modo como eles próprios se autodenominam e é como são tratados pela Corumbá IV Concessões S.A. desde 2000. Como já relatei (Moura, 2016) e falo novamente sobre isto em um dos capítulos mais adiante, os Braga não aderiram ao reconhecimento como comunidade remanescente de quilombolas, apesar de dados históricos que encaminhavam para isso. E possuem, igualmente, características de “comunidade rural negra”, como muitas do Planalto Central do Estado de Goiás. A questão, portanto, segue em aberto para pesquisadores interessados em se aprofundar no tema.

Sautchuck (2015, p. 124) considera que a noção de *skill*, é resultado da “tensão que ela localiza – entre os polos do organismo-pessoa e do ambiente – e que ela busca solucionar através de um processo que abarque ambas”. E reconhece que deste modo a aprendizagem da habilidade compreendida como “educação da atenção (Gibson, J., 1979 *apud* Sautchuck, C., 2015, p. 123) fica prejudicada pela centralidade do polo organismo-pessoa em detrimento das relações com o meio ambiente. O próprio Ingold, ao citar Bateson (2000, p. 333, citado por Sautchuck, p. 124) e o exemplo do homem que corta uma madeira com um machado, deixa de colocar o foco na relação que se estabelece naquele contexto para desvia-lo para a entidade organismo-pessoa e chama a isso de “ecologia”, deixando claro que os dois autores utilizam a palavra “ecologia” para expressar coisas distintas.

Em vista disto, baseando-se no conceito de individuação do filósofo Simondon (2005) e nas noções de ritmo e técnica de Leroi-Gourhan (1984, 1987), Sautchuck aprofunda as suas análises para além do conceito de *skill* para estendê-las aos processos de individuação na aprendizagem e propõe, a partir das práticas que estudou, considerá-la, simultaneamente, como uma ontogênese ou tecnogênese dos pescadores nas relações sistêmicas tanto em lagos quanto no estuário amazônico.

Sahlins (1997), Bourdieu (2010) e Klaas Woortmann (1990) são os três autores que me inspiraram a estudar a organização social dos Braga da Pontezinha como formas de resistência, na Monografia de Graduação e no Mestrado.

A conclusão do meu estudo foi de que a organização do grupo é fincada em um tripé de sustentação constituído pela terra, o trabalho e a família e que isto serviu de sustentação e sobrevivência do grupo, desde 1857, no território de seus ancestrais negros e indígenas, à revelia dos impactos sociais e ambientais provocados pela implantação de projetos de desenvolvimento no Planalto Central do Brasil. Na presente tese de Doutorado, dentro do tema da aprendizagem das práticas agrícolas por este grupo, reavalio aspectos desta “estrutura social”, para me concentrar na dinâmica da sua reprodução. Mas de todo modo considero que os conceitos analíticos da *campesinidade*, do *habitus* e de *transformação cultural*, continuam imbricados na dialética de um sistema de aprendizagem “em contexto” destas práticas.

Com suas abordagens ditas “situada” e “ecológica” da aprendizagem, Lave (1991, 2015) e Jean Lave e Wenger (1991), além de Bateson (1977, 1981, 2000, 2008) e Wagner (2010) e os demais autores mencionados acima, completo as referências teóricas que compõem o eixo que dá suporte às perguntas da pesquisa. Dentre eles, em comum, além do que foi pontuado, resalto

na presente etnografia, o aspecto relacional e contextual da vida e do trabalho cotidiano dos Braga na Pontezinha, terra onde nasceram e são criados.

Foram estas leituras que me levaram a formular a hipótese “teórica” de trabalho (ver referência a Lévi-Strauss acima) de que a aprendizagem do manejo da enxada e de outras ferramentas agrícolas ocorrem em situações contextualizadas destas práticas compartilhadas nos grupos que estou nomeando, como Lave (1991) de “comunidade de prática”. A isso se somou meu interesse em descrever a produção da *Mind* de Bateson, na “criação dos significados compartilhados” que ocorrem concomitantemente ao ato de capinar ou outra ação qualquer relacionada ao viver na roça. A conjugação orquestrada de tudo isso é que leva ao aprendizado e conseqüente transmissão deste conhecimento.

Fundamentação metodológica

Nos trabalhos anteriores vivi a etnografia como recorte da minha própria vida (Peirano, 2008), uma vez que fiz parte, participação legítima, no dizer de Jean Lave (2015), das cenas e dos cenários estudados. Mas não apenas isto: ao registrar tudo o que percebia, com muitas imagens e anotações em caderno de campo, me dei conta da semelhança deste com um diário pessoal. De fato, ali anotei os meus espantos, as minhas alegrias e tristezas, as minhas reflexões sobre os acontecimentos e ao escutar a voz gravada de uma das minhas interlocutoras, a Dona Jovina, fui surpreendida por um “segundo campo”, vivido ainda mais intensamente que o primeiro, onde tive um “entendimento subido” da totalidade do que eu registrara em um dos tais “momentos etnográficos”, tão apropriadamente descritos, como mostro em seguida, por Marylin Strathern (2014).

Strathern (2014, p. 350, grifo da autora) sintetiza o “momento etnográfico” da seguinte maneira: “Todo momento etnográfico, que é um momento de conhecimento ou de discernimento, denota uma relação entre a *imersão* e o *movimento*”. Um movimento, sem dúvida, para um nível de compreensão mais elevado, uma *meta* compreensão, diria Bateson (1977, 2000). Ao discorrer sobre as relações sociais que se estabelecem entre as pessoas (pesquisadora, sujeitos da pesquisa), a autora deixa claro também o que ela entende por “imersão”:

Imaginar que isso (as relações sociais) (parênteses meus) pode ou deve ser realizado para coligir dados melhores é pensar de trás para a frente. As relações devem ser valorizadas em si mesmas; qualquer informação resultante é um produto residual e muitas vezes inicialmente desconhecido. É isso que a imersão quer dizer (Strathern, 2014, p. 354).

Neste ponto tenho que fazer uma correção: em um texto anterior que apresentei para a Banca do Exame de Qualificação, a citação de Strathern que fiz sobre a importância das relações que a gente estabelece durante a pesquisa de campo, eu pensava em termos de amizade, de empatia, mas ela está falando da necessidade das relações nos contextos, na produção dos significados, tanto para eles quanto para mim, que é eu buscava registrar.

Pois bem, como disse quando falei da trajetória da presente pesquisa, foi um desses “momentos etnográficos” que resultou no projeto que deu origem a esta Tese, e que chamei, parafraseando a autora e o seu “segundo campo”, de “terceiro campo”.

A referida abordagem cultural da aprendizagem, tanto a situada quanto a ecológica, coloca a etnografia como modo interpretativo privilegiado da Antropologia, assim como também o fazem Wagner (2010), Strathern (2014). Isto porque, como mostram Jean Lave (2015) e Strathern (2014), somente uma “imersão em campo” possibilita a visão do conjunto das participações e das posições (tanto corporais como sociais) que as pessoas ocupam na medida em que vão mudando o seu modo de participar na prática de uma habilidade específica. Além disso, como ressalta Lave, é a etnografia que se produz “os inventários de concepções ou significados que seriam passados de geração a geração como um repertório de conhecimentos e saberes” (Lave, 2015, p. 10), e que vem a ser um dos objetos desta pesquisa.

A etnografia que apresento nos próximos capítulos, teve como foco, portanto, as relações que se estabelecem em encontros de trabalho, seja nos mutirões, onde se reúnem muitas *cumpanheiros*²⁷ ou em menor número (pai e filho, dois jovens). São estes os grupos de pessoas que passo a denominar “comunidade de prática”, pois é neles que ocorre a “aprendizagem situada” (*situated learning*), não no lugar, a Pontezinha, mas nas relações, bem entendido: “relações entre pessoas, contextos e práticas” (Lave, 2015, p. 40). Ora, isto significa, em termos de trabalho de campo, tive que seguir: “participantes cambiantes e suas participações cambiantes em uma prática cambiante” (Lave, 2015, p. 40). Lave reforça o termo “cambiantes” na sua explicação porque leva em conta o deslocamento corporal e social do aprendiz da periferia para o centro, que no seu desenho é o lugar do mestre, o que mostra a adequação da etnografia ao tipo de tarefa que tive que realizar. O critério de inclusão destes participantes interlocutores foi o de que pertencessem à família²⁸ dos Braga da Pontezinha, como eles se auto reconhecem e como são chamados pelos de fora.

²⁷ “Cumpanheiro” é como os Braga se referem a que está numa empreita com eles.

²⁸ Família para efeito deste estudo é um conceito que possui significado mais territorializado, histórico e afetivo, pois leva em conta o fato deles serem uma comunidade tradicional rural negra do Estado de Goiás. Para os Braga da Pontezinha o conceito de família, se eles se detivessem a explica-lo, tem um significado coletivo, expandido e

Quanto aos métodos de pesquisa, atendi sempre às chamadas para os encontros onde a atividade foi a de troca gratuita de serviços (os mutirões de ajuda mútua) e compareci ao número maior possível delas. Participei igualmente de trabalhos em grupos pequenos, como o dos “diaristas” no meu próprio Sítio ou nos Sítios de vizinhos, onde os jovens costumam trabalhar com os pais e/ou colegas, depois do horário das aulas na Escola.

Tanto num quanto noutro destes locais, digo que a minha atuação “se aproximou de uma observação participante”, pois, efetivamente, e concordando plenamente com Favret-Saadra (2005), acho que não podemos observar e participar ao mesmo tempo. Portanto, e agora me lembrando de Jean Lave (1991), na descrição dos eventos vi que podia muito bem participar destes encontros como fazem os “aprendizes” na sua “participação periférica legitimada”, ou seja, aderindo efetiva e afetivamente, sem separar a mente do corpo, ao que estava acontecendo.

O material etnográfico foi enriquecido pelos dados de conversas gravadas com os mais velhos, os que já aprenderam estas práticas há longo tempo. Nestas ocasiões, sempre fui ouvinte atenta, justamente para dar espaço às memórias e comentários pessoais deles. Mas perguntei os seus graus de escolaridade e experiências, boas ou ruins, com os estudos, quando eles haviam frequentado alguma Escola, o que me ajudou a descrever os contextos escolares daqueles tempos e os de agora e poder compará-los, se, no entanto, me aprofundar no tema.

Sobre o caderno de campo reconheço que muitas vezes ficou de lado, os relatos sendo transferidos para mais tarde, num outro local, no meu diário pessoal.

As imagens do trabalho em conjunto, grupos grandes ou pequenos, são permitidas, uma vez que eles mesmos, os Braga, fazem muitas fotos e vídeos e compartilham com todos no grupo de *Whatsapp* da Associação da Comunidade da Pontezinha, a CORPO.

Devo ainda deixar registrado que para me aproximar do “como as pessoas, crianças, jovens e adultos da família Braga aprendem e aprenderam as práticas agrícolas”, procurei seguir o caminho de Lave e de todos que trabalham orientados por uma perspectiva situada da aprendizagem, ou seja, “descentralizando o foco” do tema aprendizagem para me concentrar na descrição das situações, dos contextos que vão sendo formatados, no aqui e agora da ação (Lave, 2019). Este descentramento da questão do tema, no entanto, não dificultou ou impediu a análise dos dados. Pelo contrário, só facilitou, pois no caso da presente pesquisa, a análise e a descrição

histórico. Não é apenas um grupo doméstico ou uma unidade econômica como em alguns grupos ocidentais. Inclui parentes próximos e distantes, vivos e ancestrais. São pessoas que compartilham uma história comum de luta, resistência, memória, ocupação e cuidado da terra. Cuidado este que é o mesmo que eles têm uns com os outros, através de um tipo de rede de cuidados e solidariedade, como se pode contatar nos trabalhos em sistema de troca de serviços e nos mutirões de ajuda mútua.

das observações andam juntas. Já a resposta da pergunta: “ocorreu ou não aprendizagem”, veio após reflexão posterior, já no “segundo campo”, o da leitura das anotações do caderno de campo e da escuta e transcrição das gravações e os primeiros rascunhos da escrita.

Quanto ao estarem concentrados no que se está fazendo, os Braga são um bom exemplo disto, no trabalho do sistema de ajuda mútua. Na maior parte do tempo ficam calados. Só se percebe o som das enxadas cortando o chão. De bem perto, nota-se trocas de olhares, indicando mudança para um próximo “taião”,²⁹ ou um “vou tomar um gole d’água”, ou “olha quem chegou”, coisas assim. Eles sim, de um jeito ou de outro, parecem estar familiarizados com o “aprender na/como prática” (Lave, 2015) e demonstram ter prazer nisto. Foi com eles que aprendi a “como” trabalhar com eles.

Isto posto, quero fazer ainda algumas considerações sobre a particularidade da minha situação como pesquisadora em um grupo “quase” familiar. Digo “quase” familiar porque não me considero uma “Braga” e nem eles me consideram como tal. Não me foi pedido, ou exigido, nas nossas interlocuções, nenhuma resposta simétrica (Golman, 2008, 2009). Ou se foi, eu não percebi. Talvez eu tivesse entendido um aceno neste sentido se eu já tivesse entrado “em campo” como pesquisadora, mas não foi o caso. A minha intenção, quando cheguei à Pontezinha, e faço questão de repetir, não era de aprender os conhecimentos deles, mas de impor o meu, como fazem alguns dos “de fora” que residem na região e boa parte dos técnicos que oferecem cursos para os associados da Associação (a CORPO): o etnocentrismo em mim, foi um caso exemplar, admito.

A minha disposição só mudou, como já disse antes e reitero, depois que, no curso de Antropologia, onde fui conhecendo o trabalho dos autores e comparando o que eles diziam com o que eu via aqui. Foi então que pude refletir e ver que eu estava diante de uma comunidade tradicional que tem história e organização própria, e que merece reconhecimento e respeito. Daí o acerto da minha opção por uma metodologia de trabalho que me deixa livre para explorar as novas trilhas que vão sendo construídas por mim e por eles, na medida em que seguimos juntos nesta caminhada.

²⁹ “Taião” é também uma categoria deles, significando a próxima parte do terreno, mentalmente subdividida por eles, que vão pegar para capinar.

Capítulo I

Introdução ao pensamento de Bateson sobre “aprendizagem” e ao de Wagner sobre a “criatividade”

Tracing these recursive operations of drawing distinctions, distinctions upon distinctions, and so on, enables us to uncover the way we construct and bind together an ecology of ideas – the construction and maintenance of reality (Keeney, 1983, p. 46).

1.1 Bateson: “Como nós sabemos o que nós sabemos”?

Estou perdendo tempo em recuar para escrever um capítulo sobre Bateson e Wagner? Não, eu aprendi um monte de coisa. Talvez não apenas sobre o que eles escreveram, mas sobre todas aquelas coisas que eu queria aprender ainda quando estava no Québec. Lia muito, gostava do que lia, sabia que era por ali, mas não aprendia. Faltava amadurecer as minhas próprias ideias para reconhecer o caminho de modo que pudesse retornar quando quisesse e mesmo transpor aqueles conhecimentos para outras situações (Vera, setembro de 2024).

1.1.1 Os primeiros passos, os tropeços

No contexto comum do aqui/agora eu embarcava com ela, Dona Jovina, para o passado e retornava com a Cultura deles. E pensava: “Sobrinho casado com tia? Pode isso?” (Vera). Não era isto que estava em questão. Era o casamento entre eles mesmos, os parentes, a união das famílias. E novamente conjecturava: “O casamento tia sobrinho era uma regra?” (Vera). Não, não era essa a regra. A regra era a união das famílias, era o vínculo que se criava (ou permanecia) entre as famílias. Tem que considerar o contexto.

E o que vem a ser este tal de contexto? Pelo jeito vou ter que demorar mais nisto, no meu trabalho. Já sei até de onde vou começar: do que Bateson trouxe na página 15 do **Mind and Nature**, de que a noção de contexto “parcialmente indefinida”, ligada a uma outra noção “indefinida” que ele chama de *meaning*, o sentido.

E aqui estou eu de volta ao bom e velho Bateson (Gregory). Pois é isso mesmo, tudo o que eu experimentei durante o meu convívio com os Braga para produzir a etnografia foi decorrente do “sentido” que eu vislumbrava com um “sexto sentido” naquilo que eu descrevia, ainda sem ter me detido a estudar o que vem a ser um contexto.

Contexto³⁰ é a visão dos 2 olhos, é o “flash” que se desenha aí, na retina. Se estático, é apenas um cenário, um enquadramento. E é por isso que Bateson disse que ele é “parcialmente” definido. Como “forma”, o contexto é perceptível. Mas na medida em que temos vários flashes de ações sucessivas, com conteúdo que se organiza na medida em que eles transcorrem, vemos que forma e conteúdo contam uma história, como num filme. A escolha destes flashes é ordenada automaticamente, para que a mensagem captada pelos que compartilham da experiência faça sentido. Portanto, é em decorrência da leitura desse fio que se torna perceptível na esteira dos contextos contínuos que conseguimos apreender o *meaning* ao qual o autor se referiu acima. Este sentido, portanto, também tem dupla referência, a minha, se participo do acontecimento e a de quem compartilha comigo da ação.

Dito isto, que é o mais fácil de entender em Bateson, passamos agora ou mais complicado. Sim, porque a proposta para o Capítulo I, no que se refere a Bateson, é chegar à sua teoria da aprendizagem (ou da não aprendizagem).

Mas antes preciso explicar que Bateson não aborda o tema “aprendizagem” como fenômeno diferenciado de outros processos vitais. Toda a sua obra, escritos, conferências, como afirmam os estudiosos da sua biografia, foram em busca da compreensão desses “processos mentais”, a partir da observação atenta do mundo vivo. Capra (2008) resume bem isto, citando as próprias palavras de dele, de que “a mente é a essência da vida”. Para o autor, todos os seres vivos, sejam humanos ou não humanos, fazem parte de uma mente ampliada, e, embora constituam sistemas distintos (“mentes distintas”), estão conectados entre si, se desenvolvem e funcionam de acordo com um mesmo padrão.

É a esta ótica que ele chama de “ecologia da mente”, entendendo a “mente” como este “todo” composto dessas partes que interagem (Bateson, G. 1988, p. 98-99). Como consta da nota do tradutor para o Francês do *Steps to na Ecology of Mind*, o “mind”, em francês “esprit” (em português “mente”), designa, na acepção batesoniana, “o sistema constituído pelo sujeito e seu meio ambiente” (Bateson, 1977, p. 13). O tradutor não se preocupou em especificar o que autor entende por meio ambiente. A ecologia é processo que unifica, de modo sistêmico e complexo, a estrutura e a organização desse conjunto de subsistemas que nos acostumamos a chamar simplesmente de meio ambiente, com “dinâmica circular recursiva”, noção esta que vou explicar mais adiante.

³⁰ A palavra contexto vem do latim *contextus, us*, do verbo *contexere*, “entrelaçar, reunir tecendo”. Dicionário Oxford Languages, disponível no Google, acesso em 20 de janeiro de 2024.

Mas o autor lista alguns requisitos destes processos mentais para que sejam assim e o primeiro deles é justamente que essa “Mente” constitui um “todo” de partes que interagem.

O segundo critério é semelhante ao que foi dito acima sobre a noção de contextos: é a dupla descrição do conteúdo e da forma, do pensamento e da ação, que como os dois olhos de uma pessoa informam ao sistema uma diferença e a partir daí o que era mecânico pode passar a ser dinâmico, levando a mensagem para a frente.

A fonte de energia necessária para fazer este todo operar é o que a Metafísica chama de energia “colateral”, e este é o terceiro elemento que todos os seres listados por Bateson possuem em comum.

Como exemplo desta energia colateral necessária ao funcionamento desta “Mind” lembro exemplos trazidos da Biologia: a produção da vitamina D ocorre dentro dos organismos, desde que a pele tenha sido exposta aos raios UVB do Sol. Aí encontra o colesterol dando início à série de ações que ela desencadeia no nosso organismo.

A mesma coisa ocorre quando algas, plantas e alguns procariontes absorvem: a luz solar para transformá-la em energia química. Esta “invenção” é conhecida como fotossíntese.

A saudação ao sol, uma série de posições do Yoga que faço todos as manhãs ao raiar do dia, me ajuda a tocar o dia com mais energia e disposição. A energia solar entra no meu subsistema corpo/mente e me sinto como fazendo parte desta trama maior que Bateson chama de Mind.

Mas para ele seria simplificar demais focar apenas na energia do sistema. Temos que combinar todos os critérios, onde ainda não foram incluídos 3, que são: “a organização dos eventos desencadeados em circuitos ou loops; a codificação da diferença; a gênese das “hierarquias do sentido” (Bateson, 1977, p. 109) que serão melhor entendidos na medida em que formos avançando com capítulo.

Para mim fica claro que quando Bateson pergunta “como nós sabemos o que nós sabemos?” dentro de uma Teoria do conhecimento ele está fazendo jus à sua trajetória acadêmica e profissional multidisciplinar, e a pergunta inicial ou questão problema poderia ser também: “como é que os seres vivos se desenvolvem” (Embriologia); “como é que os seres vivos evoluem” (Genética e Evolução); “como é que nos relacionamos uns com os outros” (Teoria social); “como é que nos comunicamos” (Teoria da comunicação, Psicologia, Educação). Mas se a comunicação for patológica, a área de estudos é a da Psiquiatria.

Daí a minha pergunta: Por onde começar? Será que vou ter que entender de todos estes assuntos para chegar à Aprendizagem?

1.1.2 Por onde começar?

Quando eu dava aulas para o Supletivo Noturno eu queria ensinar para os alunos os conceitos científicos, mas passava junto uma atitude em relação à Ciência e aos cientistas, algo que Wagner (2010) chama muito apropriadamente de ‘controle’. A minha insegurança me tornava incapaz de criticá-los. Esta parte das minhas aulas eles aprenderam direitinho. Agora que faço esta auto análise, recuo e corrijo o erro. No meu retorno consciente à minha dependência dos cientistas, encontro igualmente a dependência aos meus pais, ambos, e ao esquema de manutenção disso. Teve o que foi bom, mas teve também o que foi ruim, que eles próprios vinham reproduzindo da maneira como foram criados. Na medida em que ‘vou aprendendo’ no sentido que Bateson explica, vejo que mudou o meu corpo, o meu jeito de me sentar na cadeira para escrever, e as ponderações que faço sobre “aprendizagem” em Bateson e “criatividade em Wagner. Seria fácil dar aulas de Ciência Físicas e Biológicas com o amadurecimento ‘mental’, dentro da perspectiva holística de Bateson, que tenho hoje e que não tinha até há alguns meses atrás (Vera, 2025).

No seu livro *Mind and Nature* (1988), Bateson ocupa todas as páginas do capítulo II para aconselhar, de forma didática, sobre como devemos pensar. O seu espanto decorre do fato de constatar que as crianças, não só na Inglaterra, como nos EUA e em todo mundo, “não são ensinadas a pensar”. E que jeito de pensar é esse que precisaria ter sido ensinado?

Mas eu fiz Faculdade! Será que como estudantes de Biologia aprendemos a pensar para, pelo menos, poder diferenciar um ser vivo de uma pedra de granito?

No curso de Botânica Sistemática na Faculdade, por exemplo, tínhamos que identificar as espécies de plantas a partir de uma chave, examinando excicatas do Herbário recém inaugurado na UnB, em 1969. Quando chegávamos de alguma excursão de coletas, a tarefa era observar as partes das plantas adultas que trazíamos frescas do campo: flores, frutos, galhos com folhas. Parte deste material era selecionada para serem prensados e posteriormente catalogados para ocupar uma das prateleiras da “Biblioteca de Plantas”, o Herbário. Quer dizer que as partes das plantas nós éramos ensinadas a diferenciar.

A identificação a nível de filo, classe, ordem, família, gênero e espécie era feita através de uma chave identificação, a das Angiospermas, de autoria de Graziela Maciel Barroso, nossa Professora. Em papel, naturalmente, pois não existiam ainda os recursos tecnológicos atuais. Partíamos do mais geral até chegar ao que tínhamos em mãos.

Foi bom o curso, sobretudo porque nas excursões aprendíamos a relacionar o que estávamos coletando com o Meio Ambiente onde ela estava. Mas eu nunca tinha tido a

oportunidade de acompanhar o crescimento de uma Angiosperma a partir da semente até o mês de janeiro de 2024.

Figura 1 - O Pau Ferro ainda frondoso



Fonte: acervo pessoal da autora (2023).

Eu estava desolada porque o Pau Ferro que eu tinha bem na frente da casa, com banco na sombra para sentar olhando o tempo passar, estava morrendo. O desespero era maior porque quando me preocupei em plantar uma mudinha não encontrei nenhuma semente. A Figura 1 mostra a árvore ainda sadia e a outra a árvore já perdendo as folhas.

Figura 2 - O Pau Ferro já desfolhando



Fonte: acervo pessoal da autora (fevereiro de 2024).

Sentada no banco olhando para a grama, a planta já quase toda destruída pela praga, encontrei algo semelhante a uma semente germinando. “É uma mudinha dela!”. Plantei e fiquei observando o seu desenvolvimento.

Foi surpreendente, primeira vez que fiz isso, observar o dia a dia da transformação da muda de Pau Ferro que eu tanto queria. Examinando a planta todos os dias e comecei a relacionar as partes: “as folhinhas que nasceram ontem estão de que lado do galho principal? Esta que nasceu há mais tempo está do lado oposto! Como é que ela sabe prá onde tem que ir?”.

Se tivéssemos observado o desenvolvimento de alguma planta desde a semente, talvez tivéssemos formulado questões semelhantes à que Bateson fez, “*How we know what we know?*”, já incluindo na pergunta os seres humanos e não humanos. Foi observando diariamente a mudinha para ver se ele era mesmo do Pau Ferro quis saber “Como é que ela sabe que são duas

folhas, uma para cada lado? Como é que ela sabe a distribuição dos galinhos em torno do galho principal”. A figura abaixo mostra a mudinha na janela.

Figura 3 - A mudinha na janela, crescendo



Fonte: acervo pessoal da autora (fevereiro de 2024).

Bateson apresenta Goethe³¹ como um botânico que tinha facilidade para “reconhecer” o “não trivial”, isto é, algo que “não é auto evidente”, que depende de uma “abstração” e cita o “botânico”: “*A stem is that which bears leaves; A leaf is that what has a bud in its angle; A stem is what was once a bud in that position*” (Bateson, 1988, p. 17). Keeney (1983, p. 5, grifo meu), por sua vez, apresenta Bateson como sendo um desses que reconhecem os padrões que no mais das vezes não são tão óbvios, cujo maior talento era “sua posse de habilidades de **observação** aguçada”.

³¹ Em [wikipédia.org](https://pt.wikipedia.org/wiki/Johann_Wolfgang_von_Goethe) encontrei que Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832, Alemanha) foi “um polímata, autor e estadista alemão do Sacro Império Romano Germânico que também fez incursões pelo campo da ciência natural”. Nasceu em 1749 e faleceu em 1832. Polímata vem a ser “aquele que sabe muitas coisas”.

Observar, saber observar, esse me parece ser o ponto que preocupava tanto Bateson ao ver o que **não** se ensinava para as crianças nas Escolas, tanto nos EUA quanto na Inglaterra. No Brasil, pela minha experiência, alguns poderão dizer “antiga”, é diferente?

No Ensino Fundamental alguns professores propõem às crianças plantarem e observarem o crescimento do grão de feijão em algodão umedecido. Mas tudo para comparar com um modelo que eles têm pronto e que mostra o que esperar que aconteça. Ou, interpretando isso, afirmando que toda “causa” leva necessariamente a um “efeito”, outro dos princípios que Bateson critica como sendo algo que não se ensina nas escolas do ensino fundamental.

E se as crianças fizessem um ensaio sem saber a semente que estão plantando? Eles teriam que buscar a resposta na própria planta. E lá na frente dar um nome, inventado por ela mesma, por que não? Afinal, teve sempre alguém lá atrás que deu um nome a ela, não teve?

Então, no meu entendimento, o critério para podermos responder à pergunta do “como nós sabemos o que nós sabemos” começa pela observação, pela capacidade de distinguir uma coisa de outra, que pode ser estimulada nas crianças. Mas, infelizmente, quando elas chegam à Escola, já está tudo pronto e elas só têm que aprender a “assimilar os conteúdos”.

Se bem que, abrindo parênteses, hoje em dia, desde muito cedo as crianças aprendem rapidamente a “mexer com celular”. Elas são capazes de identificar tudo que aparece numa tela pequena. Mas o que está aí bem grande entre o céu e a terra elas não enxergam. Ressalto, no entanto, que o fato de não enxergarem não quer dizer que elas não são capazes de fazê-lo, e que o erro pode ser corrigido.

E com os Braga, como é que é? Será que eles são bons observadores da “natureza”? Sempre me impressionei com a facilidade de alguns daqui da Pontezinha, dentre eles o Zé Pedro e seu filho Abel, de conhecer as árvores do Cerrado nativo. E as da “beira de córgo” (mata ciliar) também. Vivo perguntando para algum deles “que árvore é essa”? ou “que pau é esse?”.³² Outro dia perguntei o nome de uma planta para ao Abel. Pela primeira vez eu o peguei dizendo que não sabia. Mas explicou: “Pau que num dá fruta fica difícil”.

Ah, entendi, é a partir do fruto que eles reconhecem as plantas! Sendo assim, eles sabem também das flores! E sabem a época do ano em que ela floresce e quando produz frutos, e se são comestíveis, ou não.

Sendo assim, então eles identificam de certa forma como faz Goethe, reconhecendo as partes e colocando cada uma em relação com as demais. Acompanhando o desenvolvimento delas *in loco*, desde o começo, isso por anos a fio, comparando-as com o jeito das outras, torna-

³² “Que pau é esse?” é uma categoria deles aqui, mas é utilizada também por “nativos” de outras partes do Brasil.

se desnecessário se sentar diante de uma lupa para examinar uma excicata tirada do herbário e folhear para frente e para trás uma chave classificatória das Angiospermas.

Quer dizer, lá e cá, na faculdade ou na roça, depois de identificar através da observação das diferentes formas e organizar as informações, é que se chega ao conhecimento da planta.

Segundo o livro do Gênesis, da Bíblia, de acordo com o mito dos povos judaico-cristãos, Deus não identificou as diferenças, ele as criou. E com isso criou o Mundo. Como ressalta Bateson (1977), ele não se preocupou com a natureza da matéria (substância), mas em estabelecer diferenças perceptíveis, ou seja, observáveis.

[...] a ideia essencial de toda classificação é que uma certa diferença gera na sequência uma outra diferença: se nós separamos as bolas brancas das bolas pretas [...], a diferença entre as bolas terá como consequência uma diferença nas suas colocações respectivas [nos sacos da mesa de bilhar] – as bolas pertencendo a uma classe em um saco, aqueles de outra classe em outro. Para realizar uma tal operação nos utilizamos um alvo, um limite ou, *par excellence*, um órgão dos sentidos. *Torna-se, portanto, compreensível que uma entidade perceptiva tenha sido invocada para desempenhar o papel de Criador de uma ordem que de outra forma seria impossível* (Bateson, 1977, p. 23, grifo da autora).

Como consta no Glossário do *Mind and Nature* (Bateson, 1977, p. 246), “Informação é toda diferença que produz uma diferença”, e é este resultado que é transmitido no fluxo da comunicação em ciclos que a cibernética se dedicou a esclarecer.

Portanto, para Bateson, a aprendizagem, não importa o sentido que atribuímos à palavra, deve ser estudada pelas ciências do comportamento, como a Psicologia, a Educação ou a Antropologia. Mas, uma vez que se trata igualmente de um fenômeno ligado à comunicação, como processo mental que é, tem também tudo a ver com o que o autor chama de “revolução cibernética”. E para resolver problemas como a criação de paradoxos nestas conversas, foi que ele recorreu, posteriormente, à Teoria dos Tipos Lógicos.

Em vista disto, vamos trazer, no que segue, um pouco da “invenção” da cibernética na versão de Von Foerster (Segal, 1983).

1. 1. 3 Um pouco sobre a história do nascimento da cibernética

A transmissão de informação que provem da detecção da “diferença que gera uma diferença”, de tratamos no item anterior, tem a ver com a “revolução cibernética” (Bateson, 1977, 1988).

A ideia desse nome, “cibernética”, nasceu do encontro de Von Foerster, com formação multidisciplinar envolvendo matemática, física e filosofia, recém chegado da Alemanha para os EUA e McCulloch, também versado em muitos assuntos, e interessado, como Bateson, em “processos mentais”.

Suas conversas giravam em torno das pesquisas em neurofisiologia sobre “inibição central no sistema nervoso” (McCulloch; Pitts, 1943 *apud* Segal, 1986) e a teoria da memória que Von Foerster estava desenvolvendo, à qual, segundo ele, “Faltava introduzir, sem dúvida, o conceito de aprendizagem. O fato de se lembrar de alguma coisa implica feedback” (Segal, 1986, p. 197). Sim, retroação, que indica que este movimento tido como linear, é circular.

Ora, a ideia de feedback *negativo* (Cibernética de 1ª ordem) já era amplamente discutida, e fora aplicada por Maxwell no seu estudo do motor a vapor com regulador e em biologia, como a “homeostase”, ou auto modulação do sistema endócrino humano. A retroação que nos leva de volta à cena, no aqui e agora da lembrança, é dito negativo porque, uma vez lá, podemos optar por uma mudança de comportamento. No caso dos hormônios, ocorre a regulação na produção deles: estando alto demais, diminui a produção e se está baixo, aumenta, isso geralmente em ação coordenada com a secreção de hormônios de outras glândulas, ou de cofatores (vitaminas, sais minerais).

A aplicação da noção de feedback negativo também aos comportamentos, abria a possibilidade para os pesquisadores interessados na compreensão de aprendizados que decorrem do reconhecimento de contextos e pontuação de novos caminhos, de vislumbrar um horizonte para além das simples respostas a estímulos. Daí o que o entusiasmo de McCulloch com a pesquisa de Von Foerster.

Como presidente das reuniões do Congresso Macy, que reunia cientistas de várias disciplinas para discutirem esses temas de feedback, dentre outros, McCulloch convidou Von Foerster para apresentar a sua teoria sobre a memória na próxima reunião, a de 1949, que teve como título: “Causalidade circular e mecanismos retroativos nos sistemas biológicos e sociais”.

Ora, por que esse nome? Acontece que poucos anos antes, em 1943, Rosenblueth, Wiener e Bigelow tinham publicado um artigo na revista *Philosophy of Science*, a respeito da ideia de “circuitos de retroação auto corretiva” nos processos de transmissão de informações que sofreram, de algum modo, inibição (restrição) do fluxo esperado.

No mesmo ano da reunião de 1949 foi publicado o livro de Wiener intitulado *Cybernetics*, ao qual Von Foerster teve acesso e leu, antes do Congresso. Daí que, como editor das atas do Congresso Macy daquele ano, sugeriu a mudança do nome complicado

“Causalidade circular e mecanismos retroativos nos sistemas biológicos e sociais da reunião para “*Cybernetics*”;³³ ideia que foi imediatamente aprovada por unanimidade pelos participantes. Segundo relata Von Foerster (Segal, 1986, p. 200), o acontecido levou Wiener às lágrimas, pois ele se emocionou com a efusiva aceitação da sua “progenitura espiritual”.

A Cibernética, portanto, como descreve Augras (1964 p. 4), que é psicóloga de formação, é uma ciência que estuda o *comportamento* das “máquinas”, sejam elas mecânicas, eletrônicas, neurológicas, econômicas, sociológicas, etc.; e eu incluo no etc. as antropológicas, por serem todos estes mecanismos auto reguláveis.

Augras escreveu aos 27 anos o artigo que referencio. Hoje, 2025, aos 88 anos, francesa, vivendo no Brasil desde 1961, ela ensina para o Pós Graduação da PUC-RJ e na FGV. As explicações matemáticas sobre a cibernética que ela cita são do livro de W. Ross Ashby, *An introduction to cybernetics*, 1956, que tinha como propósito torna-las compreensíveis, segundo a autora, especialmente para biólogos, psicólogos e sociólogos.

Devo a Augras, além da leitura “digerida” das formulações matemáticas, poder ilustrar o que vínhamos falando, sobre mudança do termo *governor*, “regulador” das máquinas para “piloto” e posteriormente para Kubernetes, do grego, que achei muito interessante. Na Grécia, diz ela:

[os “pilotos” eram] os homens que recebiam todas as informações sobre o estado do país, tomavam as decisões e governavam, exercendo, portanto, uma ação reguladora, para manter o equilíbrio político e econômico. Tal conceito de *kubernetes* era então intuitivo.³⁴ Coube a Wiener dar-lhe formulação matemática” (Augras, 1964, p. 5).

Foi a partir deste achado que Bateson explicou as ações adaptativas dos organismos (Bateson, 1988, p. 113), como, por exemplo, o da Seleção Natural. Mas, como veremos, não ficou só nisto. Com isso, encerramos esta parte e passamos ao próximo, com exemplos de funcionamento de “máquinas”, qualquer que seja a conotação dada ao termo.

1. 1. 4 O funcionamento dos termostatos e o que Bateson aprendeu com os Iatmul. A distinção entre “variáveis” e “parâmetros”

³³ Origem etimológica de cibernético: do grego kubernetikós, próprio de piloto, capaz de pilotar.

³⁴ A intuição matemática é usada para uma série de coisas, entre elas na busca de padrões que relacionam objetos matemáticos e/ou na formulação de conjecturas que podem ser provadas verdadeiras (Visão criada por IA do Google, em 11 mar. 2025).

“Variáveis” de temperatura em um sistema de aquecimento de residências como nos EUA e no Canadá, são as oscilações durante um dia (24 horas). Se a temperatura baixa, a caldeira liga, se aumenta, ela desliga. Mas estas máquinas são pilotadas (ou governadas) e obedecem a “parâmetros”, definidos por quem tem o controle de fora do sistema, o que caracteriza estes processos cibernéticos de 1ª ordem, e que estabelece que ela deve ficar em 21 graus, ou mais, ou menos.

No entanto, temos que ressaltar que somente circuitos circulares, como os cibernéticos, podem corresponder a estes comandos. E porque isso? Nesses circuitos dinâmicos faz-se uso de um procedimento “mental”, que também pode ser implementado em máquinas como no exemplo do funcionamento do aquecimento central de uma casa que estamos vendo, que é o da causalidade final, onde o efeito vem antes da causa. Combinado com a causalidade eficiente, a que nós privilegiamos no nosso modo de explicar os acontecimentos, e onde a causa antecede o efeito, a máquina funciona corrigindo eventuais mudanças de temperatura.

Aqui, abrindo um parêntese, lembramos que esta causalidade final é uma daquelas coisas de que falávamos anteriormente e que Bateson reclama não ser ensinado às crianças em idade escolar e que nos impedem de compreender os processos mentais (Bateson, 1988, p. 61). Foram necessários muitos anos, desde que Aristóteles ilustrou, no século IV, o nosso “modo de explicar”, listando entre eles a causalidade final, até que no século XIX ela foi aproveitada pelos cientistas que desenvolviam a epistemologia cibernética.

Mas voltando ao funcionamento dos termostatos, vimos que “parâmetros” são também características de um sistema, mas de ordem diferente das “variáveis”. Os parâmetros limitantes que a dona da casa implementa são de uma *ordem* (ou classe, ou tipo) superior ao das variáveis anteriores.

Então, são dois momentos nesses circuitos cibernéticos: o momento do processamento das informações propriamente dito (alimentação) e o momento da correção, ou mudança “paramétrica”, onde eles reagem às informações e fornecem um feedback (retroalimentação) que possibilita correções nele mesmo, numa ordem hierárquica superior. A questão se trata de lidar com meta-relações entre mensagens, onde o entendimento de uma pressupõe também o da anterior, ou seja, de pensar na maneira como isto ocorreu numa sequência que como vimos, não é linear, mas circular, ocorre em loops, ou ciclos.

Ora, Bateson já observara desde 1930, entre os Iatmul, comportamentos, simétricos e complementares que poderiam levar ao *runway* (descontrole) e rompimento da organização social do grupo. A este processo deu o nome de cismogênese. Quer dizer, comportamento que

se não fossem equilibrados, levariam à destruição deles próprios. Mas o que ele viu foi que isto, efetivamente, não acontecia, uma vez que eles conseguiam contrabalançar os de seus relacionamentos de forma sistêmica, evitando os excessos de rivalidade que de outra forma os conduziria à explosão (Bateson, 2008).

Esta parte referente ao equilíbrio foi resolvida com o advento da cibernética de 1ª ordem, que é a retroalimentação decorrente do feedback negativo, que reconduz a organização social deles, os Iatmul e que explica, igualmente o autocontrole do termostato, ou a homeostasia do sistema endócrino, que Bateson classificou posteriormente como Aprendizagem tipo II.

Mas depois se deu conta de que ainda faltava incluir, para melhor descrever as mudanças mais profundas, do tipo das mudanças epistemológicas, outras teorias, e conclui que “tanto a teoria da aprendizagem como a teoria dos sistemas cibernéticos enquadram-se na teoria dos tipos lógicos” (Bateson, 2008, p. 321). Mudanças “paramétricas” (ou paradigmáticas) como estas exigem um outro tratamento, cuja compreensão só veio com a que se conhece hoje como a cibernética de 2ª ordem, que trata das meta-meta-mensagens, ou aprendizagem tipo III, na tipologia desenvolvida por Bateson (1977).

1. 1. 5 A Cibernética de 2ª ordem ou “a cibernética da cibernética” segundo Von Foerster

Von Foerster chama a nossa atenção para uma “mancha cega”, ou “ponto cego”, que todos temos e que não vemos: “Chamarei a este fenômeno de deficiência de segunda ordem, e direi que o único modo de se sobrepor a tais deficiências é através de terapias de segunda ordem” (Von Foerster, 1991, p. 90). Lembra então Castanheda, que escreveu sobre o método de Don Juan, um índio Yaqui, que o fez “ver”. E que coisa é esta que não queremos ver? “Algo que não pode ser explicado não pode ser visto”. Temos aí novamente a causalidade impedindo o fluxo do conhecimento. E além dela, a *dedução*, método lógico que nos tira para fora do contexto das ocorrências, e a objetividade que nos adverte de que “As propriedades de um observador não devem entrar na descrição de suas observações” (p. 91). A este último ponto Von Foerster contrapõe uma pergunta: “Quais devem ser as propriedades de um observador?” à qual ele mesmo responde:

Quaisquer que sejam as propriedades a que chegemos, nós todos, vocês e eu, os que temos que fazer estas observações, quer dizer, temos que observar nossa própria observação [...]. Não estaríamos assim abrindo a porta para a travessura lógica representada pelas proposições que se referem a si mesmas

(“Eu sou um mentiroso”), que com tanto êxito foram excluídas pela teoria dos tipos de Russel, para que tornem a nos incomodar? (Von Foerster, 1991, p. 92).

E que teoria é essa? Foi em Russel que Bateson encontrou uma explicação clara e simples que o ajudaram a entender a necessidade da classificação das sequências de ações contextualizadas em loops hierárquicos (ciclos hierárquicos).

A Teoria dos Tipos Lógicos parte do “truísmo”, ou seja, de uma verdade incontestável, à qual Russel, o formulador da Teoria, recorreu. Parece simples: ele afirma que “uma classe não pode ser membro de si mesma” (Bateson, 2008, p. 312), o que alguns podem dizer saber “de cor e salteado”, mas que mesmo assim não estamos habituados a prestar atenção. Coisa essa que Bateson lista como mais uma que deveríamos ter aprendido quando crianças, mas que foi deixado de lado (Bateson, 1988, p. 30).

Nos *Principia Mathematica* de Whitehead e Russell de 1910-1913 (Bateson, 1977, nota de rodapé p. 299) e na Teoria dos Tipos Lógicos desenvolvida por Russel estão os princípios matemáticos que se aplicam igualmente aos processos mentais da Mind Ecológica, e que nos permitem “resolver” os paradoxos gerados pela reflexão, pelos processos recursivos: esse paradoxos são simplesmente interditados.

E por quem? Pelo próprio observador, quando ele se dá conta da sua autonomia e responsabilidade e de que pode muito bem fazer isso. Na cibernética de primeira ordem o observador entra no sistema para realizar o propósito do sistema, na de segunda ordem, que é o caso agora, “[...] o observador entra no sistema estipulando *seu próprio* propósito” (Von Foerster, 1991, p. 92).

Com estas argumentações de Bateson e de Von Foerster, posso passar em seguida para as categorias de aprendizagem propostas pelo primeiro e à qual nos referiremos algumas vezes nos capítulos II, III e IV.

1. 1. 6 Segundo passo em direção a uma Teoria da Aprendizagem em Bateson

Bateson viu a necessidade de dialogar com as ideias de Russel quando ele se pergunta se houve ou não mudanças na aprendizagem de vários exemplos que ele traz para analisar, começando pelos animais de laboratório que são treinados para desempenhar determinadas tarefas onde podem ser identificados níveis diferentes de aprendizagens. Levava consigo também todo conhecimento que adquiriu nas suas pesquisas, desde os Iatmul, passando pelos

shows dos golfinhos em aquários nos EUA, e pelas experiências trabalhando em grupos de Terapia Familiar e com os Alcoólicos Anônimos.

Mais alguns esclarecimentos antes de passarmos à tipologia da Aprendizagem de Bateson: o ensaio do autor intitulado “As categorias da aprendizagem e a comunicação” foi escrito em 1964, portanto bem antes da publicação em inglês em 1972 do *Steps...*, mas ele ainda não tinha revisto o *Naven* e escrito o *Epílogo 1958*, onde trouxe as suas reflexões sobre a cismogênese observada entre os Iatmul, que foram tão importantes para que ele chegasse à conclusão da necessidade da inclusão da Teoria dos Tipos Lógicos na análise das suas pesquisas. Foram longos anos de estudos, e como o próprio autor admite, esta foi a parte mais difícil das suas formulações.

Quanto a mim, devo dizer que não tenho a pretensão e nem é o objetivo da Tese analisar, passo a passo, a evolução de aprendizes no domínio da enxada e arte da capina, mesmo porque, como mostro mais adiante, a empreita não poderia de antemão ser realizada uma vez que não se aprende mesmo a capinar, não nos moldes que eu, como professora do ensino fundamental que fui, esperava. Em vista disto, ao invés de discutir cada um dos níveis de aprendizagem, apresento abaixo uma recapitulação” da tipologia a que chegou Bateson, feita por ele mesmo:

A aprendizagem 0 se caracteriza pela especificidade da resposta, que, falsa ou verdadeira, não pode ser suscetível de correção” (não tem feedback – parênteses meus). A aprendizagem I corresponde a uma mudança na especificidade da resposta, por meio de uma correção nas escolhas no interior de um conjunto de possibilidades. A aprendizagem II é uma mudança no processo da aprendizagem I: seja uma mudança corretiva no conjunto de possibilidades onde se efetua a escolha, seja uma mudança que se produz na maneira como a sequência da experiência é pontuada (animais de laboratório – parênteses meus). A aprendizagem III é uma mudança no processo de aprendizagem II: uma mudança corretiva no sistema dos conjuntos de possibilidades no qual se efetua a escolha [...]. A aprendizagem IV corresponderia a uma mudança na aprendizagem III, mas é fortemente improvável que ocorra em um organismo vivo atualmente [...] (Bateson, 1977, p. 314, grifos do autor, tradução da autora).

Cabe a nós, agora, imaginar a hélice vertical com loops sucessivos, cada loop correspondendo ao tipo de aprendizagem possível no contexto do processo mental cibernético que estamos analisando.

Quero deixar claro aqui que, como já disse, a tipologia da aprendizagem não é o assunto da Tese, mas o processo mental tal como vimos, formulado por Bateson e outros “cibernéticos” tem tudo a ver com o nosso propósito de pesquisa, como comento melhor nas Considerações Finais deste texto.

1. 1. 7 Exemplos de aprendizagem de não humanos, humanos e máquinas

O meu gato mais novo, Ticó, na época com seis meses de idade. O relato é do dia 22 de junho de 2024, portanto, de algo acontecido há quase 1 ano.

O Ticó subiu no telhado durante a noite e agora de manhã não sabe descer! A Amora e a Mel já estão aqui no quarto deles, esperando a comida. Não sei se elas também estavam lá, se ele subiu com elas e foi deixado para trás. Enfim, só sei que de algum modo ele subiu, mas não sabe descer. Aí, lá vou eu. Ligo as lâmpadas da varanda e com a lanterna de mão o localizo lá em cima, miando baixinho, do jeito dele. Ele mia assim desde que chegaram 3 gatinhos recém nascidos aqui na minha varanda, durante a noite. Só ele escapou da boca cheia de dentes dos cachorros, porque cheguei a tempo de salvá-lo. Chamo, mostro a grama, mostro a Mel, mãe adotiva dele, a Amora, sua irmã adotiva, que vieram olhar o que está acontecendo ou ajudar, não sei. Incentivo: “Pula, pula”.

Um desnível à esquerda, no gramado, parece apropriado, porque acaba diminuindo a altura entre o chão e o telhado. Indico para ele com a lanterna. Ele vem para a beirinha, duas, três vezes, até que espia bem e pula. No outro dia lá estava ele miando novamente em cima do telhado. “Todo dia isso. Hoje ele vai ter que esperar. Vou tomar o meu café primeiro, está muito frio”, falei decidida. Mais uns minutinhos e lá vou eu com a lanterna. Mas quando ligo as lâmpadas da varanda vejo a carinha dele na janela do quarto com a Mel e a Amora. Ele já tinha pulado e entrado no quarto. “Ele aprendeu a pular sozinho, o danadinho!”, pensei feliz.

Certo, eu não fui lá. Mas ele tinha informações suficientes do nível 1 e se corrigiu – isso eu não podia fazer por ele, mexer nas engrenagens das informações que ele tinha “salvado” desde que nasceu, suas estruturas, que ele reorganiza no aqui e agora desta nova experiência, pois eu não fui lá para indicar “a saída” e pulou.

Ele ainda se atrapalhou uma terceira vez, depois desse dia, e ficou lá miando. E agora? Começo tudo de novo e vou lá mostrar o lugar onde ele pode saltar com segurança? “Paciência, vou esperar”. Continuo na lida e só lá pelas tantas, depois de distribuir a comida dos cachorros e a das gatas que já tinham voltado me dispus a ir atrás. Foi quando ouvi o seu miadinho junto à porta: ele já tinha entrado.

Então, quando posso dizer que ele aprendeu a pular sozinho? Hoje, na terceira tentativa ou naquele outro dia? Bom, eu sei o que aprendi com as cenas: na primeira, quando fui com a lanterna, indiquei o caminho e ele pulou; e na segunda e terceira aprendi a confiar no processo dele. Neste momento posso concluir com segurança que as referências que ele juntou são peças

suficientes para montar o quebra-cabeças dos contextos de onde um gato da sua idade tira as mensagens para resolver situações de estresse, quando ocorrem, e toma decisões como: “nestas condições posso pular com segurança”. Então, tendo em vista que ele aprendeu a pontuar os contextos, a aprendizagem dele se inclui nas de tipo II.

O fato de que eu não interferi foi importante? Sim, assim como ter ido anteriormente lá para indicar uma distância menor entre a grama e o telhado. Mas depois de algum tempo, eu pensei que ele pode ter aprendido a reconhecer contextos lá da listinha dele, e não estes que descrevi, do telhado, da grama: no telhado ele via a luz acesa na cozinha e no banheiro, e talvez pensasse que fosse por ali a saída, uma vez que eu falava com ele e parecia tão perto. Me lembro de que parei de falar com ele dali, e apaguei as luzes, deixando acesas só a do quarto deles e a da varanda.

Já os galos me dão sinal que o amanhecer está próximo. O primeiro canto, ainda longe, o segundo, mais perto, e o terceiro, já chegando o dia. Eu ainda não estou enxergando nada, mas parece que eles enxergam o sol antes dele aparecer no horizonte. Aqui, nesta época do ano, o sol nasce por volta da seis e quinze. Eu regulo a hora de sair da cama pela cantiga deles. Interajo com eles sem me importar em conferir a hora. APD tipo I.

A aprendizagem do Kaio sobre como matar animais peçonhentos com segurança, como mostro no capítulo II, é ao mesmo tempo uma aprendizagem sobre a ordem anterior, onde o pai dele mostrou o passo a passo de uma operação segura: ele observou (ouviu, viu) que teria que arranjar um porrete adequado; colocar o animal no limpo; mirar a cabeça. E depois ainda tem que procurar pela outra cobra companheira daquela, porque no caso das cascavéis, elas andam sempre juntas.

O pai não estava quando chamei. As cobras não esperam. A mãe incentiva ao autorizar que ele viesse me ajudar. Eu já tinha dito que a cobra não era venenosa. Ele veio e tudo deu certo. Primeira vez que ele matou uma cobra sozinho. No capítulo II, volto a pensar sobre o tipo de aprendizagem do Kaio.

No caso do termostato, a mensagem que a proprietária introduz no sistema se baseiam nas mensagens da sua leitura do termômetro: se marca 21 graus e o corpo ainda senti frio, então aumento para 25. Mudança paramétrica, mas de fora do sistema. Portanto é uma APD tipo II.

Se vou aferir a pressão sanguínea e ela está 14/7 e estou sentindo frio, me agasalho bem, almoço. Enquanto eu escrevia aconteceu isto. Em menos de uma hora a pressão baixou para 13/7. Estou dentro do sistema, mas não introduzo nenhuma mudança paramétrica, como um comprimido para baixar a pressão. Homeostase pura e simples.

1. 2 Wagner

Uma ‘antropologia’ que jamais ultrapasse os limiões de suas próprias convenções, que desdenhe investir na imaginação num mundo de experiência, sempre haverá de permanecer mais uma ideologia que uma ciência (Wagner, 2010, p. 29).

Foi esta assertiva de Wagner que me levou a reavaliar o uso que vinha fazendo do termo “criatividade” ao me referir à minha interlocutora D. Jovina no texto que foi apresentado à Banca do Exame de Qualificação. Isto só foi possível depois que analisei a minha condição de Antropóloga em campo levando em conta a possibilidade de intercambio de perspectivas na nossa interação, que aliás já era o que estava acontecendo, mas que eu não parei para analisar. Para tanto tive que rever Wagner (2010) e a discussão que o autor desenvolve em torno de situações semelhantes vividas por ele.

Wagner teve momentos assim em campo, com os Daribi. Eles projetavam para a vida dele, o desenhavam, a partir do que atribuíam como importante nas suas próprias vidas. Estariam eles “pensando” uma cultura para o Antropólogo a partir da perspectiva deles?

E por que não? Sim, estavam inventando para o antropólogo uma cultura tal como a academia estabelece para “o outro” genérico. Isto o levou a repensar os seus conceitos sobre esta noção, ao mesmo tempo que a sua prática etnográfica.

Para que o pesquisador possa enfrentar o trabalho de criar uma relação entre tais entidades, não há outra maneira senão conhecer ambas simultaneamente, apreender o caráter relativo de sua cultura mediante a formulação concreta de outra. Assim é que no curso do trabalho de campo, ele próprio se torna o elo entre culturas por força de sua vivência em ambas: e é esse “conhecimento” e essa competência que ele mobiliza ao descrever e explicar a cultura estudada (Wagner, 2010, p. 30).

E eu acrescento: descrever, explicar e “aprender” a cultura estudada, reaprendendo a sua própria, como ele deixa claro mais adiante:

É apenas mediante uma “invenção” dessa ordem que o sentido abstrato de cultura (e de outros conceitos) pode ser apreendido, e é apenas por meio do contraste experienciado que sua própria cultura se torna “visível”. No ato de inventar outra cultura, o antropólogo inventa a sua própria cultura e acaba por reinventar a própria noção de cultura (Wagner, 2010, p. 31).

Reflexões estas que nos remetem a Bateson e ao que ele diz sobre a importância da “diferenciação” no processo de produção de conhecimento, como foi mostrado anteriormente.

Será que eles faziam sempre as mesmas perguntas sobre quem é que fazia a comida, sobre com quem a pessoa podia se casar, todas as vezes que aparecia alguém diferente por lá? Não, depende da pessoa que chega, do contexto daquela relação nova que se estabelece e dos contextos que são desenhados a partir disso. É no contexto da ação que os questionamentos surgem (Vera, 2025).

Mas o que vem a ser “este tal de contexto”, para Wagner?

1. 2. 1 Contexto em Wagner

Wagner (2010) não se detém especificamente no tema aprendizagem, mas a partir da sua abordagem do que vem a ser o “contexto de uma experiência”, encontrei tanto na sua teorização, quanto na descrição da sua prática etnográfica junto aos Daribi, fundamentação que se adequa ao que vivenciei em campo. Para o autor, “contextos” não são simplesmente sinônimos de “ambiente” ou enquadramentos espaciais, mas constituem a “base relacional” onde são gerados os significados que trazem sentido à realidade do “aqui e agora” das ações do cotidiano das nossas vidas. É isto que tem relevância para ele. Em síntese, para o autor, os significados surgem na medida em que criamos e experimentamos os *contextos* (Wagner, 2010, p. 77), ou seja, na medida em que estes vão sendo “encenados”. A relação a que ele fala aí é da relação ANT x Daribi (ou outro povo qualquer), o contexto é o do trabalho de campo junto a estes “nativos” da Melanésia.

Já os significados, a construção dos significados, ocorre na dinâmica dos contextos compartilhados, pois eles que nos contam a “história”, definem um padrão ou narrativa. Se estou junto com eles vou ser capaz de captar isso e entender o que está acontecendo.

Quando o Antropólogo está em campo, interagindo com/no cotidiano com os Braga, com os Daribi, o que ele percebe é novo, acabou de ser produzido. Um pouco mais do mesmo? Bem, pode coincidir com a Cultura que eu já tinha desenhado ou projetado desenhar (hipóteses) para eles. Por exemplo, o que o Inciso I, Artigo 3º, do Decreto 6.040 diz:

Populações tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Inciso I, artigo 3º, Decreto 6.040, *in* Almeida, Alfredo W.B. de, 2008).

Eu poderia dizer, a partir disso, que eles são assim mesmo. Mas pode ser diferente. Certo que no que depender deles é tudo igual, o que não impede que a Antropóloga registre as mudanças, caso ocorram.

1. 2. 2 Sobre a necessidade de se redefinir a relação Antropóloga X “Nativo”

Só a criatividade, como descreve Bateson, leva à inovação, à mudança. Mudança é obviação, é invenção de algo que naturalmente, como diz a palavra, não existia antes. Mas por que Wagner considera a cultura, a sua e a do outro, como uma invenção? E o que invenção tem a ver com ‘criatividade’ para o autor, conceito este que venho mencionando desde as páginas iniciais desta Tese ao me referir à experiência que compartilhei com os Braga? (Vera, 2 de novembro de 2024).

A necessidade de definir a minha posição no decorrer dos trabalhos etnográficos anteriores e deste que agora apresento, me levou a recorrer novamente a Wagner, pois no seu livro *A Invenção da Cultura* ele se dedicou justamente à questão problema da relação entre a proposta teórica que o Antropólogo aprende na Academia e a análise empírica dos dados do campo (Dulley, 2011).

Wagner coloca claramente a “cultura” como “invenção”, invenção no sentido de inovação criativa, do tipo das obras de arte. O mesmo se pode inferir do pensamento de Bateson e que alguns outros autores, inclusive Strathern, aos quais ele faz referência. Mas vamos à maneira como o autor, a partir de sua trajetória, trata do tema.

Tudo começou, como já abordei acima, quando, vivendo com os Daribi, percebeu que eles tinham uma percepção de sua vida de “solteiro” que não era a mesma que ele tinha, a partir do seu próprio ponto de vista. Como a esposa de Wagner não veio, ele se ocupava sozinho em fazer a sua comida e cuidar da casa e isto intrigava os “nativos”, que tinham costume diferente em relação a isso.

Nas fronteiras do espaço compartilhado, ele percebeu a troca de perspectiva e admitiu que estava sendo etnografado por eles. Ora, então, a sua cultura ocidental etnocêntrica podia

ser considerada outra coisa, se vista pelo outro. Ou, concluindo como faz Von Foerster (Von Foerster, 1991), “a realidade depende da pessoa que observa”.

Antes de Wagner, Eduardo Viveiros de Castro (Maciel, 2019) já tinha teorizado sobre o isso, no que chamou de “perspectivismo amazônico”. E Bruce Albert? Ele foi escolhido para “traduzir” Davi Kopenawa e aceitou sem pestanejar. Vivendo desde os 22 anos com os Yanomani, Albert sabia escutar e “aprendeu a aprender” com eles, de modo a perceber os significados do que Kopenawa lhe contava (Kopenawa; Albert, 2010) e o livro foi escrito, digamos assim, a quatro mãos.

As sociedades tribais não questionam a realidade, pois não separam o observador do objeto observado. De fato, a visão de mundo deles é diferente na gênese mesmo do tratamento disto que chamamos de realidade. Não ficando do lado de fora do processo, eles estão dentro, e se incluem na relação como “um sub sistema de uma Mind”, como diria Bateson.

Já os ocidentais separam, a objetivação é diferente: eles se colocam do lado de fora, eles aceitam a realidade como existindo previamente, como “dada”. Eles partem do pressuposto de que não a “cria” ou melhor, de que não “participa” da sua criação.

Wagner se propõe a fazer o seu estudo do conceito de Cultura desta posição, do lado de fora, mas consciente disto, e intercambia com a objetividade dela. Consciência que lhe veio ao comparar a sua Cultura com a do outro que estava comparando a sua própria cultura com a dele.

Então, ele não parte de um processo indutivo como explicação da realidade. Não se propôs comparar variáveis repetindo experimentos, e proceder a uma análise empírica, quantitativa dos dados (resultados). O modelo de pensamento usado pelo autor, segundo ele próprio, “foi deduzido e estendido para fora, e não induzido” (Wagner, 2010, p. 15), portanto, fazendo uma comparação com uma realidade objetiva, embora sabendo de antemão que poderia não ser verdadeiro.

Os questionamentos de alguns dos autores que referencio nesta Tese sempre começam por aí, por uma crítica a concepção científica da realidade, ou “objetividade científica”, que apareceu no século XVII e é responsável, segundo Von Foerster da nossa “história de amor com a causalidade” (Segal, 1983, p. 32).

Newton foi o primeiro a formular que “as mesmas causas engendram os mesmos efeitos”. Galileu afirmou: “Na verdade, só uma coisa conta, é o número”. E Descarte, com o seu “Discurso do método para bem conduzir sua razão e procurar a verdade nas ciências” veio tornar ainda mais difícil qualquer contestação à essa ideia.

Isto justifica a demora até chegarmos no século XX, ao “construtivismo radical”³⁵ e a Glaserfeld, que escreve; “[...] nós podemos estudar as operações por meio das quais nós construímos nossa experiência do mundo”, e mais adiante sublinha que “[...] a consciência de efetuar tais operações [...] pode nos ajudar a fazê-lo diferentemente e talvez melhor” (Segal, 1983, p. 48).

Wagner compara o seu ponto de vista com o que os Daribi tinham dele e via a diferença. Naquele momento percebeu a mensagem e como num espelho, a partir desta perspectiva, viu que a sua própria mudara. E quais as implicações disso? Bom, depende do que ele queria fazer. Sendo uma etnografia, precisava reavaliar a posição do observador e a do observado, explicando como chegar lá.

Minhas reflexões sobre isso:

Eu estou inventando esta realidade, eu estou inventando a cultura deles em decorrência da relação que estabeleci com eles como Antropóloga. Eu crio isto, será que é isto que Wagner chama de ‘criatividade?’. De uma coisa estou segura: Antes de mim, eles foram criativos ao inventar uma cultura e apresenta-la, como fez D. Jovina, para o ‘outro’, no caso eu, que estava ali para estuda-la. Portanto, mais importante do que tudo, é estar consciente de que interação implica a outra parte, o ‘nativo’. Segundo Wagner, o que aconteceu foi que eu me inspirei na criatividade dela e criei a minha própria, vivendo ‘em dois mundos’ (Wagner, 2010). A dialética entre as convenções destes dois mundos, me mobiliza (ou aos Braga, ou a Wagner, qualquer um que estiver implicado na simbolização), colocando o foco em um deles. Mas a criatividade da mudança não para aí, pois, a partir daí, tenho um novo olhar crítico sobre o conceito de cultura que trago da Academia. Tudo isto só foi possível porque reavaliei o ‘controle’ que este modo de pensar exercia sobre as minhas atitudes. Mais ou menos na linha do que disse Glaserfeld lá atrás, que também não é diferente sobre a aprendizagem que vem de recuar, refazer os passos em um outro patamar, como ensinou Bateson (Vera, 28 de fevereiro de 2025).

No *A Invenção da Cultura* Wagner diz não querer provar os preceitos e generalidades que aprendeu na Antropologia (Wagner, 2010, p. 16) sobre como se relacionar com os “nativos”. Explicar então que o seu “modelo” de pensamento não é o indutivo, ou empirista, como o das ciências naturais. Ele não tem intenção de fazer nenhum experimento, mas estabelecer analogias entre o convencional e o que estava vivendo, por mais surreal que fosse. Repetindo, trata-se de um modelo dedutivo, estendido “para fora”, ou seja, ele observa a si

³⁵ O construtivismo radical é apenas uma das correntes que teorizaram sobre o tema.

mesmo observando, mas consciente. Este processo é tão criativo (inventado) quanto as nossas perspectivas “interiores”, diz ele.

Neste ponto, para ilustrar, trago o que Wagner (2010) cita, ao comentar Newton, e o dito do cientista *Hypothesis non fingo*, (“não formulo hipóteses”, em português): o físico das leis da dinâmica e da gravitação compunha as suas equações e delas deduzia o mundo. Ele não formulava hipóteses, ele formulava as “leis da natureza”, descrevia o que observou, mas consciente de que pode observar a sua observação - ele mesmo ou um outro observador -, e muda-las. Portanto, neste sentido, elas são tão hipotéticas quanto uma hipótese. Daí, suponho, a sua constatação de que não precisava formular hipóteses.

Ainda sobre isto, Maturana (1983 *apud* Segal, p.88, 1988) comenta: “Nós (os cientistas) podemos colocar a objetividade entre parênteses” (parênteses da autora), e seguir o protocolo da metodologia científica, e vai dar tudo certo. Depois é só ficar aguardando a validação da “descoberta” pelos nossos pares.

Será que foi pensando nisso que Bateson (1977, p. 67-68) concluiu em um dos seus meta logos³⁶ que as leis científicas são “princípios explicativos” e “não leis jurídicas” (Segal, 1988, p. 86)? Estes últimos são elementos jurídicos, num contexto social, enquanto que as leis científicas são “inventadas”.

Reflexões minhas e considerações finais sobre o item:

Sair da caixinha, buscar um significado para a minha vida. Sou Antropóloga ou não sou? Que tipo de Antropóloga sou eu? O que é ser Antropóloga para mim? Buscar a epistemologia do outro, mas não como um reflexo da minha. A descrição etnográfica me permite isso. Dar uma rasteira no algoritmo, sair do dialógico de ficar comparando ‘dados’. Descrever, buscando novas perspectivas, novas possibilidades. Partir para o analógico, para a meta-meta-aprendizagem, que foi o que ocorreu quando aprendi que trabalhar em campo entendendo o significado de estar aqui na Pontezinha, com os Braga, há muitos anos, é um privilégio de poucos (Vera, 28 de fevereiro de 2025).

Mas ainda tem mais sobre Wagner e a invenção da cultura: à página 15 ele afirma que o *A Invenção...* não foi escrito para provar, “mediante evidências, argumentos ou exemplos” nenhuma generalização “sobre o pensamento e ações humanos” aos antropólogos. Alerta ainda para o fato de seus dados podem não corresponder ao que os cientistas chamam de “fatos

³⁶ Os “meta logos” são conversas de Bateson com sua filha Mary Cathérine Bateson, quando ela era criança. Segundo explicação do autor, estas conversas sobre “temas problemáticos”, deveriam ter conteúdo pertinente com à estrutura do diálogo. No entanto, ele próprio admite, a maioria dos seus meta logos não satisfazem esta dupla exigência (Bateson, 1977, p. 29).

observados”. Portanto, Wagner tem sim, consciência do processo, e admite a autoria da sua “Invenção”. Talvez ele próprio se inclua, com modéstia, aos que, como Newton, “tem aptidão para perspectivas exteriores” (Wagner, 2010, p. 15).

Então, repetindo, no método que utilizou e que não é exclusivo dele, Wagner joga “para fora”, externaliza a sua crítica ao pensamento antropológico sobre o que vem a ser uma “cultura”, a partir de sua prática etnográfica. Ao se colocar como Antropólogo ele é ao mesmo tempo sujeito e objeto da sua análise e percebe que inventa aquele outro e a cultura que ele foca do lado de fora. O *up grade* na sua análise vem quando ele inova na pesquisa de campo, passando a ser o etnógrafo que se relaciona com a “verdade construída” do objeto do seu estudo, mesmo que, como ele disse acima, isto não corresponda a “fatos observados”.

Neste ponto, à luz das teorizações de Bateson, posso interpretar que o contexto desta relação é que fala, na medida em que se concretiza, já que os significados são gerados aí, a duas mãos, e percebidos como *flashes* de um filme apresentados na velocidade dos eventos diários da vida. Mas Wagner não fala na circularidade deste processo, ele não está interessado em desenvolver uma teoria da produção da “invenção” dentro de um sistema cibernético.

1. 2. 3 A vinda de Wagner ao Brasil em 2011 e o encontro com indígenas na Amazônia

Em 2011, no Brasil, Wagner está, primeiramente, sobrevoando a região Norte e observando os seus rios e suas margens cobertas de vegetação. Depois em um barco, a caminho da terra indígena que vai visitar, viajando pelo rio Amazonas. Na sua fala posterior para um auditório lotado, ainda impressionado pela visão da floresta e seus rios “com toneladas e toneladas de água” ele trata de perspectivas como fronteiras, e das fronteiras como “zonas de crescimento”, discorrendo sobre “intercâmbio de perspectivas” e sobre “mudança de perspectiva”.

“Mudança de perspectiva”: é assim que ele vê o trabalho xamânico. Foi isso que ele fez com ele mesmo,³⁷ quando analisou o intercâmbio de perspectivas dele próprio com os Daribi. Wagner passou a enxergar de outra maneira a sua própria cultura, onde está atrelada o conceito de “cultura dos outros” que aprendeu na Faculdade. E não é questão de negar o conceito,

³⁷ Roy Wagner é conhecido pela sua afirmação: “O homem é o xamã dos seus significados” (Wagner, 2010, p. 72).

simplesmente. Ele continua necessário. É questão de admitir que estas noções podem ser falseadas.³⁸

Wagner também não alega, simplesmente, que a Cultura da Academia tem falhas. Ele vai fundo na sua reflexão e argumenta. Ele vai onde tem que ir, na fronteira. Questiona a sua perspectiva e descobre a criatividade (invenção) da Antropologia ao criar o conceito etnocentrista de “cultura”. Mergulha (“imersão”, no sentido que lhe atribui Strathern em 2014) na cultura do outro e vê coisas simples que não via antes e que mostram que eles também têm um ponto de vista a respeito do jeito dos “outros” (no caso, o “jeito” dele), segundo a visão deles, claro, onde o antropólogo entra como participante na cena, não como “autor” ou “diretor” da peça.

Este “autor, diretor da peça” só aparece no momento da escrita. A escrita etnográfica tem um autor, e si ele leva em conta as trocas de perspectivas e tudo o mais que vivenciou com os “nativos” o seu trabalho, se não é real, pelo menos descreve coisas incríveis, que podem ser viáveis!

Fronteiras mentais, certo, mas cujo processo de crescimento, como o das células de um embrião que pode ser de planta ou de animais, inclusive os humanos, é semelhante. Estes processos de desenvolvimento, sejam mentais, biológicos, a seleção natural, a aprendizagem, para Bateson (1977, 1988, 2000), estão reunidos em um padrão único, um meta-padrão, que liga tudo, como uma espécie de “costura” invisível.

Quando Wagner observa do avião o Rio Amazonas, diluindo fronteiras, juntando perspectivas, ele de certa forma, na minha interpretação, compara o movimento das águas do rio (toneladas de água) como esta costura invisível que conduz todas as perspectivas encontradas no meio do caminho para Manaus. E quando reflete e analisa as trocas de perspectivas Antropólogo x “Nativo” ele poderia estar mostrando que o mesmo padrão permeia as interações sociais.

Na reflexividade de um método dedutivo que busca novas perspectivas de análise “nas fronteiras”, Wagner descobre a sua própria criatividade e a dos melanésios que estudou. E dele que empresto o conceito de “criatividade” para falar de ações intrigantes do ponto de vista epistemológico dos meus interlocutores “os Braga” durante a pesquisa de campo

³⁸ A propriedade de uma hipótese ser falseável é conhecida como falseabilidade, conceito proposto pelo filósofo Karl Popper nos anos de 1930. “Para Popper, a possibilidade de uma teoria ser refutada é a essência da natureza científica. Ele acreditava que a ciência só pode avançar por meio de conjecturas ousadas e refutações críticas”. Disponível em: <https://educação.uol.com.br>.

1. 2. 4 A dialética e a reflexividade em Wagner

Causa/efeito, efeito/causa (dialética), reflexividade (dialética), recursividade (dialética também), feed-back (dialética). Ora, são todos processos dinâmicos que possibilitam o retorno ao ponto, que não é um fim nem um começo.

Eu entendo mais o que é dialética a partir da figura do yang/yin chinês. Já Wagner fala em figura/fundo, alternância figura/fundo. “As danças entre forma e conteúdo, “esqueleto de relações simbólicas” (tautologia, para Bateson) e descrições baseadas nos sentidos: letra e espírito, mapa e território, rigor e imaginação (Keeney, 1988, p. 46), representam “necessidades dialéticas do mundo vivo” (Bateson, 1979a, citado por Keeney, 1988, p. 46).

E reflexividade, o que é? A reflexividade em Wagner é isto, é este jogar para fora, externalizar, criticar. E depois trazer de volta para si, ressignificando. Ele se propôs a fugir do método indutivo, resultante da observação empírica. De fato, isto que nós temos como “dado”, foi fabricado e está contaminado por tais e tais coisas (etnocentrismo etc.). Daí vem toda a sua teorização sobre o que vem a ser a cultura, onde tem um momento em que ele traz a invenção artística como exemplo de criatividade, e descobre, na sua prática etnográfica, que este termo se aplica ao cotidiano dos outros que escolheu estudar e ser estudado, como uma “meta interpretação” do “inato”.

Sim, estes “outros”, tem voz e nos “contam” a sua própria cultura. Foi isso que D. Jovina fez, ao falar dos “prêmero que chegaro aqui”, da sua vida de criança, do medo dos revoltosos, dos casamentos arranjados. Mas o que de certa forma “passei por cima” sem analisar, estou retomando agora, e por isso a minha satisfação em encontrar Wagner se referindo a coisas que eu conheço muito bem.

1. 2. 5. A comunicação em Wagner

E comunicação em Wagner, o que é? Será que nas suas reflexões ele mobiliza apenas o que lhe vem na ‘mente’ ou o seu corpo também está envolvido? Será que a vivência de estar ele na Amazônia, numa expedição onde percorreu os rios de barco, se encontrou pessoalmente com pajés e xamãs influenciou o que disse na sua palestra? Hoje de manhã amanheci vendo que estou me relacionando melhor com as pessoas, com os pets, com a Nat. Não que eu me relacionasse mal, mas eu estava meio que sempre fazendo um esforço para me relacionar, muitas vezes não dava certo. Digamos que era custoso, não era espontâneo. Tinha períodos de crise, quando tudo dava errado. E vi que está melhorando na medida em que melhora a minha consciência corporal com o Pilates. A aula da última Terça feira então mexeu muito com músculos que

estavam esquecidos, abriu mais o meu peito, assentou mais a bacia, separou mais as vértebras. E o que isso tem a ver com comunicação? Posso dizer muitas coisas, do meu ponto de vista, mas vou ficar devendo no que diz respeito a Wagner. Ele não fala de uma mente holística, como Bateson. De uma perspectiva ou ponto de vista holístico eu entendo que fronteiras, como a da pele, por exemplo, são zonas de crescimento, de integração de outras perspectivas, de aprendizado. Isto porque são interfaces de contato com o diferenciado e/ou diferente com o qual podemos interagir. O meu corpo tem se apresentado a mim como um território que está em interação contínua e fluida com tudo e com todos. Daí que entendo mais as pessoas e as pessoas me entendem, na medida em que me aprofundo ‘intelectualmente’ do funcionamento desta coisa chamada comunicação. Relacionamento é comunicação com o corpo/mente integrados (Vera, janeiro 2025).

1. 2. 6 A imersão simultânea em dois mundos e a sobrevivência da Antropologia

Para Goldman (2011, p. 196-197), o trabalho etnográfico resultante de se estar em dois lugares, o da sua própria cultura e a do outro, de que Wagner fala é que vai permitir a sobrevivência da Antropologia no século XXI. Uma etnografia que resulta da imersão simultânea nos dois contextos é que pode garantir a sobrevivência dos estudos da “singularidade dos estilos de vida” de povos que sobrevivem à colonização e à colonialidade do poder, povos que resistem às consequências da globalização e suas políticas desenvolvimentistas, como é o caso da Comunidade que estudei.³⁹ Daí a expressão que Wagner cunhou de “viver em dois mundos”, que adoto, e que tem profundas implicações teóricas, mas que exprime, a nível do sentir, o que sinto.

³⁹ O que ilustra, abrindo um parêntese, o que ressaltou Marshall Sahlins (1997), que “a cultura não é um “objeto” em via de extinção”.

Capítulo II

A “criatividade” dos Braga da Pontezinha

Os interlocutores participantes da pesquisa são, como disse, alguns jovens e adultos da Área Rural do Município de Santo Antônio do Descoberto, Goiás, denominada Pontezinha. É neste local que residem os Braga, conhecidos também por “A família dos Braga”, os “Pereira Braga” ou simplesmente “Os Braga”,⁴⁰ e os de fora,⁴¹ como eu.

Para alimentar as discussões sobre as especificidades do campo mencionado e do grupo estudado, o capítulo foi construído em torno das considerações de Wagner (2010) sobre a noção de “criatividade”⁴² tanto do “nativo” quanto do antropólogo, que decorre da abordagem reflexiva da cultura e dos processos que o levaram a tratá-la como uma invenção, de ambos os lados.

A isto juntei as considerações de Marilyn Strathern (2014) sobre a importância de se manter boas relações com os nossos interlocutores participantes em campo. O posicionamento de Gabriel Alvarez (2018), no que se refere à dimensão intersubjetiva dos contatos (encontros) Antropólogo/Nativos, vem completar as referências. Alvarez (2018), que utiliza a antropologia visual e os estudos das performances como estratégias metodológicas, traz novos elementos sobre a questão do posicionamento do Antropólogo em campo, através da sua figura de um “narrador experiente” (Alvarez, 2018). Para o autor, a *narrativa* do material visual é que daria

⁴⁰ Os descendentes dos Pereira Braga fundadores desta comunidade que estou chamando neste trabalho de os Braga da Pontezinha, ocupou inicialmente um núcleo em volta da ponte que deu o nome ao grupo, a Pontezinha. Neste lugar ainda estão hoje edificações, naturalmente reformadas, da Igreja (IPI), da Escola, do Posto de Saúde, da Sede da Associação da Comunidade da Pontezinha (a CORPO), e o Cemitério e algumas residências. Alguns deles são encontrados morando em áreas rurais próximas, como Santo André. Outros estão já na margem esquerda do Rio Descoberto, na Quarta Feira e na Lagoinha. Os que moram mais longe estão próximos ao rio Areias (margem direita): Cafundó e Santa Marta (já chegando no Rio Corumbá). Alguns deles venderam suas glebas de terra e foram viver nas cidades do entorno do Distrito Federal. Nesta pesquisa os interlocutores são todos moradores da Pontezinha.

⁴¹ Na verdade, hoje em dia, com a construção de condomínios no entorno da Barragem Corumbá IV, os de fora são em maior número que os da comunidade. Mas a maioria dos que possuem casas nos condomínios não residem nas suas Chácaras e só aparecem nos fins de semana e feriados.

⁴² Em www.sinonimos.com.br encontramos para a palavra criatividade dois sentidos, o de **capacidade** de criar, inventar, imaginar e o de **qualidade** do que é original, inovador, singularidade. Wagner usou a noção nos dois sentidos, reforçando a distinção que faz entre as estratégias ocidentais conservantes e a diferenciante dos “nativos”. O que fica claro para mim e de acordo com a minha experiência etnográfica, em relação aos Braga da Pontezinha, é que estes povos tradicionais se mostram mais eficientes no processo de inventar a sua cultura, para eles um bem inato. Discute sobre a dialética que pode operar neste modelo e no da cismogênese simétrica e complementar apresentada por Bateson no “Epílogo 1936” apresentada por Bateson no seu livro *Naven*. Volto a me referir ao modelo de Bateson no capítulo IV.

voz e vida à experiência do convívio e da participação nos eventos. Segundo a minha interpretação, este processo descrito por Alvarez é semelhante ao da vivência do etnógrafo “em dois mundos”, compondo o contexto duplamente referenciado da ação que se não fosse assim não teria significado perceptível.

É deste modo que os autores, segundo a minha leitura, desenvolvem os seus argumentos a partir da explicação de Wagner de vivência em dois mundos (item 2.2, mais adiante), e da conveniência da etnografia para se chegar à uma descrição da aprendizagem no grupo que estudei.

Para me auxiliar neste trabalho volto, na sequência, às referências teóricas sobre a aquisição de conhecimentos segundo Bateson (1977, 2000, 2008) e Jean Lave (1991a, 1991b, 2015).

Como disse repetidas vezes neste texto, foi na pesquisa da Graduação em Antropologia que vislumbrei pela primeira vez, embora ainda não fosse capaz de falar sobre isto, o impasse de ter o referencial de duas culturas, a do lugar onde resido e que vem a ser também o deles, os Braga da Pontezinha, e o da minha formação acadêmica. E em decorrência disto, ter a sensação, em muitos momentos, de estar vivendo em dois mundos.⁴³

Essas lembranças e uma releitura dos meus cadernos de campo, onde registrei o dia a dia daquelas pesquisas sem me preocupar com a coerência entre o que estava vivendo e o que me foi ensinado na Academia me ajuda, agora, a encontrar uma nova condição e disposição, que é a de validar o trabalho nestas condições especiais do campo, e de me considerar privilegiada por viver estar vivendo tal experiência neste novo estudo.

Nos parágrafos que seguem, apresento trechos da experiência que vivemos, minha interlocutora mais idosa e eu, na Graduação (2016) ao me preparar para redigir a Monografia, cuja análise, que também é uma síntese, foi amadurecendo ao longo dos anos que se sucederam, até a versão atual.

Na sequência, juntei as reflexões do meu “fazer etnográfico” e considerações de Marilyn Strathern (2014) sobre o tema das relações que estabelecemos em campo com os nossos interlocutores. Mas não sem antes apresentar, resumidamente, os Braga da Pontezinha. Quem são estas pessoas?

⁴³ Goldmann (2011) ressalta a importância de distinguir “viver em dois mundos” de “viver entre dois mundos”.

2. 1 Os Braga da Pontezinha (mais detalhes da saga dos Pereira Braga até chegar à Pontezinha no Anexo I deste texto)

Nas pesquisas anteriormente mencionadas, as narrativas dos interlocutores afro-indígenas de uma família da área rural da Pontezinha (Santo Antônio do Descoberto, Goiás) me ajudaram a retrair a trajetória deste povo que veio da África para o trabalho escravo nas minas de ouro de Santa Luzia (na antiga Província de Goiás, hoje Luziânia, no Estado de Goiás) na primeira metade do século XVIII.

Depois do declínio da mineração em Santa Luzia no final daquele século, na metade do século XIX,⁴⁴ acabaram chegando à Pontezinha, na região entre os Rios Descoberto (ao Leste) e Areias (a Oeste)⁴⁵ (Figura 7), onde encontram uns poucos residentes indígenas, com os quais começam a construir, através de casamentos, o que hoje é conhecida como a família dos Braga, originalmente Pereira Braga, ou simplesmente “os Braga” da Pontezinha.

Embora tenham sofrido os impactos de projetos de desenvolvimento econômico nas suas terras desde antes da transferência da capital do Brasil para o Planalto Central os Braga permanecem como agricultores familiares, nas pequenas glebas de terra que restaram da grilagem que veio com o “progresso”⁴⁶ (Figura 7).

Por ironia do “destino”, o que considerei em 2016 como o último empreendimento, ao seja, a Construção da barragem Corumbá IV (Figuras 4, 5, 6 e 7, abaixo) que transformou em lago os rios Descoberto e Areias, já perdeu o lugar para plantadores de soja que surgiram inesperadamente na metade do ano de 2021. Na verdade, meses antes de chegarem à Chapada,⁴⁷ de onde pudemos acompanhar muito bem os seus tratores destruindo o Cerrado, eles já estavam trabalhando às margens do Rio Areias, numa baixa do terreno que nos impedia de avistá-los. Mas as cobras fugitivas da destruição de suas moradas nestes lugares mais próximos dos rios,

⁴⁴ Documentos paroquiais confirmam o registro da Fazenda Pontezinha do Mato Grande no nome de Manoel de Souza Lima e sua esposa Cecília, em 1857 (o memorial descritivo da terra faz referência aos locais da Fazenda Pontezinha atual). Em 1973, foi registrada a partilha da terra entre os herdeiros e herdeiras, sendo uma delas, Maria Francisca, bisneta do casal, e seu esposo José Pereira Braga. Estes dois últimos vieram a ser o que tomei, na Monografia e na Dissertação, como um dos casais fundadores das sucessivas gerações de Pereira Braga, todos nascidos na Pontezinha, sendo que, parte deles, ainda reside aí (Anexos II, IIIa e IIIb).

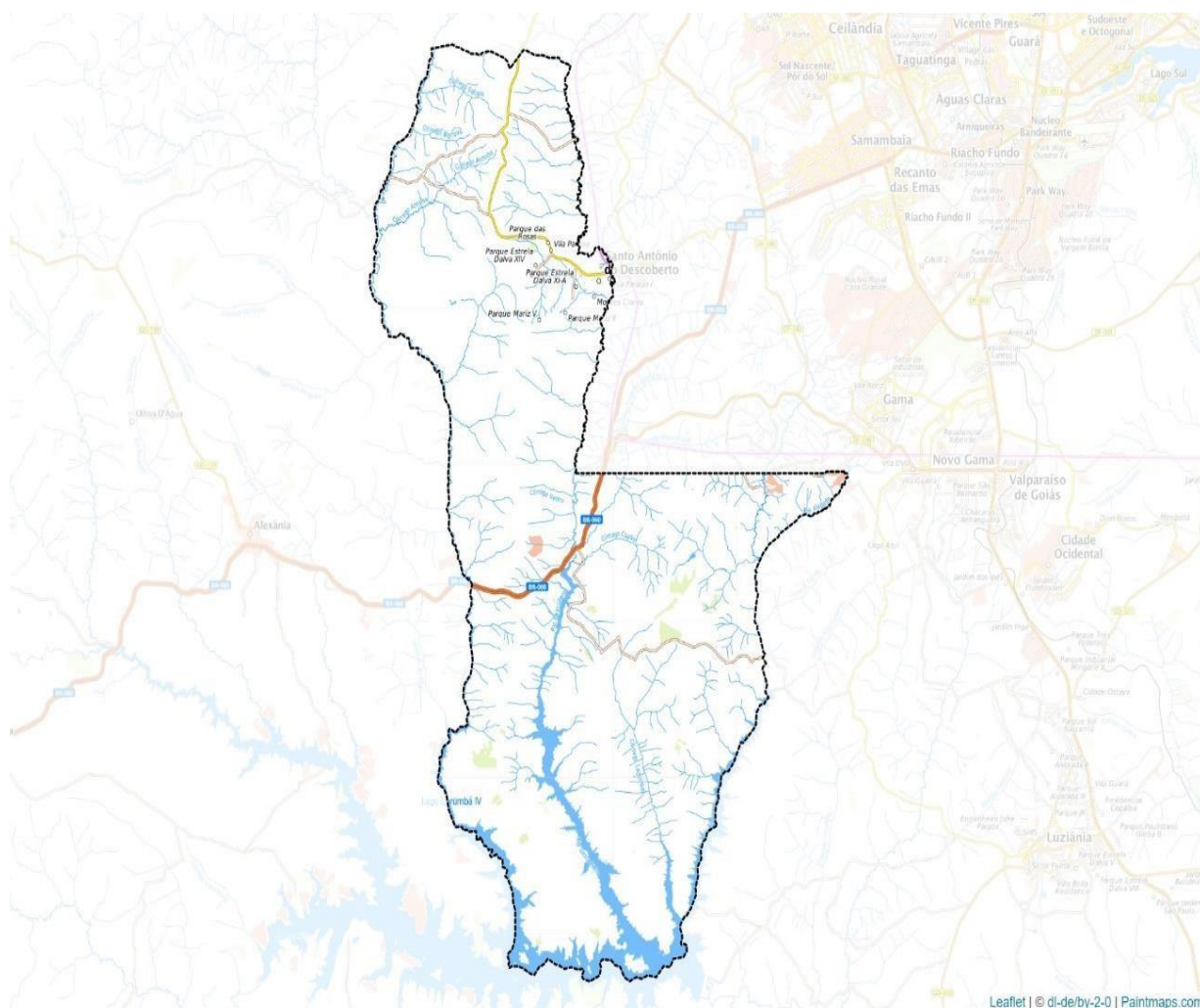
⁴⁵ A Pontezinha ficava então entre dois rios, a Leste o Rio Descoberto (hoje um dos braços da Corumbá IV), a Oeste o Rio Areias. Ao Norte fica a BR 060 e ao Sul o corpo maior do Lago Corumbá IV, anteriormente, Rio Corumbá (Figuras 4, 5, 6, e 7).

⁴⁶ Até atualmente, os Braga são os únicos moradores na Pontezinha que não possuem a titulação definitiva das suas terras. São também os que ocupam as menores fatias de terra.

⁴⁷ A categoria Chapada é utilizada pelos Braga como a parte mais alta da região, que possui características próprias, como as de terem as terras “plainas”, vermelhas e serem mais fácil de trabalhar com a enxada porque não têm cascalho. As “baixadas” são o oposto, são as terras que descem em direção às nascentes e aos córregos (Figura 7).

chegaram à Chapada e em seguida aos nossos Sítios, para se esconderem. Aqui foram mortas, fechando o primeiro ciclo do desequilíbrio ecológico gerado pelos *sojeiros* e por todos que lhes deram licença ambiental para os seus projetos.⁴⁸

Figura - 4 Mapa do município de Santo Antônio do Descoberto

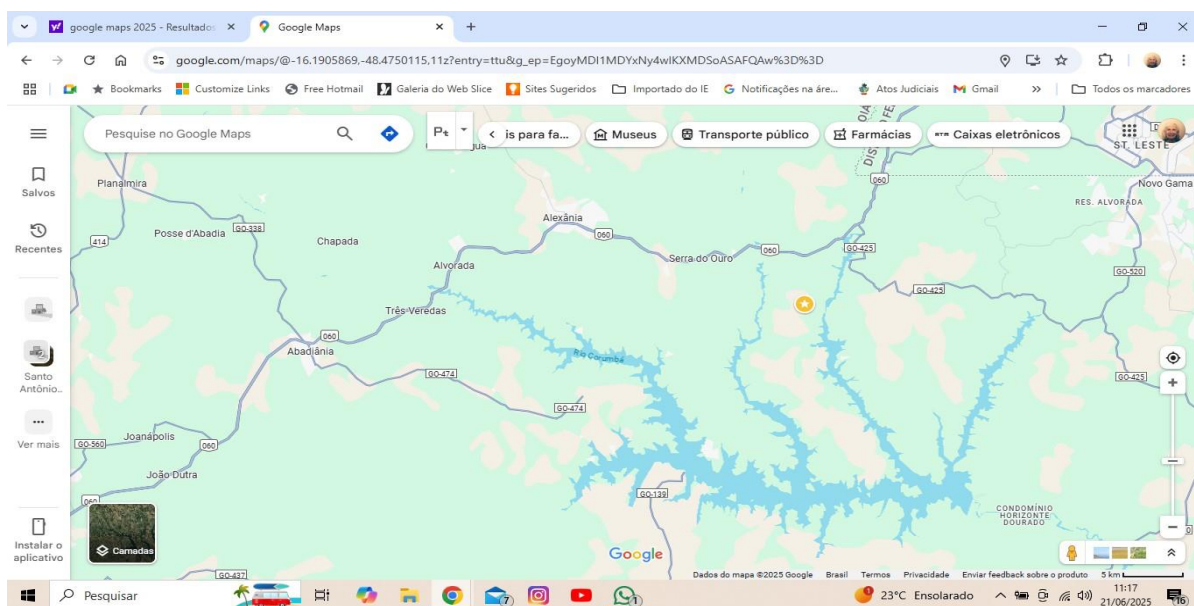


Legenda: faz divisa com o Distrito Federal em dois pontos, um a Leste (Ceilândia, DF) e outro ao Norte (Gama). A Leste é onde fica o Município de Luziânia, GO, na linha que coincide com o braço do lago que era o Ribeirão Alagado.

Fonte: cópia feita da imagem fotográfica do Google Maps pela autora no dia 20 de junho de 2025.

⁴⁸ O número de cobras e de outros animais aumentou igualmente, de forma impressionante, após a barragem do Rio Corumbá para dar origem ao Lago C. IV. Isto porque, em consequência dos desmatamentos de suas margens, quando as águas dos rios Areias e Descoberto começaram a subir, pressionaram os animais a buscarem novos abrigos. Naquela época foram cobras de vários tipos, grandes, pequenas, venenosas, não venenosas. Volto a me referir a isso no item “A arte de sobrevivência na roça”, abaixo.

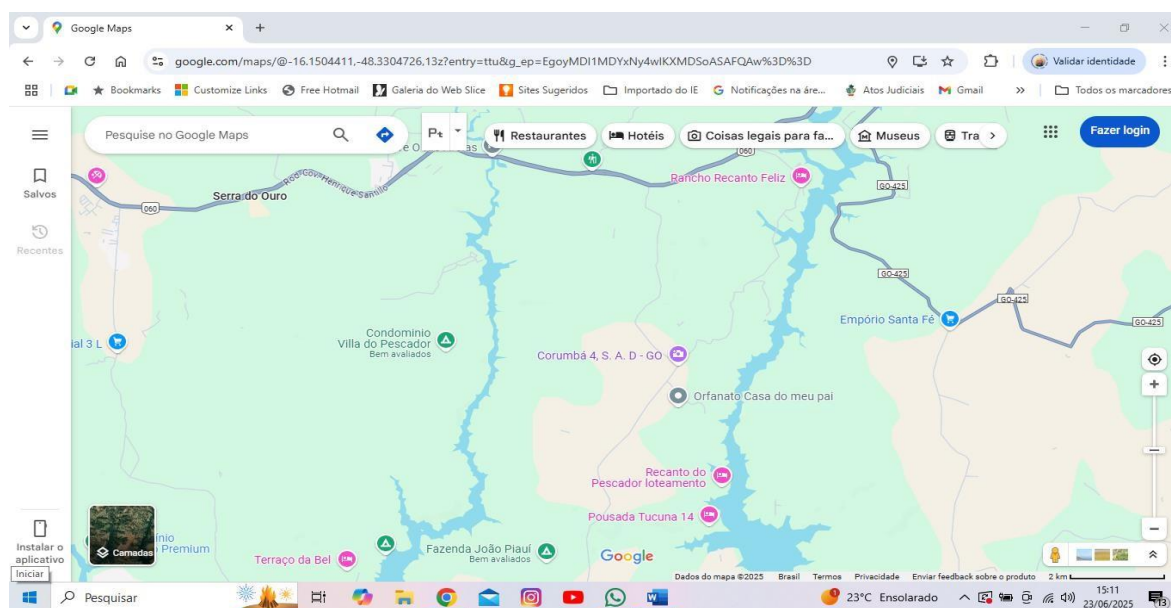
Figura - 5 Detalhe ampliado da Figura 4



Legenda: a cópia da foto do do Google Maps mostrando detalhe ampliado da Figura 4, na região que tem como divisa ao Norte a BR 060 e a Leste a GO 425. A Pontezinha é a área que fica entre o 2º e o 3º braço do Lago Corumbá 4, vizinha ao lugar assinalado pelo ícone de sinalização do aplicativo como Orfanato “Casa de Meu Pai”. Esta localização coincide com a do Sítio João de Barro, onde resido, mas devido à proximidade dos dois locais aparassem sob o mesmo ícone.

Fonte: cópia feita da imagem fotográfica do Google Maps pela autora no dia 20 de junho de 2025.

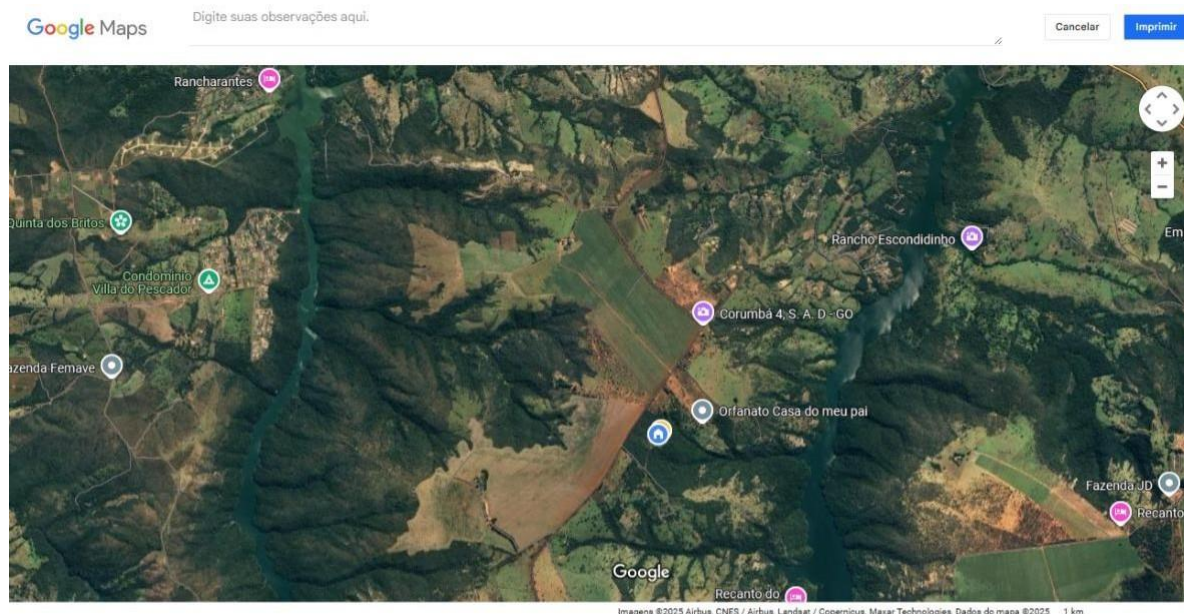
Figura 6 - Ampliação da região descrita na Figura 5



Legenda: a linha tênue tortuosa ao meio é a estrada que os Braga chamam “Rodagem”. A divisa entre esta área e a de Santa Rosa fica a 1200 metros da localização do Orfanato “Casa de Meu Pai” na direção Sul.

Fonte: cópia feita da imagem do Google Maps pela autora no dia 20 de junho de 2025.

Figura 7 - Pontezinha



Legenda: a cópia da foto do Google Maps mostra a região da Pontezinha entre os dois braços do Lago, o que era o Rio Descoberto (Leste) e o que era o Rio Areias (Oeste). A foto permite também distinguir as partes altas (Chapadas), das partes baixas (Baixadas).

Fonte: cópia feita da imagem fotográfica do Google Maps pela autora no dia 20 de junho de 2025.

Mas voltemos então às histórias de D. Jovina.

2. 2 “Vivendo em dois mundos”

A Dona Jovina foi poupada da tristeza de ver derrubados o “Podóleo” e a Sucupira que ficavam como guardiões de onde ela vivera com os pais quando criança sendo derrubados pelos *sojeiros*: “Descendo por aqui (por entre as duas árvores) a gente chegava lá”. Sim, na beira do Córrego Gamela, onde vieram parar, vindos das “banda de lá” (outra margem do Rio Corumbá, a que dá para Três Vendas e a antiga Santa Luzia, hoje Luziânia, Goiás).

Ela nos deixou no começo de 2019. Ainda bem que fui visitá-la no Hospital e tenho uma lembrança boa dela naquele dia. Não dava para entender muito bem o que ela falava, mas estava desperta e disse: “Deus abençoa” quando pedi a sua benção,⁴⁹ ou, como dizem os Braga “dei bença a ela”.

⁴⁹ Uma outra categoria dos Braga é esta questão entre dar e pedir a benção a um parente ou pessoa mais velha. Eles não dizem “pedi a benção” ou “a sua benção”, eles dizem “dei bença”.

Naquele dia do seu falecimento vi o quanto eu estava ligada a ela, pela sua força, sua presença envolvente, mas também pelo gosto de ouvir as histórias que ela contava dos tempos antigos.

Mesmo sabendo que o seu corpo já morreu, todas as vezes que escuto as gravações que fiz com ela, posso sentir a sua presença. E sobre isso que Bateson fala, quando se refere à morte: [...] se a mente é imanente não apenas naquelas trilhas localizadas dentro do corpo, mas também nas trilhas externas, então a morte adquire um aspecto diferente”. E completa explicando de acordo com a sua visão holística de Mente, que mesmo o corpo deixando de ser uma referência preciosa, o sub sistema “minha mente” continua compondo a mente maior (Bateson, 2000, p. 453).

E o que acontecia quando ela estava viva e me contava dos tempos em que era criança, dois anos de idade, na casa de seu pai, alguém chegando para contar que os “Revoltosos”⁵⁰ tinham matado o Delfino Pereira Braga, o irmão mais novo do seu marido, e batido muito no “VéiTõe” (Antônio Pereira Braga, um dos oito irmãos e irmãs fundadores da família Braga da Pontezinha)? Com a sua vizinha rouca Dona Jovina trazia a cena para o presente e eu revivia com ela cada detalhe: ela nos ombros do seu pai, toda a família andando por dentro do córrego “Gamela”⁵¹ para não deixar rastros na fuga. Estavam todos apavorados com os relatos das atrocidades cometidas por eles.

E foi assim que a minha Monografia foi ganhando corpo, vida e rumo, pois, na sua “criatividade”, Dona Jovina me indicou os temas que compuseram o texto final. Num contexto construído pelas nossas existências, teve início a nossa parceria, em um processo de coautoria que se tornou possível pela sua capacidade inventiva de tecer com a sua narrativa um contexto já organizado, de tal modo que eu pudesse captar o sentido (*meaning*) da história.

2. 3 O comprometimento com as relações sociais em campo e a imersão

Strathern chama a atenção do pesquisador para o comprometimento com as relações sociais recíprocas que podemos desenvolver com as pessoas em campo, Strathern (2014),

⁵⁰ Os integrantes da Coluna Prestes foram chamados de “Os Revoltosos” pelos que viviam na região nos idos de 1925 devido à violência dos castigos que infringiram aos habitantes.

⁵¹ Em algum lugar às margens deste ribeirão Gamela vivia a família de Dona Jovina. Segundo ela mesma explicou seu pai ainda criança e um tio vieram “da banda de lá” do Rio Corumbá. Seus avós eram descendentes “de índio”. Sua mãe também veio da “banda de lá” do Corumbá, num outro grupo.

ressaltando o fato de que isto gera um “campo de informação diferenciado”, um campo de informações ao qual podemos retornar devido às relações sociais construídas.

Imaginar que isso (as relações sociais) (parênteses meus) pode ou deve ser realizado para coligir dados melhores é pensar de trás para a frente. As relações devem ser valorizadas em si mesmas; qualquer informação resultante é um produto residual e muitas vezes inicialmente desconhecido. É isso que a imersão quer dizer (Strathern, 2014, p. 354).

Nos meus escritos anteriores pensei que a autora se referia aí à importância das relações que a gente cria em termos de amizade, de empatia, mas vejo agora que ela está falando da necessidade disso, das relações nos contextos, que é o que nos leva a discernir os significados que estão sendo produzidos. Mas a “imersão” de que fala a autora fica melhor entendida quando ela explica o que entende por “momento etnográfico”.

Sobre esta percepção súbita e clara do que está acontecendo Strathern (2014, p. 350) diz: “Todo momento etnográfico, que é um momento de conhecimento ou de discernimento, denota uma relação entre a imersão e o movimento”. Foi aí que, trazendo Roy Wagner para dialogar com a autora e comigo, entendi que a “imersão” pode ser interpretada também como o encontro no campo etnográfico da Antropóloga e da “Nativa” em condições de igualdade criativa das suas condições respectivas, protagonizada muitas vezes em atrito com os “controles” sociais atuando em ambas as partes, e o “movimento” a sequência deste contexto no tempo, trazendo a mensagem que estamos buscando.

Ao falar sobre a primeira imersão e o primeiro campo, Marilyn Strathern chama também a atenção para o fato de que, numa etnografia, no mais das vezes saímos em busca de “reunir qualquer coisa” (Strathern, 2014). Foi exatamente o que aconteceu comigo no meu primeiro encontro com Dona Jovina para ouvir suas histórias: eu não sabia o que procurar, nem por onde começar. Em todo caso, perguntei pelos “tempos antigos, como é que era a vida deles antigamente”, liguei o gravador, o fiquei ouvindo, vez por outra indagando mais detalhes! Ela gostava de uma boa conversa e sempre tomava a palavra. Não era muito de escutar.

Como disse acima, foi Dona Jovina foi quem me indicou o que procurar na minha primeira entrada em campo como aprendiz de Antropóloga, em 2015. Eu não tinha a menor ideia do que procurar. Então ela começou contando do seu casamento com Domingos Pereira Braga, viúvo com 5 filhos pequenos. Ela, com 21 anos, não queria o casamento, mas o seu pai insistiu. Afinal, eles já estavam na família, pois a sua irmã e uma tia, antes dela, tinham se casado com gente dos Braga. Aí ela falou dos irmãos do seu marido e dos casamentos deles,

verdadeira rede, onde todos foram se tornando parentes. Modelo seguido até hoje pelos mais jovens. Isto mesmo, até hoje é raro um “casamento fora da família”: “Nóis⁵² preferia que fosse da fãmia, mas ele (ou ela) quis” (o casamento fora da família).

Ela trouxe também as lembranças dos tempos difíceis, onde só tinha mato, aqui neste mesmo lugar, o chamado “Campo Limpo”, onde moravam ela, o marido, os cinco enteados e os nove filhos pequenos do casal, num rancho de paus-a-pique coberto de palhas, que os lobos vinham beirar de noite. Os tempos de fartura quando a produção do quintal de café lhes permitiu comprar uma máquina de costura e construir uma casa sólida, com quatro quartos, que foi me mostrar onde ficava. A tapera ainda existe.

Os relatos das caçadas do seu marido, irmãos, tios e primos Braga com vizinhos de fazendas “das Areia” e da Lagoinha, bem distantes, me levaram, na hora da transcrição da gravação, a Barth (1998) e às “fronteiras sociais”, pois como repetia enfaticamente: “Aqui tudo era comum”. Sim, era comum, e o gado “criado na larga”. No cenário que eu alcancei quando vim morar na Pontezinha, já tem “cerca prá todo lado”.⁵³

Ora, o que Dona Jovina dizia e eu testemunhava, daí o meu “momento etnográfico”, era que os Braga possuem uma estrutura social que se organiza em torno de três elementos: a família, o trabalho e a terra, tal qual encontramos em alguns autores (Woortmann, 1990; Plínio dos Santos, 2013). A Monografia foi construída em torno desta ideia.⁵⁴

Lembro-me igualmente do “deslumbramento” que senti no meu “momento etnográfico”, ao “descobrir” isto, quando trouxe do primeiro para o segundo campo, mais precisamente para a minha mesa de trabalho, o caderno de campo, me preparando para transcrever as gravações que tinha feito. Foi o que chamei, parafraseando a autora, de “meu terceiro campo”.

Sobre as minhas relações com os Braga em campo, devo dizer que construí “laços sociais” anteriores ao meu interesse em estudar a Comunidade. Entretanto, uma vez iniciada a “coleta de dados” não me passou pela cabeça questionar isso só porque tinha um caderno de anotações ou gravador ligado nas mãos. Mas, como deixei claro em item mais acima, considero um privilégio estar morando, e há tanto tempo, na mesma terra que eles, embora esta tenha para eles significados diferentes dos meus. Foi isto que me permitiu muitas “idas e vindas”

⁵² Em situações como essa os Braga geralmente se expressam no plural. Quando eles falam “nóis” é que percebo o quanto eles vivem no coletivo.

⁵³ “Tem cerca prá todo lado” é um comentário de Dona Jovina, não meu. Para mim é normal que tenha cerca para todo lado, para ela não.

⁵⁴ Isso percebi na Graduação e no Mestrado. Agora no Doutorado verifico mudanças importantes no contexto amplo envolvendo a Comunidade “e tudo o mais” e volto a falar desta organização no Capítulo IV.

reflexivas, recuar muitas vezes para observar de fora a nossa relação, o que resultou tanto no meu amadurecimento pessoal quanto no da Antropóloga. Devo isto e sou grata aos Braga, meus interlocutores, mas sem dúvida também agradeço às leituras insistentemente retomadas do ponto zero ou de qualquer página, sobretudo de Wagner (2010), Strathern (2014) e Bateson (1977, 1988, 2020), dentre outros.

2. 4 A arte de sobrevivência na roça⁵⁵

O Kaio e o seu pai Abel são meus vizinhos de Sítio. Eles trabalham como diarista para mim sempre que preciso, no final das tardes, quando o Kaio já chegou da Escola e o Abel terminou o trabalho dele na Fazenda do Neguinho,⁵⁶ onde é o caseiro.⁵⁷

Há bastante tempo, quando ele ainda não “tirava umas diárias aqui”,⁵⁸ liguei para o Abel para vir “tirar” uma cobra no galinheiro:

Abel: “Tirar, Dona Vera?”, e riu. Não falou mais nada, mas eu entendi.

Vera: “Tá bom, faça o que você quiser”. Ele veio de moto, com o Kaio ainda criança, na garupa, e eu quis saber logo.

Vera: “Como é que você vai fazer? Quero ver, mas de longe”. Já tive que matar algumas cobras antes, no tempo do enchimento da barragem, mas foi no sufoco, como eu explico mais adiante. Hoje em dia tenho medo.

Abel: “Primeiro tem que escolher um pau bom, que não quebra”. Pediu ao Kaio para ir buscar uma enxada.

Vera: “E agora?”, sigo perguntando.

Abel: “Agora tem que tirar ela para um lugar limpo”.

Por último, um golpe certo na cabeça, matou a cobra. A figura abaixo mostra a cascavel já morta num lugar limpo.

B

⁵⁵ Este texto foi escrito no contexto de um dos cursos do PPGAS para o Doutorado, como trabalho final. De lá para cá foi reconstruído várias vezes, até tomar a forma atual.

⁵⁶ A distinção que faço no texto entre Fazenda e Sítio é que os Sítios, mesmo que algumas vezes sejam maiores, não têm pastos nem gado.

⁵⁷ O Abel e a família se mudaram em 2022 para uma casa que construíram nas terras de Rachel e José Pedro, seus pais. Ele atualmente trabalha como diaristas em outras Fazendas da região.

⁵⁸ “Tirar umas diárias” é a maneira como eles se referem aos serviços esporádicos nas terras dos vizinhos, que podem ser os da família também.

Figura 8 - A cascavel em lugar limpo



Fonte: acervo pessoal da autora (2016).

Mas o ritual demora mais um pouco, porque ainda precisaram dar uma vasculhada no terreno à procura da “outra”. Segundo eles, a cascavel não anda sozinha. Naquele dia só tinha uma cobra mesmo, mas em 2020 elas eram duas, como mostra a figura abaixo.

Figura 9 - Duas cobras encontradas no mesmo dia e no mesmo local



Fonte: acervo pessoal da autora (2020).

Daquela vez o Abel não estava e chamei o Amós, que na época era caseiro na Fazenda do Seu Lúcio. Voltei ao assunto sobre “tirar a cobra” com o Abel mais tarde e ele explicou: “Se eu não mato ela, depois ela me pega, ou pega um animal de criação” (Abel).

E aí? O que eu podia acrescentar diante desta argumentação? E como pensar o que disse Abel? Trata-se de senso comum? Eu prefiro chamar de “criatividade”, ou arte, a “arte de sobrevivência na roça”. Aliás, Wagner (2010) faz referência à esta “criatividade” dos “nativos” como “arte” e eu me apropriei do termo da primeira vez que redigi o acontecimento para juntar a um trabalho da pós, mesmo sem ter me aprofundado nas implicações teóricas do termo. A Antropóloga já sentia que estava aprendendo, com eles, a cultura deles.

Mas quando vim de Brasília para morar na Pontezinha, sob o “controle” do protocolo da academia que à época era o das Ciências Biológicas, eu não matava nem deixava matar cobras. Aliás, nem formigas, nem aranhas.

Não sei o que outros biólogos pensam disto, mas me acostumei a dizer que eu era bióloga, e biólogos não matam cobras. Era assim que eu me justificava diante deles, para explicar algumas atitudes minhas “diferentes” dos costumes daqui. Acho hoje que eu já percebia que nem tudo o que eu tinha como dado era bem assim. Mas ainda não estava preparada para reflexões críticas. Quando a eles, não são de bater boca com os de fora. Preferem rir, caçar, mas por fora.

Depois tive eu mesma que matar algumas, na época do desmatamento das margens dos Rios Areia e Descoberto para construção do Lago Corumbá IV (UHE Corumbá IV). A alegação era de que não teve outro jeito: estavam encurraladas pelos cachorros no canil, ou no galinheiro, prontas para atacar as galinhas. Teve mesmo uma que foi entrando pela casa adentro, atrás dos filhotes de uma gata que tinha parido no sofá. Esta matei com o rodo que eu tinha nas mãos. Outra, uma cascavel, que entrou pela tela do canil, apertei a cabeça dela com o primeiro pau que achei, e o pau quebrou. Continuei apertando com o toco do pau e ela rodeando o resto do corpo até que parou. Admito que o medo vinha depois, quando reavaliava, geralmente conversando sobre o ocorrido com alguém daqui, e o perigo que eu tinha passado.

Com o tempo, na medida em que fomos criando laços de amizade e nos tornamos, além de vizinhos, mais próximos, “descobri” que eles, homens e mulheres, tinham muito medo de cobras. Fiquei admirada, eu pensava que eles não tinham medo de cobras!

Ora, motivos há para se temer cobras, pois algumas são peçonhentas, podendo até matar, se as vítimas não são imediatamente socorridas. E houve um tempo em que os socorros podiam levar dias de viagens a pé, o doente sendo transportado em panos amarrados como se fossem

uma rede.⁵⁹ Depois vieram os cavalos (mulas), e melhorou um pouco. Mesmo assim eram três dias de viagem até Luziânia (Santa Luzia). Teve até um filho da tia Arminda, de Santa Marta,⁶⁰ como me contaram logo quando a conheci, que morreu quando criança, “ofendido de cobra”. Nem chegou a ir para a cidade em busca de socorro. Veneno de cobra só espera 24 horas.

Refletindo sobre isto reconheci a sabedoria embutida neste comportamento, o de “ter medo de cobras”. É devido a isto que estão sempre atentos aos sinais dos animais domésticos, olham onde pisam, não enfiam as mãos onde sabem que as cobras costumam se alojar, preservam as seriemas, porque segundo eles as seriemas comem cobras, mesmo a cascavel, entre outras coisas.

No que segue vamos tratar da aprendizagem do Kaio, filho do Abel, que juntamente como pai trabalhava de vez em quando no meu Sítio, no período de 2021 a 2022, na “arte de sobrevivência” no dia a dia da lida deles e da minha também, ocorridas no campo. No meu entender os acontecimentos que descrevi englobam os conhecimentos relativos às práticas agrícolas, que foi de onde surgiu a questão problema desta Tese.

2. 5 A aprendizagem de “matar cobras”

Em 2021 as Fazendas da “Chapada”, parte mais alta e plana daqui da região da Pontezinha, foram arrendadas para plantação de soja. Assim que os empreiteiros (“sojeiros”) começaram o que eles chamam de “limpeza do terreno”, as jiboias e cascavéis que se abrigavam lá depois da inundação do Rio Areias em decorrência da barragem C. IV, no Rio Corumbá, foram desalojadas e na fuga vieram dar nos quintais dos nossos Sítios. Os relatos que mostro neste item se referem àquela época. Quase todos os dias eu achava uma cobra, ou duas, já escondida ou descendo em direção ao galinheiro:⁶¹ “As galinhas com os pintinhos estão bem” (Vera). Hoje estavam lá, chamando os filhotes e ciscando atrás de comida! Ontem tinha uma jiboia subindo a cancela do cercado delas. Ouvi o sinal de perigo que emitiram daqui de dentro

⁵⁹ Na região Centro Oeste do Brasil, na época (final do século XIX, início do XX), eles não conheciam as redes do Norte e Nordeste.

⁶⁰ Santa Marta é uma região que fica a aproximadamente 50 km da Pontezinha, onde vivem 3 famílias constituídos por pais e mães Braga e seus descendentes.

⁶¹ Em 2001, por ocasião da inundação das terras ribeirinhas aos rios Descoberto e Areias decorrente da barragem C.IV no Rio Corumbá, foi a mesma coisa, só que por um tempo maior (até 2003?). Naquele momento a fauna ainda apresentava a variedade que se espera encontrar em matas ciliares, matas de galeria e cerrado nativos: antas, veados de todos os tipos, pacas, cutias, gatos do mato, cobras de todos os tipos, lobos, raposas, bicho preguiça, tamanduá mirim, tamanduá bandeira, saruês, cotias, e por aí vai. Fora os pássaros. E os sapos. E uma grande variedade de cobras. Foi um fim de mundo para eles. Agora vejo que as jiboias e cascavéis resistiram. Estão sendo desalojadas com a chegada da soja na Chapada.

de casa. Fui verificar e fiquei apavorada, porque achei que o pior iria acontecer. Voltei no mesmo pé e liguei para Vilma: “Fala prá ele vir correndo!” (Vera).

Veio o Kaio, em uns 5 minutinhos, na moto. Utilizando a mesma enxada com que costuma capinar, tirou a cobra que já estava armando o bote na direção das galinhas para um lugar mais limpo e matou. Deu vários golpes na cabeça dela, dizendo ele que era “para ter certeza de que ela estava morta”.

Quando entrei no galinheiro novamente, agora sem a cobra, vi que as galinhas estavam paralisadas, cada qual no seu canto. Não davam sinal de vida e cheguei a pensar que estavam mortas. Chamei e nada delas responderem, nem os pintinhos. Só hoje de manhã me convenci de que voltaram ao normal, daí o meu alívio.

Depois do sufoco, o jovem, 15 anos, e eu, na época com 76 anos, ficamos conversando.: “Muito bonita, não é? Um brilho prateado” (Vera). A segunda cobra que ele matou sozinho, desta vez sem a presença do pai. Aliás, o pai nem estava em casa e foi a mãe dele, a Vilma, quem decidiu mandá-lo.

Antes, quando se tratava de cobra, como relatei acima, era o pai que vinha para matar. O menino acompanhava, só para ver. Mas há quinze dias atrás, como o Abel estava um pouco entrevado da coluna, o Kaio veio dirigindo a moto, com o pai na garupa, já com a missão de fazer o serviço. Foram juntos lá onde eu indiquei. Daquela vez era uma cascavel, uma das mais temidas por todos. Com a sua enxada nas mãos,⁶² o menino fez tudo igual ao que sempre viu o pai fazer, e matou a cobra com um golpe certo. Esta foi a primeira cobra que o Kaio matou na vida dele!

Mas voltando à minha conversa com o Kaio, depois que ele matou a segunda cobra da vida dele. Enquanto a gente resolvia o que fazer com o corpo da jiboia, porque, segundo eles tem que ser num cupinzeiro ou lugar que ninguém passa, para não correr o risco de espetar os pés nos espinhos, ele entrou espontaneamente noutra assunto:

Kaio: “Hoje foi a minha formatura”, contou.

Vera: “Meus parabéns, o seu pai e a sua mãe foram? Teve festa?”, cumprimentei.

Kaio: “Só a minha mãe foi, o meu pai estava trabalhando. Não, não teve festa, por causa da pandemia”.

⁶² Os Braga têm o maior zelo para arranjar o cabo da enxada adequado para o tamanho da pessoa que a usa, e também para a afiação da lâmina para o corte. De modo geral cada pessoa tem a sua enxada.

Ele parecia feliz. Orgulhoso. Terminou o 9º ano do Ensino Fundamental e agora entra para o 1º ano do Ensino Médio.⁶³ Valorizando o seu feito? Talvez, só vou saber se tiver oportunidade de me aprofundar sobre isto.⁶⁴

O Kaio e a família dele, Pereira Braga por parte da mãe, Vilma, e Pereira de Souza por parte de pai, estão no grupo das pessoas que achei que poderia “seguir” no meu campo de pesquisa. Como disse acima, o tema do projeto é sobre a aprendizagem das práticas agrícolas pelos jovens e crianças daqui da Área Rural do Município de Santo Antônio do Descoberto denominada Pontezinha,⁶⁵ e eu tinha pensado inicialmente na capina. Mas foi só naquele dia que eu me dei conta de que “matar cobra” também é uma prática agrícola!

2. 6 Considerações finais sobre o Capítulo II e um retorno à questão problema

Pensei hoje mais cedo e escrevi no meu diário: ‘Eu não vou conseguir responder como é que eles aprendem a capinar sem ninguém ensinando’. O Kaio mesmo, por exemplo, que está nas cenas descritas, eu não estava lá quando ele aprendeu a capinar. Sim, porque na época em que eles vieram trabalhar eventualmente no Sítio João de Barro, ele já estava com 15 anos e ajudava o pai a capinar com a enxada, roçar com a roçadeira e até matar cobras, como mostrei acima. Ele já sabia capinar” (Vera, janeiro 2024).

⁶³ O Kaio estuda no Centro Educacional Odayr Martins que fica na vizinhança das nossas casas (É lá também que funciona o Orfanato “Casa de meu pai”, assinalada nas Figuras 5, 6 e 7). Os alunos que moram longe têm um ônibus para transportá-los. Atualmente ele vai e volta de moto. Quando criança a mãe o levava até o ponto do ônibus, na Rodagem e nos encontramos várias vezes na nossa estrada comum, que eles chamam de “gai” (“galho”, cujo tronco vem a ser a estrada vicinal que chamamos Rodagem). O ônibus passava justamente no horário em que eu saía para a Universidade em Brasília, ainda fazendo a Graduação em Antropologia.

⁶⁴ Volto a comentar este evento mais adiante, para mostrar o quanto as minhas anotações no caderno de campo ficam inviabilizadas devido ao fluxo contínuo dos acontecimentos. Além disto, a importância dos elementos só se revela na medida em que se desenrola a ação, daí a impossibilidade de prevê-las.

⁶⁵ Abel e sua mulher Vilma são primos em segundo grau. A maioria dos casais da Comunidade dos Braga da Pontezinha é constituída por casamentos entre primos em primeiro, segundo e terceiro graus (ou mais, nos casais de agora).

Figura 10 - O Kaio e o pai Abel limpando a roça do Sítio João de Barro



Fonte: acervo pessoal da autora (2021).

O que foi que aconteceu e que não está na descrição dos eventos? O que foi que aconteceu comigo? O que foi que aconteceu com o Kaio? Houve mudança na vida dele, agora que terminou o Ensino Fundamental e começa o Médio? O fato dele ter conversado comigo sobre isto mostra que foi importante para ele. E será que tem a ver com a cobra que ele matou?

A minha reflexão me levou a pensar, de início, que nem tudo estava perdido, pois eu “estava lá” quando ele aprendeu a matar cobra, o que vem a ser semelhante a aprender a capinar. É também um conhecimento necessário para quem vive no campo! No entanto, mesmo estando lá, eu posso dizer agora com segurança que não vi o Kaio aprender a matar cobras. Isto porque aprendi que a aprendizagem, seja da capina, seja da matança de cobras, não é algo que ocorre num instante, pois é um processo. No caso descrito, melhor dizendo, no recorte que fiz, durou vários dias, em etapas sucessivas, o que resultou, num contexto de análise mais amplo, a aprendizagem⁶⁶ do Kaio. E me pergunto: Será que foi “sorte” minha que eu estava lá todos aqueles dias?

⁶⁶ Lave e Wenger (1991, p. 36) fazem distinção entre o termo aprendizagem *learning* e *apprenticeship*: esta última inclui as mudanças de locais e de perspectivas que fazem parte do aprendizado. Em português só existe, por enquanto, a palavra aprendizagem. No caso que estou tratando ficaria mais apropriado usar o termo em inglês *apprenticeship*. Vou desenvolver melhor o assunto mais adiante neste item.

Fiz a pergunta porque me lembrei do ocorrido com Bateson e que ele relata em um dos seus artigos, o *Play and Paradigm*, de [1977] 1988.

Foi na sua primeira expedição à Nova Guiné, onde encontrou os Iatmul, que Bateson se deparou pela primeira vez (em 1930), com a Cerimônia do *naven*. Descreveu nos mínimos detalhes o que viu: o irmão da mãe, o *wau*, travestido, mostra-se envergonhado na cerimônia que eles fazem para comemorar um feito cultural do seu sobrinho, o *lau*.

Pois bem, anos mais tarde, na segunda vez que Bateson participou do *naven* e agora sem a preocupação de registrar o que ocorria no seu caderno de campo (em 1958!), ele percebeu, subitamente, que aquilo que assistia era uma “encenação” (*play*), uma comédia, e muito engraçada. E a sua conclusão foi de que teve sorte por estar lá pela segunda vez: “*From the moment I knew that it was high comedy, I began to understand it, and this led a very elaborate analysis which spread its roots through the hole culture, more or less*” (Bateson, 1977b, p. 135). A repetição do mesmo evento lhe permitiu ver então o processo todo com uma compreensão, digamos, parafraseando Mauss, “total”, depois da descoberta da real intenção do ator, no caso o *wau*, de que ele queria era fazer graça mesmo!

E como é que Bateson analisa isto? Retomo o fio do pensamento dele sobre o tema enquanto concluo o que escrevi em “A arte de sobrevivência na roça”, acima, dialogando, ao mesmo tempo, com Jean Lave. No seu último livro, ela afirma que a aprendizagem é um processo de mudança transformadora, onde a gente entra e não sai mais a mesma. A autora fazia aí referência às suas pesquisas de campo, onde observou a mudança de posição quando um “aprendiz” aprende uma prática, passando de uma posição periférica para o centro, terminando o processo como um “mestre”. No caso de Bateson no relato acima, ele aprendeu sobre o *naven* ao perceber, da segunda vez em que participou do ritual, a graça na encenação.

Como mostro mais adiante, esta mudança de posição de que trata Jean Lave passou a ser um detalhe muito importante na análise do que estou relatando. O que aconteceu comigo foi que, num lampejo, eu atinei que o Kaio mudou de posição várias vezes, nos dias seguidos em que estive aqui em casa, ora com o pai, ora sozinho, para matar as cobras no galinheiro! E como foi isso?

Ora, no primeiro dia, logo que chamei, o Abel vem com o Kaio, o pai dirigindo a moto. O Kaio e eu assistimos o Abel matar a cobra. Eu acompanhei o passo a passo perguntando, porque vi logo que eu precisava “esticar” ali uma entrevista, e ele explicando.

Depois teve uma segunda vez. Pedi à Vilma para falar com o Abel que tinha outra cobra no galinheiro, ele chega, na garupa da moto, o Kaio dirigindo. Como expliquei antes, o pai tinha

amanhecido “atacado da coluna”, estava com o corpo duro, sem poder se mexer direito. Aí o menino já saiu de casa com a missão de matar a cobra, o pai não aguentava fazer força. E foi o que aconteceu, com o Abel junto dele, vigiando, “para o caso de acontecer alguma coisa”, o Kaio matou a cobra.

Na terceira vez o menino vem sozinho. Pergunta onde está a cobra enquanto pega a sua enxada. Vai onde ela está e a mata com várias pancadas na cabeça, “para ter certeza de que ela morreu mesmo”. Depois conversa espontaneamente comigo sobre a sua formatura no final de semana: Ensino Fundamental concluído. Agora ele vai para o Médio.

Pois bem, relendo o texto que trouxe para analisar, vejo que eu descrevi os cenários na medida em que as cenas foram se desenrolando, mas não atinei de imediato para o fato de que os contextos mudaram de um relato para o outro, o que aliás eu só poderia ver ao término da sequência. A cada vez que eles vinham, as peças do cenário, ou seja, eles próprios, a cobra, eu, e tudo o mais que compunha o “ambiente”, ocuparam lugares diferentes. Mas não só as posições mudaram, as relações também eram outras, pois muitas coisas aconteceram de uma cena para a outra, cada uma no seu dia. No último, o dia que estou chamando de desfecho, foi quando “o Kaio aprendeu a matar cobras”? O pensamento que me vem agora é de que, daí para a frente, ele poderá se apresentar para matar cobras sozinho, quando for necessário!

A minha interpretação: “o Kaio aprendeu a matar cobras” foi uma mensagem que me veio dos contextos das ações onde eu estava mergulhada (ou “imersa”) e das mudanças ocorridas de um evento para o outro e no próprio Kaio. Na verdade, novamente, foi num segundo campo, num momento de reflexão e de releitura, que eu tive mais um daqueles “momento[s] etnográfico[s]”, como explica Strathern (2014), decorrente da *imersão* na ação e a percepção do movimento simultâneo do contexto até um novo patamar de visualização e de entendimento de que a aprendizagem, assim como a descrição etnográfica, não é pontual. Foi isto que achei semelhante ao que Bateson relatou sobre as suas duas participações, em épocas distintas, no *naven* dos Iatmul da Nova Guiné: para mim também, foi uma sorte que tive que reler o texto que trata da “criatividade” dos Braga para incluí-lo no capítulo. Num piscar de olhos eu pude entender, na clareza da mudança dos contextos até um último, mas desta vez como numa sessão de cinema em câmara lenta, os *flashes* sucessivos, contando uma história, onde pude acompanhar a dinâmica da vida fluindo através dos cenários do nosso cotidiano. Nome da história: o “aprendizado” do Kaio ou “a arte (ou “criatividade”) de sobrevivência na roça”. Aprendizagem tipo II, segundo a terminologia de Bateson, pois o menino, desde que veio sozinho, reconheceu os contextos que o conduziam ao sucesso.

Mas voltando a Lave, encontro semelhanças entre o que foi descrito e o que ela apresenta como “aprendizagem situada”, ao ressaltar que esta ocorre “não no lugar” (aqui, no caso, o galinheiro do Sítio João de Barro), mas “nas *relações entre pessoas, contextos e práticas*” (Lave, 2015, p. 40, grifo da autora).

Ora, isto significa, segundo a autora, e foi o que fiz, em termos de trabalho de campo, ter que seguir “participantes cambiantes e suas participações cambiantes”, em uma “prática cambiante” (Lave, 2015, p. 40). Junto com Wenger (Lave; Wenger, 1991) o processo é reconhecido pelos pesquisadores como “participação periférica legítima” (LPP, em inglês ou PPL, em português). Parece um jogo de palavras, mas é assim que ela sintetiza o que ocorre, e para mim, como se pode acompanhar nos eventos relatados acima, fez sentido.

É importante ressaltar igualmente que Jean Lave desenvolveu a sua teoria baseada nas suas próprias pesquisas e de outros autores, dentre elas o trabalho da aprendizagem da alfaiataria, o de parteira, o de açougueiro e o da admissão de novos membros nos grupos de AA (Alcólicos Anônimos). Nestas situações ficam claras as formas de organização social e política da prática em questão, seu desenvolvimento histórico, naquela comunidade de prática. Em todas elas se pode identificar o aprendiz e sua posição “periférica” no início do processo e sua admissão posterior como mestre. Estas particularidades do que a autora chama de aprendizagem são muitas vezes esquecidas na hora da análise da pesquisa.

No caso deste trabalho, podemos tratar a participação do Kaio como efetivamente periférica, pois ele não era o ator principal e passou a sê-lo. E é situada em um mundo social, a das práticas centenários da comunidade dos Braga da Pontezinha. Foi aí que se produziu uma mudança nele, como indivíduo e como membro da comunidade. Certo que ele não será daqui para a frente um “matador de cobras” profissional, mas, pelo menos por enquanto, ele passou a ser e é, um dos agricultores familiares da comunidade deles.

Foi analisando estes casos que Jean Lave e Wenger (1991) viram a necessidade de um termo específico para este conhecimento que se adquire em um cotidiano socialmente compartilhado e *locus* de uma história. História como a que relatamos e outras. Encontraram, em Inglês a palavra *apprenticeship*, que em Português se traduz por aprendizagem, porque só temos ela, e que com certeza ficaria mais adequada aqui no relato que trouxe sobre o Kaio.

Jean Lave e Wenger (1991, p. 36, grifo dos autores) se estendem nas explicações sobre mudanças de lugar e de perspectivas na *apprenticeship*: “A *mudança* de locais e perspectivas faz parte das trajetórias de aprendizagem dos atores, do desenvolvimento de identidades e de formas de pertença”. Eu pude observar isto também, no caso do Kaio, por uma grande

coincidência, pois na mesma semana em que ele se formou ele esteve aqui em casa e matou a cobra sozinho, sem a presença do pai. Eu nem sabia do acontecido, mas ele me contou espontaneamente, mudando a conversa para este assunto.

Figura 11 - O Kaio no dia da sua Formatura no Ensino Fundamental



Fonte: acervo de Vilma Pereira Braga de Souza (2022).

Ele estava tão feliz que a impressão que eu tive, mas não fiz nenhuma pergunta sobre isto, foi de que ele tinha “se encontrado”.

Daí que, enquanto finalizava a digitalização do capítulo, liguei para a mãe dele para perguntar de uma lembrança que me ocorreu do Kaio bem pequeno, de quando começou a frequentar a Escola. A Vilma sempre ia junto, os dois caminhando pela nossa estrada comum, até a parada do ônibus escolar. Me encontrei com eles várias vezes e um dia perguntei se ela tinha resolvido voltar para a Escola. Ela disse que não, que era o Kaio que não queria de jeito nenhum ficar lá sozinho. E agora? “Ele ficou tão feliz com a Formatura dele! Eu até participei. Eu até tenho uma foto ali dele”, Vilma me contou.

Pedi e ela me mandou a Figura 7. E foi isso. Então, para completar a sua semana gloriosa ele veio aqui em casa e matou uma cobra sozinho. E pelo jeito, e a teoria diz que sim, a mãe Vilma também percebeu a mudança dele, pois o pai não estava, e ela autorizou que ele viesse. É ou não é motivo para o Kaio se sentir feliz e orgulhoso das façanhas?! Eu vejo nestas coincidências, agora que analiso os fatos tendo em vista a conceituação teórica de Jean Lave e Wenger citada acima, uma mudança de perspectivas para ele, ao encontro da sua identidade. Talvez uma aprendizagem tipo III, como vimos em Bateson? Só o tempo nos dirá.

Portanto, era esperado que eu não visse mesmo o “Kaio aprendendo” a capinar. Isto porque, primeiro, eu não estava lá na época em que ele começou a ir com o pai, ou com a mãe, ou ambos, para as roças da família ou da comunidade, por ocasião dos mutirões.

Segundo, como vimos, o “aprendizado” ocorre na medida da repetição dos eventos dos quais a criança participa. Sendo assim eu não posso acompanhar este processo, seja com o Kaio, seja com qualquer outra criança. Porque assim como elas podem ser alfabetizadas “de repente”, em um único evento, ou em vários sucessivos, com a aprendizagem da capina não é diferente. Fiz algumas entrevistas que reportam isso, e mostro no capítulo III, em seguida.

Além disso, seria um transtorno buscar observar crianças e jovens nos eventos em que aparecem com uma enxadinha nas mãos, tanto para as crianças, que perderiam a espontaneidade, como para os da comunidade, o que torna inviável a minha pesquisa a partir de um foco “estrito” direcionado a esta ação, um único flash, que não diz nada ou melhor, que diz qualquer coisa.

E a terceira coisa me veio como alerta para incluir neste trabalho foi de lembrar que “os tempos, os contextos mudam continuamente na comunidade de prática da qual Kaio faz parte. Bateson (1977, p 223.) fez a afirmação correta quando disse: “É então o contexto inteiro que muda”. cotidiano compartilhado dos Braga tem mudado ao longo do tempo e eu, em 30 anos, assisti muita coisa. Daí que, no capítulo IV, continuando com o pensamento nas atividades agrícolas do grupo, de modo especial o uso da enxada para a capina, vou tratar também destas mudanças.

Para encerrar o capítulo, trago uma das fotos que me inspiraram, ainda em 2018, a pensar em voltar a campo para pesquisar como é que se aprende algo que não se ensina.

Figura 12 - Mutirão de limpeza do quintal de da roça da Vivaldina Pereira Braga



Fonte: acervo pessoal da autora (2018).

Está é uma cena difícil de encontrar atualmente. Mas na época em que fiz a foto e não pensava na pesquisa, era bastante comum. Volto a me referir novamente a esta foto no capítulo IV, para ilustrar mais uma das mudanças que estão ocorrendo nesta comunidade tradicional de agricultores familiares.

Capítulo III

Aprendendo a ser autônomo com o manejo da enxada: memórias dos adultos quando crianças

E hoje eu amanheci pensando na enxada como mãos, enxada como extensão do corpo, as mãos que através do cabo da enxada tocam o chão, arrancam o mato, joga para trás, revira para que a raiz não encontre um jeito de enraizar novamente. Relação com a terra, a ‘Natureza estendida’. Não é só o solo, é também o ar, a água, a vegetação que ele arranca com a enxada e a vegetação que ele planta, o animal peçonhento que mata e o animal que ele cria no ‘terrero’. Aprender na roça inclui tudo isso (Vera, 27 de maio de 2024).

As etnografias anteriores sobre os Braga mencionadas mostraram que a família trabalha no mesmo feitiço desde que seus ancestrais afrodescendentes vieram para a região da Pontezinha do Mato Grande, por volta de 1857,⁶⁷ onde encontraram já residindo algumas famílias indígenas com as quais foram se casando e constituindo os núcleos familiares da comunidade⁶⁸ (Anexos I, II e III desenvolvem melhor esta “história”).

Em conversas casuais com muitos deles pude me certificar de que aprenderam com eles estas técnicas, o que é inquestionável, tendo em vista que na época não existia a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), ou ONGs⁶⁹ (Organização não Governamental), instituições que eventualmente dão cursos sobre técnicas agrícolas na região para a Associação da Comunidade da Pontezinha, a CORPO. Aliás, naqueles tempos, não existia nem a própria Associação, que só foi fundada em 1983.

É, portanto, dentro da temática de um questionamento sobre a aprendizagem destas pessoas, os adultos (quando jovens), e os jovens (no momento atual), que o objetivo geral da tese é realizar uma etnografia junto aos Braga da Pontezinha, sobre a aprendizagem sem professor das suas práticas agrícolas.

Os objetivos específicos na pesquisa, primeiramente, foram observar os mais velhos durante eventos como mutirão e outros e entrevistá-los sobre como aprenderam a utilizar a

⁶⁷ Encontrei em Goiânia, GO (na Procuradoria do Estado de Goiás), documentos de registro paroquial da terra da Fazenda Pontezinha do Mato Grande que mostram isto (cópia no Anexo II).

⁶⁸ Foi justamente por essa história e o fato de preservarem os costumes ancestrais que a Comunidade da Pontezinha, para efeito de políticas públicas e estudos acadêmicos, foi incluída no rol das Comunidades Tradicionais pelos antropólogos que trabalhavam, no ano 2000, para a CORUMBÁ CONCESÕES S/A.

⁶⁹ Estas instituições oferecem cursos variados para a agricultura familiar na sede da Associação da Comunidade da Pontezinha, a CORPO.

enxada. Além disso eu pretendia, nestes mesmos eventos, acompanhar a participação eventual de crianças e jovens na capina dos terrenos e noutras ocasiões, quando trabalham ajudando os pais em grupos menores, descrevendo o cenário e as cenas em que pegavam na enxada pela primeira vez.

E por último, analisar os dados registrados em caderno de campo, com vistas a um “segundo campo” (Strathern, 2014), refletindo sobre a pergunta da pesquisa propriamente dita e sobre tudo o que fez parte daqueles momentos, mesmo os que não foram registrados em nenhum equipamento eletrônico, como silêncios, sons, odores, sabores, conversas jogadas fora, sensações, emoções.

Mas como tentei deixar claro no capítulo II, não consegui o objetivo que eu visava, mesmo tendo o Kaio tão perto e tão frequentemente aqui no quintal da minha casa e no galinheiro.

Este capítulo III traz falas transcritas de entrevistas com adultos que não participam mais dos mutirões da Comunidade ou porque estão envolvidos com outros afazeres, ou porque não moram mais na Pontezinha, e de outros que participavam de algum evento daquele tipo, no momento do lanche (ou almoço, ou ambos) e da descontração.

3. 1 “Ir acostumando o corpo” (Abel, 2022)

A professora de Pilates falando sobre o músculo Psoas: “liga o tronco à cintura pélvica”. É chamado o músculo da alma, porque dá autonomia ao corpo e mexe com o nosso equilíbrio emocional”

Isto me lembrou que quando o Abel e o Kaio ainda trabalhavam eventualmente para mim. Um dia a capina tinha que ser feita com a roçadeira. O capim era o *Andropogon*, que cresce até quase dois metros de altura, e já estava bastante alto.

Este serviço com a roçadeira sempre é feito pelo homem adulto, o que se deduz só de olhar a máquina, pelo comprimento do cabo e pelo peso do equipamento. Mas naquele dia o Abel resolveu dar a máquina para o Kaio: “Para ir acostumando o corpo”.

Quando ouvia o vídeo que a Patrícia gravou sobre o Psoas me lembrei de mim, quando criança “com um problema na perna”, me lembrei das histórias que relato neste capítulo, das memórias de adultos que relatam como, ainda crianças, pegaram a enxada pela primeira vez e desta história do Abel de “treinar o corpo” do Kaio.

O Psoas, pelo que aprendi com a aula, ao ligar o tronco à cintura pélvica, permite às pessoas andarem para frente, para trás, subirem e descerem escadas, atuando no desenvolvimento da **autonomia**. Mas afinal, o que significa autonomia? “Autonomia é a capacidade de uma pessoa ou entidade tomar decisões e agir de acordo com seus próprios valores e interesses. A palavra vem do grego autonomia, que significa “auto legislação” ou “auto governança””. E mais: “A autonomia é uma habilidade socioemocional que é essencial para o desenvolvimento saudável e a autoestima” (Resposta criada por IA no [google.com/search?](https://www.google.com/search?) consulta realizada em 20/03/25). Quer dizer, não é nenhum movimento automático.

Em *Pedagogia da Autonomia*, a proposta de Freire (1996) é justamente a de proporcionar, através da educação, uma transformação do aprendiz em sujeito, através da autonomia. Portanto, autonomia é uma habilidade que se aprende ao treinar. Se o Kaio vai acostumando o corpo aos poucos pegando de vez em quando a roçadeira, imagino que com a enxada deve ser a mesma coisa, as crianças pegam o instrumento uma vez e vão ganhando habilidade com a própria prática. Que aliás é o que os meus interlocutores confirmam, como está descrito nos próximos parágrafos dos diálogos com eles. Ninguém ensina, ele aprende com o movimento, com a interação, através da enxada, com a terra, assim como aprende com um brinquedo.

Os trabalhos de Tassinari (2015) e Saultchuk (2015), também se referem a habilidades que se desenvolvem (se aprendem) em contextos específicos de prática.

Tem um padrão aí? Sim, tem um padrão, tem até uma linha melódica. Nos tempos dos grandes mutirões para limpeza do Cemitério fiquei impressionada ao escutar uma vez, no meio da neblina da manhã que me impedia de ver quantas pessoas havia lá, só a batida ritmada da enxada cortando a terra fazendo tchec, tchec, tchec. Ou é o crec das articulações da estrutura óssea dos humanos se arranjando para acomodar a posição do corpo se movimentando e o solavanco provocado por cada puxada dos braços para arrancar o capim com a raiz?

Quando perguntei à Rosa do Eliseu se ela sabia capinar ela disse: “Sabê eu sei, mas num gosto nem. Num foi feito prá mulher não. Eu num guento, né? E as cadeiras, né? As minhas irmãs tudo gosta de capinar”.

Volto à entrevista com a Rosa ao falar de outro tema, mais adiante. Vamos ver então outras coisas interessantes do ponto de vista cultural do que eles disseram sobre “como aprenderam a capinar”, que foi a pergunta inicial que fiz, igual para todos.

3.2 Etnografia é isto mesmo

Etnografia é isto mesmo. Eu não vi o Kaio com o pai ou a mãe, pela primeira vez, ainda criança, indo para a roça ou para a horta da família capinar. Já a mãe dele, a Vilma, eu vi. Melhor dizendo, ver mesmo não vi, mas o relato dela quando perguntei como é que ela tinha aprendido a capinar e com quem, valeu como se eu estivesse vendo e vivendo com ela aquele passado.

Vilma: “Eu ia prá roça com o pai. Era longe, lá na Chapada. A gente saía cedinho. Eu num sei quantos anos eu tinha. Eu era bem pequena”.

Vera: “Ele te ensinou a capinar?”.

Vilma: “Ele me dava uma enxada e eu capinava. Eu fazia outras coisas também, plantava, raleava os canteiros. Do que mais eu gostava era quando tinha mutirão. Juntava muita gente”.

Vera: “Seus irmãos iam também?”.

Vilma: “Era só eu que ia. Eles era tudo pequeno, mais novo do que eu”.

Vera: “Seu pai obrigava a ir?”.

Vilma: “Não, ele chamava e eu ia. Eu gostava de ir com eles”.

Vilma nasceu e sempre morou na Pontezinha. É a filha mais de Virgílio Pereira Braga de Souza e Abigail de Souza Braga. Dos seus 4 irmãos, sendo que um deles já é falecido, a Ana Lúcia também sempre morou por aqui, mas faz trabalhos domésticos na casa de um fazendeiro da região. Os outros dois moram na cidade.

Casou aos 17 anos com Abel Pereira de Souza, filho de José Pedro de Souza e Rachel Pereira Braga. O casal tem 4 filhos, sendo o mais jovem, como já sabemos, o Kaio. Trabalharam desde que se casaram como caseiros de Ezequiel Pereira Braga, um dos filhos de D. Jovina, de quem já contei muitas histórias, e que me contou outras tantas, cujas terras ficam do lado de lá da Estrada vicinal que separa nossos Sítios. Moraram lá durante 23 anos, e por isso fomos vizinhos bastante próximos de morada todo este tempo.

Figura 13 - Vilma Pereira Braga de Souza na varanda da casa nova dela



Fonte: acervo pessoal da autora (2023).

Todos os seus filhos foram criados numa casa pequena, que foi sendo aumentada na medida em que nasciam os filhos. Por isso foi uma grande alegria para a família quando se mudaram para as terras que herdaram de Rachel e José Pedro.

No dia da entrevista eu tinha ido visitá-la justamente para conhecer a sua casa nova, um pouco mais longe da minha, mas ainda na Pontezinha, na região conhecida como “Cabeceira da Mata do Açude”. A casa agora tem 4 quartos, um para cada um dos dois filhos solteiros que ainda moram com os pais, outro para as filhas casadas, quando vêm de visita, e um para o casal. Além de outros cômodos, inclusive 2 cozinhas, sendo uma com fogão a lenha.

Com isso quero dizer que a entrevista que fiz com ela, como tantas outras que fiz com os Braga, não foi programada. Eu estava devendo uma visita a ela por causa da casa nova. Levei uma forma de pirex que pode ser usada no forno e na mesa.

Mas aconteceu que o seu sogro, o José Pedro, estava lá. Ele sim, é uma pessoa em quem eu tinha programado uma conversa sobre aprendizagem das práticas agrícolas. Eu sabia que eles tinham morado em Brasília por uns tempos e depois voltado. Queria saber por que eles

tinham voltado. Aproveitei que ele estava lá e começamos a conversar, os três. Como a Vilma estava também na varanda, resolvi perguntar se ela sabia capinar.

Me surpreendi com a resposta de que desde pequena ajudava o pai na roça dele, que aliás, como ela indicou, ficava “pros lados da Chapada”. Bastante longe, tendo em vista que a casa onde mora até hoje a sua mãe viúva fica nos Braga, na beira do córrego Pontezinha, há cerca de 5 km daqui da Chapada! Eles todos são acostumados a andar muito, e naquela época não tinham carros. Mas além disso ela me alertou para o fato de que os tempos, naquela época, podiam ser bem difíceis.

Vera: “E por que você diz que ‘ajudava muito eles’? Eles quem?”.

Vilma: “Meu pai, minha mãe. Eu cuidava muito dos meus irmãos, a minha mãe tinha que saí prá trabalhar e eu ficava cuidando dos meus irmãos. Como eu era a mais velha, ela deixava os meninos comigo prá ela ir trabalhar”.

Vera: “E onde é que ela trabalhava? Era na roça com o seu pai?”.

Vilma: “Não, era nuns tomateiro, aí prós lado da Lagoinha. Ela pegava tomate. Quê era prá ganhá o sustento prá nós, prá nós alimentá”.

Estas informações trazidas por ela me fizeram pensar nas mudanças nos modos de vidas deles, trazidas pelo tempo. Dada a relevância do tema decidi dar a ele um espaço maior para juntar mais elementos. No capítulo IV, intitulado “Enxadas ou Roçadeiras”, volto ao que ela disse, pois serão pensadas estas mudanças para todos que vivem nela, mas com foco na Comunidade dos Braga.

A figura abaixo é do José Pedro de Souza, que além de pai de família e agricultor, é um grande conhecedor de plantas do Cerrado.

Figura 14 - José Pedro de Souza, na varanda da casa da nora Vilma



Fonte: acervo pessoal da autora (2023).

Quer saber o nome de uma árvore, é só perguntar para ele: “Que pau⁷⁰ é este, Zé Pedro?”. Além dos nomes ele sabe a “serventia da planta”, categoria deles que significa “para que serve”: boa “prá remédio”, boa “prá cerca”, boa “prá lenha”.

Nasceu por aqui, na região chamada Cajundó. Foi para a cidade quando se casou, ficou alguns anos lá, mas voltou e junto com Rachel Pereira Braga, sua esposa, ela nascida e criada na Pontezinha. Criaram os 4 filhos “no cabo da enxada”,⁷¹ como dizem.

E muito bem, como Zé Pedro faz questão de contar: hoje em dia cada um tem sua profissão, sendo que o Abel seguiu o exemplo do pai e é agricultor familiar. Foi enquanto conversava com o Zé Pedro que resolvi entrevistar a Vilma também.

⁷⁰ “Pau” é uma categoria deles para se referir a uma árvore qualquer.

⁷¹ “Criar o filho no cabo da enxada” é uma categoria deles, que significa que os criou com o trabalho na roça.

Zé Pedro: “Eu aprendi a capinar com o meu padrasto. Ele me levava prá roça e eu aprendi a capinar. Eu fazia de tudo na roça. Gostava da lida na roça. Já o meu irmão, nós era só nós dois, nunca aprendeu a lidar na roça. Num gostava”.

Vera: “O pai num obrigava?”.

Zé Pedro: “Não”.

Figura 15 - Zé Pedro na horta que ele plantou em 2025



Fonte: acervo de Vilma Pereira Braga de Souza (21 de março de 2025).

Assim que se casou com Rachel, José Pedro se mudou com a família para Brasília, mais precisamente Taguatinga onde conseguiu um lote e arrumou emprego na SAB (Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A), uma das estatais do Distrito Federal. Fundada em 1962, foi competitiva até 1990, depois entrou em decadência e foi extinta.

Como empresa estatal SAB oferecia aos seus funcionários cursos de alfabetização e de primeiro grau. José Pedro fez todos os cursos, sendo sempre excelente aluno e funcionário. Depois de alguns anos trabalhando na SAB, até que decidiu deixar o emprego, deixar casa e seguir com um grupo de famílias, para um Acampamento religioso. Também permaneceu lá

por algum tempo: [...] então, quando acabou o Acampamento, o Pastor resolveu vender lá, e aí eu resolvi vim prá cá. Tinha perdido o lote em Taguatinga, não ía alugar uma casa lá. Tava sem emprego, tava sem nada e resolvi vim prá cá. E tou aqui até hoje, Deus tem nos abençoado, não falta nada, nunca faltou nada” (José Pedro).

José Pedro é, portanto, uma daquelas pessoas que encontrei na Pontezinha, mesmo nunca tendo sido um deles, que tinha a “cara” dos meus alunos do Supletivo Noturno, como relatei na Introdução e me trouxe de volta a lembrança das nossas dificuldades de aprendizagem, tanto as minhas quanto as deles.

Dificuldades estas que, hoje sei, tem mais a ver com a maneira como estamos lidando com os nossos “controles”, tanto os familiares, quanto os da formação acadêmica, e como trouxe o Zé no transcrevi acima, os da religião que professamos também. Os dois primeiros já foram tratados de passagem no capítulo I, a partir das reflexões de Wagner (2010) sobre as nossas “invenções” dos conceitos e das atitudes, que incluem este tema também. Sobre a religião não vamos falar, porque tem outras implicações antropológicas e filosóficas que não estudamos e nem temos competência teórica para discorrer, mesmo tendo experiências pessoais que poderiam contar como “competência”, mas que não fazem parte do contexto desta tese.

3.3 “Tormento que tem na cidade é muito grande” (Abel, 2023)

O Abel, pai do Kaio, é o filho mais velho do Zé e da Rachel. Toda vida trabalhou na roça, ajudando o pai. Só parou quando casou e foi trabalhar de caseiro para o Neguinho: “Aprende sozinho mesmo. Na roça tinha tarefinha. [...] Naquele tempo as irmãs ajudavam. Todo mundo na roça” (Abel). E pelo jeito a cobrança vinha mesmo, caso não cumprisse a tarefa. Certa vez, ele e o irmão Samuel combinaram de ir “banhá no rio”. Ele ajudou o irmão a terminar a tarefa dele e foram para o rio, com o combinado dele ajudar o Abel na volta: [...]voltemos do rio e ele vazou. Aí o ‘coro comeu” (Abel). Terminou a 4ª série do Ensino Fundamental. Parou porque teve que trabalhar. Mas tinha um sonho, o de ser carreteiro, que “largou” de mão quando se casou.

Vivaldo e Dora são casados, ambos Pereira Braga. Os dois voltaram para morar na roça no ano 2000, no Sítio que herdaram da partilha das terras de D. Jovina, pois Dora é uma das suas filhas. A experiência deles tem semelhanças com a dos outros que quando mais jovens foram para Brasília, trabalharam alguns anos lá, e agora moram na Pontezinha.

Vivaldo: Desde os 6 anos eu já trabalhava. Eu e meus pais. A gente ia para a Escola de manhã, uma base de 10 horas a Professora liberava nós. Pegava o almoço em casa e levava pros que estavam trabalhando desde cedo e ficava lá trabalhando até 12, 1 hora, quando a gente ia busca a merenda prá trazer pra roça. Aí ficava trabalhando até de tarde. Fazia o dever da Escola de noite, com luz de lamparina.

Perguntei então sobre a aprendizagem da capina: “Enxada é coisa simples, só vendo a gente aprende. Aprendia por conta própria” (Vivaldo). Com a Dora foi diferente: “meu pai não era muito da gente ir prá roça com ele não. Mas os ôme era junto com ele. Levá uma comida, uma coisa, mas pega no pesado, não”.

Dora e as irmãs trabalharam muito na “panha do café”, enquanto durou o cafezal que eles tinham “aqui mesmo, no Campo Limpo”. Para Vivaldo a aprendizagem é a melhor coisa do mundo, porque “facilita a vida da gente”. E conta: “Eu, prá cumeçá, a primeira butina que eu comprei eu plantei uma roça, roça de feijão e vendi pro meu próprio pai, porque não tinha quem comprasse, e comprei um par de botinas. Fomos eu e ele lá em Luziânia, eu e ele, prá compra essa butina, a cavalo. Um dia prá ir outro prá volta” (Vivaldo).

Volto a falar sobre os tempos de hoje comparados com antigamente no próximo capítulo. Dora e Vivaldo estão ambos muito satisfeitos com a vida que levam morando aqui na roça. Pensam como o Abel e não pensam em sair.

3.4 “Aprender a ganhar reponsabilidade e tudo” (Ismar, 2023)

Eliseu Pereira Braga é o marido da Rosa, que para distinguir de outras duas que conheço chamo de Rosa do Eliseu. Conversando com ele sobre a ajuda dos meninos nas roças ele se lembrou logo de um dizer popular da região: “Serviço de minino é poco, mas que perde é loco”. Todos riram.

Como mostrei antes, na família da Rosa, assim como na da Dora, as meninas não faziam o serviço “pesado”, como a capina. Numa conversa sua com seu neto Michael ela deixa clara o que acha da enxada: “Ou você estuda ou vai pro cabo da ‘sem graça’” (Rosa). Perguntei a ela se ela tinha um sonho, quando mais nova. Primeiro ela disse que não, depois falou: “Eu era invocada cum estudá, mas as Escola lá num firmava, né? (As professoras não paravam lá, estava sempre faltando professora). [...] eu queria era mostrar o meu boletim prá Senhora, e pró menino aqui, (dois dos seus netos adolescentes estavam por ali), era tudo nota 100”.

Dos seus filhos, os dois mais velhos iam com o pai para a roça. O mais novo já foi. Mas ao contrário do que o pai lembrou sobre o serviço dos meninos, ele não obrigava a ir. E, pela maneira como contou o Ismar, eles gostavam disso:

Ismar: “Levava, e eu também gostava de pegar serviço sozinho também”.

Vera: “Cê pegava o que? Empreita? Onde?”.

Ismar: “Aqui com o tio Naum. A gente ia anotando as horas e depois acertava. Com certeza, eu gostava, a gente tinha um pouco de dinheiro”.

Vera: “Esses serviços que você aprendeu aqui, você acha que eles são de utilidade? Prá você, prós outros?”.

Ismar: “Sim, é aí que começa, né? A ganhá responsabilidade e tudo”.

Responsabilidade com ele próprio e com os outros, pelo que eu entendi. Então, de acordo com a classificação dos níveis de aprendizagem de Bateson (Capítulo I), podemos avaliar que pelo menos para alguns deles, esta aprendizagem da capina, de levar a comida na roça, ajudar na panha do café ou do feijão, e tudo o mais que meninas e meninos aprendem neste contexto, os transforma em indivíduos responsáveis. Ou dizendo de outra forma, os levam a mobilizar o ser responsável que existe em cada um deles. Talvez não seja uma “guinada instantânea”, porque o processo pode levar a vida toda, mas é sempre um ensaio para a aprendizagem do tipo III, para um ser que não foi separado do “corpo” e que vinha sendo igualmente preparado para a mudança no sentido que lhe é atribuído pela epistemologia cibernética.

Natureza também são os outros humanos com quem eles e elas interagem na lida do campo, quando aprendizes de agricultores. Eles (elas) vão ‘prá roça’ porque o pai chama, ou obriga, ou não chama e eles vão assim mesmo. Eles (elas) vão prá roça porque a mãe manda levar o almoço ‘prós que estão lá’ desde cedo, enquanto eles (elas) estavam na Escola. E eles (elas) acabam ficando por lá porque é perto do córrego, tem muito jeito de brincar por ali: nadar, saltar do cipó ou do barranco dentro da água. Até que um dia alguém resolve lhes destinar um taião para capinar, e o que era a hora do recreio se transforma na hora da responsabilidade (Vera, 22 março de 2025).

Com estas reflexões que copiei do meu diário no dia de hoje, encerro o Capítulo III. No próximo, retomo alguns pontos que não foram desenvolvidos neste e avanço algumas considerações teóricas sobre o modo de equilíbrio da organização social da Comunidade dos Braga.

Capítulo IV

Enxada ou roçadeira?

Se nós continuamos a operar de acordo com o dualismo cartesiano: mente *versus* matéria, continuaremos sem dúvida a perceber o mundo na forma de ainda outros dualismos: Deus *versus* humanos, elite *versus* povo, raça eleita *versus* os outros, nação *versus* nação e para terminar, humanos *versus* meio ambiente. É duvidoso que possa sobreviver uma espécie que possua ao mesmo tempo tecnologia avançada e esta estranha forma de conceber o mundo (Bateson, 1977, p. 296-297, tradução da autora).

Capítulo IV fechando o verão. Foi para isso que eu vim para a Antropologia: nesta Tese estou procurando saber “como é que eles (os Braga) sabem o que sabem” e chegar, mesmo sem ter programado, a este Capítulo, buscando entender, uma vez mais, como é que eles mudam, ou não, mas como é que eles conseguiram sobreviver como grupo nestes 200 anos num mesmo pedaço de chão.

As crianças mudam aprendendo as práticas agrícolas dos ancestrais quilombolas misturados com nativos indígenas, como mostrei no capítulo III. Mas será que a sociedade também muda? Alguns acontecimentos aqui me levaram a pensar nisso.

Levando em conta primeiramente a constatação de Bateson de que, “É então o contexto inteiro que muda” (Bateson, 1977, p. 223), o ocorrido na Comunidade da Pontezinha na semana do feriado de Finados de 2023 que caiu numa Quarta-feira, vem bem a calhar. A pergunta que imediatamente tomou conta da minha “mente” diante do que vi acontecendo foi: Será que aquele só foi mais um sinal de que as situações do cotidiano que delimito aqui e ali para observar os Braga trabalhando como agricultores familiares, por não serem representativas do contexto inteiro, estão deixando de fora acontecimentos importantes para o meu estudo da Comunidade como um todo? O que mais está acontecendo aí e que seria importante descrever e pensar sobre?

Para melhor pensar sobre a questão escolhi como epígrafe do capítulo as duas frases com as quais Bateson terminou o penúltimo capítulo do primeiro volume do **Passos para uma Ecologia da Mente** da edição francesa de 1977. Aí ele mostra a sua preocupação com os tempos que mudam, enquanto que, pelo visto, o jeito de pensar as relações, no sentido ecológico que ele propôs para o termo, não.

Acho que ele tinha razão quando lembrou a nossa forma dualista de proceder e muitas vezes fico pessimista em relação ao desequilíbrio decorrente disto, e olha que ele se referiu a isso por volta de 1980, ano em que faleceu. Para melhor refletir sobre isto, no contexto atual do século XXI, e numa população localizada como a dos Braga, vale relembrar um pouco o que o autor falou sobre a necessidade de uma “Ecologia da mente”.

A proposta de Bateson à qual subscrevo e sobre a qual já falamos algumas vezes neste texto, também conhecida como epistemologia ecológica, foi desenvolvida à luz dos conceitos que chegaram com a teoria dos sistemas, a cibernética e a teoria dos sistemas. A ecologia à qual o autor se refere tem a ver com os diferentes setores da vida, e se propõe a encontrar uma ponte ou padrão único que conecte todos eles, quer sejam comportamentais, sociais, ambientais ou biológicos. Esta ecologia, em última análise seria a base relacional, ou contexto, onde a vida se desenrola. União nesta *oikos*, ou casa,⁷² seria, portanto, o propósito dos processos mentais que organizam a vida, conduzindo-os daí, com a união de todas as mentes, à uma única mente estruturada como “Mind”, ou Mente com a letra **M** maiúscula.

E o que é que esta Ecologia tem a ver com a Ecologia do Meio Ambiente? Ora, o assim chamado Meio Ambiente é apenas um dos sistemas deste todo constituído de outros mais que serviu como modelo de relações equilibradas, em condições ideais. Como são tantas as variáveis condicionantes disto, podemos considerar que este “equilíbrio” perfeito não existe, mas é o que se busca ter.

Mas vamos aos fatos que escolhi para alimentar a minha argumentação, para quem sabe, chegar a uma conclusão sobre mudanças na comunidade dos Braga da Pontezinha, caso ocorram, tendo em vista que o meio ambiente onde estão inseridos, mudou bastante, tanto num passado longínquo quanto no presente imediato.

No dia 29 de outubro de 2023, um Domingo, foi feita no grupo do WhatsApp da Associação uma convocação para as pessoas que não teriam compromisso na Quarta-feira, dia 1º de novembro, para um mutirão de limpeza do Cemitério da Comunidade. O serviço era para ser feito com roçadeiras.

Como ninguém se manifestou, uma pessoa comentou que o grupo estava calado. Aí várias pessoas se manifestaram, inclusive eu. Eu lembrei que o aviso tinha sido dado de última hora e que podíamos combinar para um outro dia, com tempo das pessoas se programarem para

⁷² O Papa Francisco também se refere a uma “casa comum” da vida no Planeta, na sua carta Ecumênica “Laudatus si”, de 24 de maio de 2015.

comparecerem no dia marcado. Além disso, os mutirões são programados para os Sábados, justamente porque é o dia em que a maioria não tem compromisso se trabalho.

Figura 16 - Como estava o Cemitério antes da limpeza em outubro/2023



Fonte: acervo de Ronam Pereira Braga (2023).

Foram muitas as mensagens e de todos os lados. A minha opinião não foi acatada. A alegação foi de que a limpeza precisava ser feita para as visitas do dia de Finados, a Quinta feira, dia 2, e o Cemitério estava muito sujo.

Vieram apenas 6 pessoas para trabalhar, algumas mulheres para trazer o lanche. Nem fotos do grupo houve, apenas um vídeo já depois do trabalho concluído.

A limpeza não deixou a desejar, reconheço, trabalharam muito, as roçadeiras fazem o serviço rapidamente. Eu só consegui uma foto do antes da limpeza (Figura 8).

Ora, no mês de abril de 2023, ou seja, 6 meses antes, houve um mutirão de limpeza no mesmo local, com enxadadas, para o qual compareceram 67 pessoas! Eu estive lá e eu mesma

contei as pessoas. Fiz algumas fotos e falei com várias pessoas que não via há muito tempo sobre o “aprender a usar a enxada” da minha pesquisa.

Figura 17 - Mutirão de limpeza do Cemitério com enxadas em abril de 2023



Fonte: acervo pessoal da autora (2023).

4. 1. O que é que está acontecendo?

A minha pergunta diante disso é saber o que de fato está acontecendo, e se estas mudanças sinalizam alguma coisa. Mudança no contexto amplo que recorto agora como sendo a Comunidade da Pontezinha. E como fica o equilíbrio da organização social do grupo assentada no tripé estrutural trabalho, família, terra, diante disto? Seria isto também uma questão de aprendizagem?

Figura 18 - Mina d'água que abastece a caixa de 6 mil litros do Sítio João de Barro



Fonte: acervo de Abel Pereira de Souza (2023).

Da minha parte, posso adiantar que, de fato, o sistema “meio ambiente” mudou. As águas das nascentes diminuíram a olhos vistos, muitas desapareceram. A mina que abastece o Sítio João de Barro, que aliás não tem mais o pássaro “João de Barro”, formava um rego d'água que corria nos fundos da tapera onde viveram o professor Samuel Gomes, sua mulher Calvina Pereira Braga, a herdeira das terras, como mostro na Monografia de Graduação (Moura, 2016), e seus 9 filhos. Hoje em dia aquele veio d'água não existe mais, foi secando aos poucos até que desapareceu totalmente.

Em 2017 choveu pouco, a água que restou na mina e que abastece a nossa vida e lida diária aqui, não foi suficiente para mergulhar uma bomba d'água e fiquei vários dias no seco. Tive que levar a roupa para a vizinha lavar e trazia para casa água para a higiene e alimentação minha, dos gatos, dos cachorros e das galinhas. O regime de chuvas não é mais o mesmo. Não só na Pontezinha, mas no mundo inteiro.

Aí pergunto: e as relações da Comunidade com o sub sistema meio ambiente, mudaram? Se mudaram, como mudaram? A sustentabilidade de todos, da Comunidade e do Meio Ambiente, tomando como exemplo unicamente estes dois eixos, fica melhor ou pior na medida em que ocorrem estas mudanças? O que o Meio Ambiente tem feito para sobreviver? No que a Comunidade, por sua vez, tem contribuído para isto?

Pressões com certeza, existem, e eu estou mostrando neste capítulo fatos que levam a supor que estamos passando por um destes momentos, que pode sim levar a oscilações no sistema estruturado da organização social deles. O avanço tecnológico, trazendo “ferramentas” que fazem o mesmo trabalho de várias pessoas em muito menos tempo, e com qualidade inferior, como é o caso da roçadeira, é uma pressão contínua na direção da mudança de hábitos. E as mudanças climáticas que estão levando à diminuição da água das nascentes é outra.

Isto sem entrar na questão do avanço das áreas de fazendas arrendadas para plantação de soja, onde monoculturas são implantadas ao custo do desmatamento de importantes áreas remanescentes de Cerrado da região, que vem junto com a contaminação do ar e do solo pelos defensivos altamente tóxicos por ele usados sem a menor fiscalização do município. Para não falar da questão da destruição das trilhas de passagem entre os capões de mato e os rios. Pressões de todos os lados.

Sim, volta e meia, eles são expostos a tensões que, segundo a minha avaliação de moradora e Antropóloga, os colocam contra a parede: ou mudam ou vão ficar sem nada, sem a comunidade. Claro que não passa por nenhum raciocínio lógico a percepção disto. Fico avaliando que eles nem têm consciência real do perigo a que estão sujeitos. E me perguntando se no nível inconsciente, eles pressentem alguma coisa. E neste caso, fazem alguma coisa, individualmente e/ou em grupo?

Como já relatei algumas vezes neste e noutros trabalhos, como moradora participei com eles de alguns destes momentos, desde o ano 2000 para cá e o meu sentimento sempre foi diferente do deles. Eles vivem dizendo, quando pergunto se vão fazer alguma coisa, ou por que não fizeram: “Fazer o quê, Dona Vera?”.

Um exemplo da atitude deles e que eles não acionam a Equatorial, quando falta luz. Eu insisto, “tem que ligar, senão como é que eles ficam sabendo que não tem energia aqui?”. Não adianta. Outro dia um deles me deu uma resposta que eu nunca tinha ouvido sobre a falta de luz: “Chega uma hora acaba voltando”. E não é que ele tem razão? Sempre volta, mas aja paciência! Admito que não tenho nenhuma, quando eu vejo o tempo passando e me levando o tempo que eu deveria estar no computador, escrevendo o texto desta tese,

4. 2 Eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação (2024)

Abel: “30 pau”.

Vera: “De quê?”.

Abel: “Carvoeiro, pindaíba”.

Vera: “2m, 2,5m?”.

Foi em um Sábado, último dia do mês de novembro de 2024. Eu tinha combinado com o Abel dele vir cortar umas estacas para mim. Só ele aqui tem motosserra.

Vera: “Inda tava falando com o Amós, vocês cortam um pau pensando em lenha para o fogão de lenha. Eu não tenho fogão de lenha. Eu preciso de estaca. Ainda outro dia você cortou uma Pindaíba em pedaços desse tamanho...”.

Abel: “Mas é que eu pensei que a Sra. não ía usa a Pindaíba prá fazer estaca”.

Vera: “Num presta? Dura pouco tempo? Mas o raciocínio é o seguinte, nós num vamos fazê cerca de galinheiro prá dura a vida toda, é prá trocá de vez em quando”.

Abel: “Mas a Pindaíba só dura um ano”.

Vera: “Ah, é? Ainda outro dia cortamos galhos de Pindaíba prá fazê o puleiro das galinhas!”.

Abel: “Mas é no seco, no seco ela dura mais”.

Vera: “Então tá, mas tem muito carvoeiro por aí”. Passado um tempo vi movimento dele lá fora e fui ver.

Vera: “Já terminou? Quantas estacas?”.

Abel: “34”.

Vera: “Que beleza! Mas tinha muitas aí no galinheiro mesmo, né? Só colocá no tamanho...”.

Abel: “Já que a Sra estava brigando comigo por causa do tamanho das estacas, não qué me dá elas preu levar?”.

Vera: “Pode levar, e eu agradeço. Não gosto muito desses paus amontoados por aí”.

Perguntei quanto tempo de serviço tinha dado. Ele disse que estava pensando em não cobrar, em fazer uma troca: eu emprestava a minha roçadeira para ele corta um mato lá na casa

dele: “A minha tá funcionando, mas não tem força, não corta. Eu devolvo hoje mesmo mais tarde ou amanhã” (Abel).

Eu disse que não tinha pressa porque o Amós não vinha para mim na semana. Depois começamos a falar sobre a eleição para a nova Diretoria da Associação, o que eu estava ansiosa para fazer desde que ele chegou de manhã para trabalhar, mas me contive!

O número de associados aumentou bastante nos dois anos do mandato dele, Abel de Souza Braga. Uma pessoa de Santo André, uma de Santa Marta, uma do Pau d’óleo, três da Pontezinha e os demais, 20, de Santa Rosa, convidados por uma pessoa de fora que trabalha com o trator da Associação e é de lá também. Ele entrou há uns três anos. Mas da família dos Braga, por adoção do pai por D. Jovina e que não tem o sobrenome deles, somente uma pessoa. “Quem é que a Sra quer que a gente põe lá?”, perguntou Abel em tom de brincadeira.

Eu nem quis brincar, eu estou preocupada. Como moradora e como Antropóloga que tem na CORPO uma parceira da pesquisa, estou há algum tempo sentindo que os de fora estão pensando em tomar conta da Associação! Eu reafirmei, porque já tinha falado com ele sobre isso, que preferia que fosse uma pessoa da família. Como sempre foi, desde a fundação em 1988. Disse sobre a minha desconfiança em relação a uma nova moradora da Pontezinha, uma pessoa, que foi candidata a Deputada Distrital duas vezes em Brasília e que comprou um terreno aqui há uns dois anos. É empreendedora de formação profissional e fundou logo a COOMAPA, a Cooperativa do produtor rural do Município de Santo Antônio, da qual é Presidente.

Naquela mesma semana, bem cedo, Sexta-feira, quase uma semana depois da conversa que tive com o Abel sobre eleições, ele liga para falar da roçadeira, que não tinha devolvido.

A eleição já era no Sábado dia 07/12, às 19:30 horas, e precisavam limpar o mato (cortar a grama e o que estiver misturado) ainda naquela manhã. Ele queria saber se podia continuar emprestando a roçadeira: “Pode, até falei com o Amós prá ele ir prá mim, mas ele disse que se for ele leva a dele” (Vera).

Mas ele ainda veio pessoalmente mais tarde, para buscar um equipamento da máquina que estava faltando prá trabalhar no mutirão da limpeza da Sede. E foi só então que me contou que tinha alguém pedindo votos. Uma pessoa de Santa Rosa que não é Pereira Braga. Entrou há uns três anos e fez parte do Conselho Deliberativo na gestão que vai ser mudada agora.

Ora, eu estava tranquila em relação a essa pessoa, tendo em vista que em uma reunião do Conselho Diretor da qual eu também fazia parte como suplente no Conselho Fiscal, ele pediu a palavra para dizer que soube que estavam dizendo que ele estava convidando gente de Santa

Rosa para entrar na Associação porque ele queria concorrer a algum cargo na Diretoria. Ele garantiu que não era candidato a nada, que não tinha interesse em disputar nada nesse sentido.

Naquele Sexta feira eu tinha sido acordada pela Clarinha, minha cadelinha mais velha, às 3:40. Ela estava fazendo barulho arranhando a porta, como faz todos os dias. Poderia fazer como os outros, sair sem me incomodar pela mesma porta, que fica aberta de noite, e fazer xixi na área. Mas ela exige sair pela porta que deixo fechada, a que dá acesso à grama do quintal.

Na cabeça as imagens do sonho que estava tendo. Sonho com Fazenda velha. Estou num galinheiro cuidando dos ninhos das galinhas e conversando com outra pessoa, que está atrás de mim. Eu explico o que estou fazendo e o que é para fazer. O lugar é de difícil acesso, tem uma subida cheia de entulhos pelo chão.

Me agarro a um murro muito espesso, que acompanha pelo lado esquerdo, este caminho. É um desses muros das casas de adobe antigas feitas pelos afrodescendentes. Vi alguns assim em Arraias, no Tocantins, onde vivem muitos remanescentes quilombolas integrados à população da cidade. Eu abraço a parede e me despeço emocionada daquele lugar. Sensação de estar indo embora, parece.

Depois que a Clarinha voltou fechei a porta e dormi novamente. Continuei o mesmo sonho, acho. Entro para dentro de casa, de onde diviso uma outra casa toda iluminada, estilo daquelas enormes casas americanas, cercadas de vegetação, que vi em filmes. Sobrado estilo de madeira, janelas enormes, de vidro. Eram várias casas naquela área.

Aqui na Pontezinha também é assim. São várias casas construídas em terrenos pequenos para serem Fazendas, porém grandes si comparados aos lotes residenciais que não chegam a 1 hectare nas cidades, e não são alinhados em ruas. Ficam distantes umas das outras. Os moradores preferem hoje em dia ir de carro aos lugares mais distantes. Antes iam a pé mesmo.

Quando fui dormir naquele dia eu estava pensando em Bateson, na sua vida em família na Inglaterra e depois no EUA. Era a propósito dos contextos da sua aprendizagem formal, a que aprendeu na Faculdade. Isso porque fico bastante impressionada com os seus conhecimentos de Biologia (animais e plantas), Genética. E o que ele sabe sobre Seleção Natural? Fiquei pensando que podia ter algo a ver com o meu sonho.

A preocupação maior do dia foi, no entanto, foi a eleição da nova Diretoria da CORPO. Houve a votação, muito demorada por causa dos empates entre os dois mais votados, um Pereira Braga e o outro não. Finalmente o vencedor foi o associado de Santa Rosa que fez campanha pedindo votos. E a chapa que tinham formado.

4. 3 Depois da mudança da Presidência da Associação

Há dois meses no comando, a nova gestão composta pelo Presidente e mais 9 membros, alguns Braga e outros não, dentre eles eu, que continuo fazendo parte do Conselho Fiscal, as reuniões tem ocorrido como sempre foi: o Presidente fala da pauta da reunião, um ou dois temas resolvidos em questão de minutos, abre espaço para visitantes que trazem propostas de cursos e assessoramento, sorteio de brindes, os amigos ocultos dos aniversariantes do mês e o lanche.

Quer dizer, seguimos em frente. Conversei com outras pessoas e sei que eu não era a única preocupada com a nova situação. Mas admito que esta não foi a primeira vez que eu via as coisas caminhando para a destruição da Comunidade, desta vez devido à mudança na Associação, que faz parte dela.

Em todas as vezes, eu errei feio. Com a construção da Barragem Corumbá IV, por exemplo, eu achei que eu não ia aguentar e ia acabar me mudando daqui. Já “os Braga”, sempre argumentando com a pergunta que é uma resposta, dizendo: “Fazer o quê, né D. Vera?”. Era como se nada tivesse acontecido. Passados 25 anos do início das obras na Rio Corumbá, exceto os que morreram e nenhum deles foi devido à Barragem, e alguns jovens que se casaram e foram para Brasília, estamos todos aqui do mesmo jeito.

E olha que houve mudanças importantes. Ainda outro dia aproveitei que o Amós estava trabalhando naquele dia para mim, tivemos uma conversa sobre isso. Pedi a ele para podar a goiabeira que fica perto da varanda da cozinha e fiquei dando os meus palpites. Ele já tinha dito que não era hora de podar a fruteira, porque estava com frutos, mas eu quis assim mesmo. Depois que terminou ele pegou uma goiaba bonita no chão e abriu. Eu disse:

Vera: “Essa goiaba é muito boa”.

Amós: “Boa prá bicho”. A goiaba que ele pegou estava cheia de bichos por dentro.

Vera: “Toda a fruta agora está assim. Até as mangas, até o pequi. Antes não tinha bicho não. Era tudo sadio”.

Amós: “É”.

Vera: “Desde o tempo da Barragem que começou isso”.

Amós: “É”.

Sim, desde a implantação do projeto que as frutas não prestam mais. Mas os passarinhos ainda comem o que dá para aproveitar. E eu notei que desde que começaram a amadurecer em

novembro, as mangas este ano já deram uma melhorada. Os pequis, desde o ano 2023, já estavam bem melhores. O que aconteceu com eles? E comigo? O que está acontecendo com as mangueiras, com os pequizeiros, que as frutas estão melhorando.

E na Associação tudo continua andando muito bem. Ainda no dia 1º de fevereiro houve um mutirão na casa da Biga, Abigail Pereira Braga, viúva de Virgílio Pereira Braga, que foi Presidente da Associação durante muitos anos, até o seu falecimento. Ele pediu ao atual Presidente um Mutirão para limpeza do seu quintal e ele providenciou logo tudo, avisou com antecedência e chamou no WhatsApp. Estive lá e fiz algumas fotos. Mutirão como antigamente, poucas pessoas, devido a que o serviço era pequeno, mas todos com enxadas. Muito animação e comida boa e farta.

Figura 19 - Vista do mutirão na casa da Biga



Fonte: acervo pessoal da autora (1º de fevereiro de 2025).

Figura 20 - Café da manhã no mutirão da casa da Biga



Fonte: acervo pessoal da autora (1º de fevereiro de 2025).

Figura 21 - Abigail (casaco amarelo) e outras pessoas na varanda da sua casa



Fonte: acervo pessoal da autora (2025).

Figura 22 - Almoço servido no mutirão da casa da Biga



Fonte: acervo de Abel de Souza Braga.

Figura 23 - Hora do almoço e encerramento do mutirão da casa da Biga



Fonte: acervo de Abel de Souza Braga.

Eu não estive na reunião do mês de março, que foi agora no dia 28, mas já são outros dois mutirões programados para o mês de abril, um no dia 5, para limpeza do Posto Médico e da Sede e subindo pela estrada, dos dois lados da estrada, porque tem capim alto tirando a visibilidade, até a Cascalheira, já chegando aqui n Chapada. O outro é para o dia 15, para limpeza do Cemitério, onde já foi avisado para levar enxada, porque que tem uma erva que nem o veneno mata, só enxada mesmo.

Então, como eu dizia a Associação vai muito bem. Mas os jovens comparecem em pequeno número, mas estão representados por gente que pega na enxada e que gosta de cavalos.

Figura 24 - Adriel e Kaio do Ismar passeando a cavalo no domingo de manhã



Fonte: acervo pessoal da autora (fevereiro de 2025).

O Adriel e o Kaio do Ismar são dois deles. Num Domingo desses os dois vinham vindo a cavalo pela Rodagem e, passando por eles, pedi para fotografar e eles consentiram. Perguntei prá onde eles iam: “Ali prá baixo”, quer dizer passeando no Domingo a cavalo porque gostam disso.

O Adriel sempre morou por aqui, mas o Kaio a família levou para Brasília para estudar lá. Ele ficou uns tempos e agora está de volta, completando o Ensino Médio por aqui mesmo. Mora na casa do pai, o Ismar, um dos colaboradores da pesquisa e diz que quer ficar trabalhando aqui mesmo. Depois da aula no período da manhã sempre pega uma empreita aqui e ali.

4.4 Como interpretar a estabilidade da Comunidade dos Braga da Pontezinha

Mudanças que vão da complementaridade à simetria podem ser vistas como eficazes na prevenção da desintegração social, como observou Bateson na sua pesquisa com o Iatmul (Bateson, 2008).

Na cerimônia ritual do *naven* o *laua* faz a sua iniciação como caçador de cabeças. A encenação de comportamento homossexual por parte do *wau* diante do machismo extremado do seu sobrinho filho da sua irmã vai impedir que este último entre numa competição extrema com ele, o que ameaçaria a integridade da organização social deles. Em outras palavras, a simetria exagerada do *laua* em relação ao seu *wau*, faz com que este último o ameace com o *naven*, onde ele teria que assumir o par homossexual do tio. Diante da proposta de complementaridade sexual com o tio, ele desiste do seu intento machista e o problema fica resolvido no nível da comunidade deles.

Esta mudança de atitude do *laua* é aprendida pela encenação paralela das mulheres, no mesmo ritual, que respondem no mesmo grau (rivalidade simétrica) se travestindo de homens, mas que optam pela complementaridade habitual homem/mulher, mulher/homem, do sistema. Bateson (2008, p. 236) explica bem esta possibilidade: “[...] é possível que uma pequena pitada de comportamento complementar em uma relação simétrica, ou uma pequeníssima dose de comportamento simétrico em uma relação complementar contribua muito para a estabilização da posição”.

As coisas assim reequilibradas, a sociedade prossegue, como sempre, ficando resolvida não só a questão de uma possível desintegração social do grupo, mas igualmente, os indivíduos que fazem parte desta malha integrativa sendo levados a incluir este tipo de correção nas suas relações recíprocas do cotidiano.

Mas aí vem a outra pergunta do próprio Bateson: favorece a organização social deles? Ora, um processo contínuo, sem modificações, leva à adaptação (incluir aqui sobre a teoria da evolução). Um processo com autocorrekções leva a aprendizagem, a mudanças, num esquema onde sobressai mais uma vez a importância do aprendizado em níveis de complexidade I e II até o nível III, que o nível da mudança epistemológica. Bateson só chegou a esta interpretação muitos anos depois, como mostro no capítulo I.

O modelo poderia ser usado para explicar a estabilidade diante das mudanças relatadas na Comunidade dos Braga? Talvez sim, mas não vou utilizá-lo para dar preferência às dicas trazidas pelo sonho que tive madrugada do dia das eleições na Associação. É o que vamos ver nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parede grossa que os quilombolas faziam antigamente e que vi no sonho que relato no item 4.2 acima, vi há muitos anos na casa da minha colega na UNITINS, afrodescendente negra, na cidade de Arraias, Estado do Tocantins, me leva de volta a 2014 (ou teria sido em 2015?) quando eu convidei o meu orientador do TCC da Graduação para dar uma palestra na Associação sobre a possibilidade de reconhecimento da Comunidade dos Braga com remanescente de quilombolas.

Mas antes, as descobertas que fiz sobre a minha colega, em uma viagem que fizemos, 5 professores no meu carro, para Brasília. São 400 km, conversamos, cantamos, foi muito divertido. Eu ia sempre a Brasília, porque tinha casa lá, os outros não.

Descobri primeiro que ela sabia todas as músicas dos anos 1970-80: Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque. E segundo, sendo casada com um homem branco há alguns anos, ela contou que ele “não sabia”, porque não via, que ela era negra, e que embora ela tentasse convencê-lo, não conseguia. Mesmo o casal morando naquela casa herdada por ela de seus avós afrodescendentes.

Será que este mesmo tipo de cegueira foi um dos motivos que levou a Comunidade Braga a não aderir à proposta do reconhecimento deles como quilombola?

A ideia deste reconhecimento me veio em conversa com o meu orientador durante a redação da monografia de graduação (Moura, 2016), ao analisar os dados históricos e as informações obtidas junto aos mais velhos, que à época ainda eram vivos. Eles se lembravam com reverência do que os pais contavam sobre a chegada e a ocupação do “premero qui chegaro aqui”, no caso, a Pontezinha.

As pessoas aqui não têm a mesma cor de pele, que varia do branco ao negro, mas os relatos de Dona Jovina, que já mencionei outras vezes neste texto, me ajudaram a reconstruir a trajetória dos afrodescendentes escravizados nas minerações de Luziânia (Antiga Santa Luzia, Goiás), até às margens do córrego da Pontezinha, onde se instalaram definitivamente e foram se casando entre eles e com populações nativas que já estavam na redondeza. O relato completo desta história foi incluído neste texto, por se tratar de um outro trabalho, como Anexo I.

Este lugar, também conhecido como “os Braga”, é ainda hoje onde se encontram as glebas de terra e residência de cerca de sete famílias descendentes de dos Pereira Braga, as instalações da Igreja, o Posto Médico, com serviço médico e odontológico, a Sede da Associação e o Cemitério.

Diante destas informações, convidei o meu orientador professor doutor Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos para uma palestra para toda a Comunidade, na sede da Associação, sobre o processo de reconhecimento como quilombolas, como montar o processo, e as vantagens desta legalização.

Tudo combinado, o professor Carlos Alexandre veio e ficou duas horas falando e respondendo a perguntas das pessoas que estavam lá. A sala da Associação estava cheia de gente. Ao final, o professor Carlos Alexandre e eu ainda estávamos na sala de reuniões e eles se juntaram na sala do refeitório para conversar sobre o que tinham ouvido.

Pelo que soube depois, a decisão não foi tomada naquele dia. Veio alguém de fora para conversar com eles. E como disse acima, a resposta foi pela não abertura de processo de reconhecimento. Para mim, como Antropóloga, foi uma grande frustração a não realização do meu intento.

Mas hoje, depois de esmiuçar os símbolos trazidos no meu sonho (item 4.2, acima), estou feliz com o que aconteceu: eles de fato não são quilombolas. Não se autodenominam como tal e, portanto, não são. Não fiz nenhuma entrevista neste sentido, mas pelo menos a maioria deles nunca tinham ouvido falar em quilombolas e não sabiam o que isso quer dizer.⁷³ Nesta tese eu os chamo de afro-indígenas, nome inventado pela Antropologia para a mistura através dos casamentos das duas etnias, afro e indígena, em consenso com a minha orientadora, a professora doutora Luciana de Oliveira Dias.

Descendente de quilombolas sou eu, como escrevi no meu Memorial do Doutorado (2024). Quilombola sem história de origem, mas recuperada pelos hábitos do meu avô materno que a minha mãe herdou e eu também.

Será que projeto, no sentido psicanalítico do termo, esta minha ancestralidade neles para não ver a minha própria? Pode ser.

Volto neste ponto à segunda parte do sonho que tive na Sexta feira da noite que antecedeu a votação para as Eleições da nova diretoria da Associação (CORPO), a que mostra uma casa aqui na Pontezinha, estilo americano de luxo, enorme, sobrado, com enormes jardins em volta no meio das outras, vistas de cima, como de um drone, no meio das outras. É a casa que imagino para Gregory Bateson, acho, a quem admiro e de quem sinto inveja pela sua formação intelectual. A casa onde foi criado, segundo a minha interpretação.

⁷³ Sobre a “invenção” do termo quilombola ver Viera, S. de Alencar (2015), a propósito da comunidade negra que estudou. Aqui não foi feita nenhuma entrevista neste sentido, mas presumo que os Braga não conheciam o termo, na época em que foi feita a palestra.

Naquela noite do sonho eu estava pensando em Bateson, na sua vida em família na Inglaterra e depois nos EUA. Era a propósito dos contextos da sua aprendizagem formal, os da Faculdade e mesmo os de dentro de casa, pois, seu próprio pai, assim como o avô, eram ambos geneticistas. Fico bastante impressionada com os seus conhecimentos em Biologia (animais e plantas), Genética, Ecologia. E o que ele sabe sobre seleção natural? Eu gostaria muito de ter tido uma boa formação em Biologia para saber tudo o que ele sabe!

Além de tudo isso, ele tem o nome do Gregory Mendel, a quem o pai quis homenagear. Mendel, o padre que plantava ervilhas e prestava muita atenção no que acontecia, é simplesmente a minha primeira inspiração profissional da Biologia, desde os tempos do Ensino Médio!

Então eu acho que é isto que o sonho me diz: ele fala do meu conflito de amor e ódio pela minha origem, porque pelo que parece eu queria mesmo é ser como o Bateson, ter a formação que ele teve, aquela casa maravilhosa, e ser branca como ele.

A resposta à pergunta que fiz é que de fato eu projeto o problema que não vejo em mim, neles. Mas os Braga estão bem sendo quem são, e não foram e nem nunca irão embarcar nas minhas projeções, como mostrei no capítulo IV e que reafirmo.

Por exemplo, no pacote das minhas “preocupações” com a sobrevivência da Comunidade, coloco também a aprendizagem do uso da enxada e dos outros instrumentos agrícolas. De algum modo, dentro de uma estrutura organizacional de grupo baseada no trabalho, na família e na terra, eu imagino que esses valores e habilidades relacionadas à manutenção deles devem ser transmitidos de geração a geração, como de fato verifiquei, como vimos no capítulo III. Mas tudo é feito de maneira espontânea, não tem uma regra, uma lei, uma obrigação.

Eles vivem no aqui e no agora da experiência, uma condição que eu faço tanto esforço para conseguir me sentando daquele jeito esquisito e inspirando 1, 2, 3, 4, 1, 2, 3, 4 e expirando devagar 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 para me concentrar na meditação Zen. Eles são “zen” por natureza (jeito deles).

Mais reflexões minhas, enquanto estou envolvida com a composição das considerações finais desta tese:

Me sentei na cama hoje de manhã e quando acendi a lanterna que fica ao alcance da minha mão na mesa ao lado, a primeira coisa que vi foi a capa colorida do livro da Lave e Wenger, *Situated learning – Legitimate peripheral participation*. A imagem colorida da orquestra foi impactante e me impulsionou a dar um passo largo, um salto quântico talvez, de aprendizagem

tipo III e entender o que acontece com a Comunidade dos Braga, que estão sempre sincronizados uns com os outros: eles funcionam socialmente, se organizando e se reestruturando em função das mudanças, como uma orquestra. Todos tocam o instrumento ‘enxada’⁷⁴ sem partitura, sem ser ensinados e com o tempo, o corpo vai pegando *autonomia* e a ‘cabeça’ *responsabilidade*.⁷⁵ Nasceram sabendo usá-la e fazem parte disto: desta terra, deste trabalho, desta família que usa a enxada, assim como um galho que saiu do broto sabe que faz parte da planta. Daí que, quando, na abertura deste texto eu conversava com o meu sobrinho afilhado João Victor e lhe dizia que se encontrar com a Natureza é se encontrar também com os Braga, pode ser que já estava ‘pensando inconscientemente’ nisso: Eles estão integrados numa Mind holística, de modo que não precisam se preocupar com detalhes que podem estressá-los. ‘Ligar para a Equatorial prá quê? Chega uma hora a luz volta’, e volta mesmo (Vera, 30 de março de 2025, grifo meu).

Isto que eu chamo de o “jeito” deles funcionarem como comunidade, Wagner observou também entre os Daribi e outros povos que estudou. Ele lembra que esta é a maneira comum de agir dos povos tribais, dos religiosos e dos camponeses, totalmente diferente e oposto ao dos povos ocidentais. Para mim faz todo o sentido e me leva de volta Klaas Workmann (1988) e ao conceito de “campesinidade”. Para este autor, a sociedade moderna pode ser definida como um agregado de indivíduos “em controle”, enquanto que as sociedades camponesas é o contrário: a totalidade constitui os indivíduos (Workmann, 1988, p. 24), que, com suas categorias nucleantes em articulação recíproca, constroem o que ele chama de campesinidade. A mesma coisa encontramos em Bourdieu, se tomarmos o *habitus* como sendo, no caso, a campesinidade: estruturante e estruturado (Workmann, 2010).

⁷⁴ A perspectiva etnográfica de Sautchuck, C. E. e Sautchuck, J. M. (2014) é onde o pesquisador participa, consciente e explicitamente, da aprendizagem da prática que estudam nas suas pesquisas. E esclarecem que esse não é, entretanto, “objetivo ou resultado último da interação etnográfica”, como mostram, aliás, no decorrer do artigo. Neste sentido reafirmo que o fato de não ter conseguido aprender a capinar, não muda o que descrevi e as observações que fiz no capítulo III. Mesmo porque, como disse várias vezes na composição deste texto, o meu interesse não foi descrever uma prática, a do manejo da enxada ou de qualquer um dos outros instrumentos utilizados pelos agricultores que acompanhei, mas sim, o de entender o processo da aprendizagem (ou da não aprendizagem) de modo geral, inclusive o meu, o de aprender a aprender sobre a aprendizagem.

Além dos autores citados, trabalharam com esta mesma abordagem metodológica, dentre muitos outros, DEUS, E. Di (2017) e Brandão (2007), este último em trabalho de campo junto a comunidades camponesas, onde se aproxima de seus interlocutores capinando com eles.

⁷⁵ Levando em conta as “categorias nucleantes” comuns à sociedade camponesa em geral, como terra, trabalho e família, que como vimos são também presentes na estruturação da organização social dos Braga, Woortmann (1988), trabalha com as noções de reciprocidade, hierarquia e honra como valores organizatórios dessas estruturas nas regiões campesinas onde fez suas pesquisas. Nesta pesquisa, pelo que observei, mesmo não sendo este o foco da pesquisa, uma lista dessas teria necessariamente que conter como princípios organizadores de uma estrutura semelhante à descrita por Woortmann, a autonomia e a responsabilidade.

Por outro lado, o “sonho” mostra ainda a minha parte neste “jogo”, ou dialética, como quer Wagner, entre as minhas convenções como Antropóloga, que queria que eles se auto identificassem quilombolas, e que esbarra nas suas convenções baseadas no que vivenciaram como descendentes de indígenas e também de africanos escravizados, informações estas que não foram pesquisadas por mim.

Com a inspiração que me veio da capa colorida de um livro que vi, ainda meio dormindo, como se fosse de um sonho acordada, percebi este povo como os integrantes de uma orquestra, que toca sem partitura sem regente, de acordo com eles mesmos e que se impõem a mim e ao mundo como cultura. Do encontro das nossas criatividades, nestas invenções recíprocas e reinvenções de cada pessoa em um mundo de diversidades, foi que nasceu esta etnografia.

Só que, antes de colocar o ponto final do texto, tenho que ser justa com Favret-Saada, que ainda por volta de 2014, no tempo da minha Graduação, me assegurou que o que estava acontecendo comigo no campo não estava “errado”, algo que toda pessoa insegura espera ouvir.

No seu artigo traduzido para o português em 2005 (Favret-Saada, [1990], 2005) ela volta a falar sobre a sua experiência de “ser afetada” descrita no livro de 1977 sobre a feitiçaria na região rural que os franceses chamam de *bocage* e sobre a noção de afeto que ela construiu para defender o seu uso no “fazer” do que ela chama de “antropologia das terapias”. Muito longe de ser este o objetivo do trabalho que fiz anteriormente e que apresentei agora aqui, mas advogo, como a autora, da necessidade de se recuperar a “sensibilidade” nos trabalhos de campo, que foi o que me aproximou das suas ideias. O que estava acontecendo comigo era justamente que a participação nos eventos da comunidade dos Braga se tornara para mim em “um instrumento de conhecimento” que eu buscava na pesquisa (Favret-Saada, 2005, p. 157). Daí a incerteza e a pergunta: e pode, isso?

Como nesta tese avancei na questão da “sensibilidade”, incluindo até “sonhos”, vejamos o que ela destaca, lembrando que no estudo de Favret-Saada a questão era participar ou não de uma sessão de feitiçaria, o que implica numa série de outras coisas que não nos interessa discutir aqui:

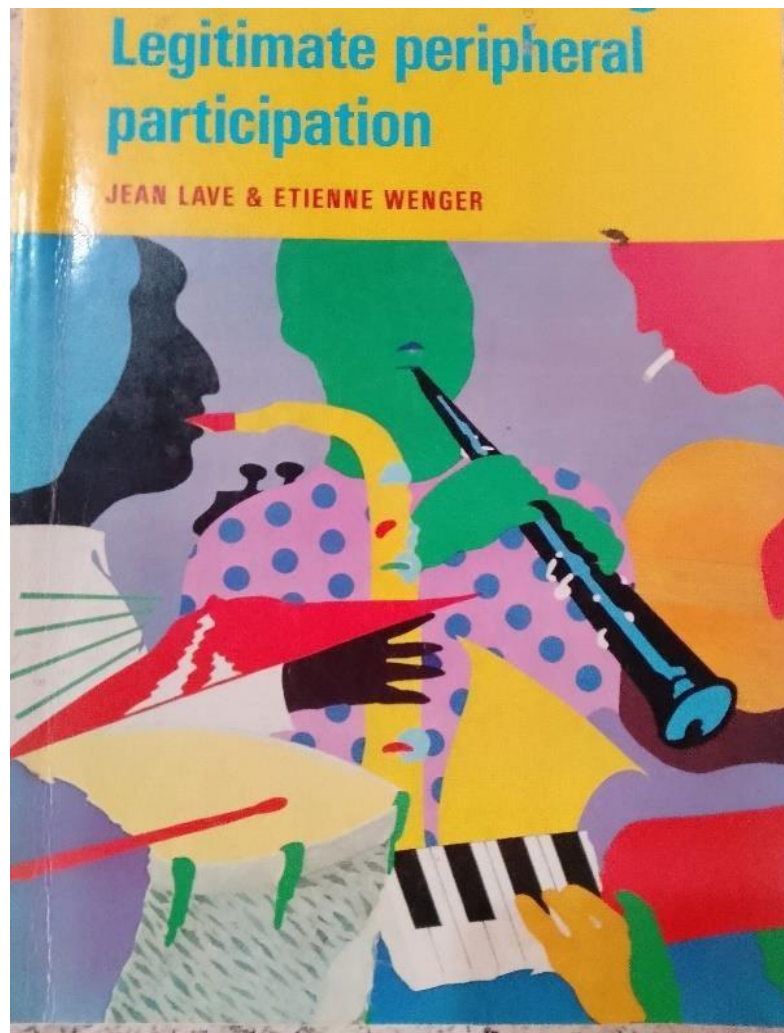
No começo, não parei de oscilar entre esses dois obstáculos: se eu participasse, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, o contrário de um trabalho; mas se tentasse “observar”, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para “observar”. No primeiro caso, meu projeto de conhecimento estava ameaçado, no segundo, arruinado (Favret-Saada, 2005, p. 157).

Sendo as duas opções perigosas a autora resolveu arriscar. Eu tenho feito a mesma coisa, desde a minha primeira pesquisa de campo com os Braga, na condição de moradora na mesma

Pontezinha e fiz isto mais uma vez nesta pesquisa. Lembrando sempre que, como já dizia Guimarães Rosa ([1956] 2006, p. 318) que menciono na abertura deste texto, “tudo o que a vida quer da gente é coragem”.

Me parece teoricamente muito complexo. Não seria bem mais simples abrir mão do desejo de controlar, se vestindo de Antropóloga, justamente nas mãos de alguém que, até bem pouco tempo, a insegurança impedia de se achar capaz de sê-lo? Sim, simplesmente sair de cena como Antropóloga, e, sem ser um deles, continuar vivendo aqui, uma vez que me integro tão bem com o grupo nos Rituais fúnebres e festas da Igreja, assim como nas reuniões e festas da Associação.

Figura 25 - A capa do livro de Lave e Wenger com a orquestra



Fonte: acervo pessoal da autora (30 de março de 2025).

Mas resolvi ser corajosa e ousar inovar. Em não dando certo, posso voltar à Biologia de todos os dias aqui no Sítio, agora com a maturidade necessária que a Antropologia e o convívio

diário com os Braga, por todo esse longo tempo, me trouxeram. Tempo que, aliás, hoje sei, foi super necessário para que eu fosse “afetada” por eles e eles por mim, na dialética da vida, sem que eu me transformasse em um deles, nem o contrário, o que tornou possível o meu trabalho.

Goldman discorre muito bem sobre isso no seu artigo sobre a experiência de Faavret-Saada, ao entender que o tempo é, em si mesmo, uma relação. É somente com o tempo que nós nos capacitamos para perceber e apreender o processo de “ser afetada”. Além disso, a etnógrafa depende de situações complexas de um tempo não mensurável por parâmetros quantitativos, para poder vir a “ser afetada” (Goldman, 2005, p. 150).

Figura 26 - Pau ferro renascendo do que sobrou da primeira árvore



Fonte: acervo pessoal da autora (30 de março de 2025).

Figura 27 - Outra vista do mesmo pau ferro



Fonte: acervo pessoal da autora (30 de março de 2025).

Tempo que foi necessário também para que eu pudesse ter a satisfação de ver renascendo, no mesmo lugar, o pau ferro que tanto lamentei estar sendo destruído pela cochonilha. A vida é mesmo uma bênção, como desenhou tão bem com palavras Edward Abbey no poema que segue com o ponto final desta Tese.

Bênção!

Que suas trilhas sejam tortuosas, sinuosas, solitárias, levando às vistas mais incrível.

Que seus rios fluam sem fim, serpenteando por vales pastoris tilintando com sinos, pelos templos e castelos e as torres de poetas em uma floresta escura e primitiva onde tigres arrotam e macacos uivam, através de pântanos misteriosos e místicos e descendo para um deserto de rochas vermelhas, mesas azuis, domos e pináculos e grutas de pedra sem fim, e descendo novamente para um vasto e profundo abismo desconhecido onde barras de luz do sol brilham entre penhascos perfilados, onde tempestades vêm e vão enquanto relâmpagos ressoam no alto, onde algo estranho e mais bonito e mais cheio de maravilhas do que seus sonhos mais profundos espera por você além da próxima curva das paredes do cânion.

Até logo!

(Edward Abbey, 1994, p. 110, tradução da autora em mar. 2025).

REFERÊNCIAS

- ABBEY, E. **Earth Apples: The poetry of Edward Abbey**. New York: Martin's Press, 1994.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Amazonas: UFAM, 2008.
- ALVAREZ, G. O. Antropologia visual, performances y hermenêutica. Experiencia de ver, escuchar y participar em Huautla de Jimenez (Oaxaca, México). **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 46, p. 314-35, jan./jul. 2018.
- AUGRAS, M. A Cibernética: uma formulação matemática da fenomenologia. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, [s. l.], v. 16, n. 4, 1964. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/abpt/article/download>. Acesso em: 20 de marco 2024.
- BATESON, G. **Vers une écologie de l'esprit**. t. 1. Paris: Éditions du Seuil, 1977a.
- BATESON, G. Play and paradigm – TAASP keynote address, **International Journal of Play**, v. 13, n. 2, p. 135-142, apr. 1977b. DOI: <https://doi.org/10.1080/215.4937.2024.2355444>. Acesso em: 03 de maio 2024.
- BATESON, G. **Mind and Nature – A Necessary Unity**. New York: Bantam Books, 1988.
- BATESON, G. **Steps to an Ecology of Mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.
- BATESON, B. **Naven – Um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas**. São Paulo, EDUSP, 2008.
- BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora, 2023.
- BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- CAPRA, F. **A teia da vida – Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Cultrix, 2008.
- CHAIKLIN, S.; LAVE, J. (eds.). **Understanding Practice: perspectives on Activity and Context**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CHARLOT, B. **Du rapport au savoir**. Paris, Ed. Economica, 1997.
- DULLEY, I. **O nome dos outros: alteridade e comunicação em Roy Wagner**. 2012. Tese (Doutorado em) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. Tradução: Paula de Siqueira Lopes. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GOLDMAN, M. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 149-153, 2005.
- GOLDMAN, M. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, v. 10, n. 1, p. 161-173, 2006.
- GOLDMAN, M. O fim da antropologia. *In*: **Novos estud. –CEBRAP** no. 89. São Paulo. Mar. 2011.
- GOMES, A. M. R.; FARIA, E. Etnografia e aprendizagem na prática: explorando caminhos a partir do futebol no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 1213-1228, dez. 2015. Edição especial.
- GOMES, L. B.; BOLZE, S. D. A.; BUENO, R. K.; CREPALDI, M. A. As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. **Pensando Famílias**, v. 18, n. 2, p. 3-16, dez. 2014.
- KEENEY, B. P. **The Aesthetic of Change**. New York: Guilford Press, 1983.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu – palavras de um xamã yanomani**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- LAVE, J. Acquisition des saviors et pratiques de groupe. **Sociologie et societies**, v. 23, n. 1, p. 145-162, 1991. DOI: <https://doi.org/10.7202/001418ar>. Acesso em: 23 de julho 1991.
- LAVE, J. **Cognition in practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. New York: Cambridge University Press, 1991.
- LAVE, J; PARKER, M. Hacia uma ontología social del aprendizaje. **Revista de Estudios Sociales**, n. 40, p. 12-22, ago. 2011.
- LAVE, J. **Apprenticeship in Critical Ethnographic Practice**. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- LAVE, J. Aprendizagem como/na prática. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 37-47, jul./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/SO104-71832015000200003>.: Acesso em: 14 de 2016.
- LAVE, J. **Learning and Everyday Life**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, [1958] 2008.
- MACIEL, L. da C. “Perspectivismo ameríndio”. *In*: **Enciclopédia de Antropologia**, São Paulo: USP, Departamento de Antropologia, 2019. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/perspectivismo-amerindio>. Acesso em: 12 janeiro 2024.

- MOURA, V. P. de. **Pontezinha**: “Terra de Herdeiros”, “Território” dos Pereira Braga. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- MOURA, V. P. de. **Os “Braga da Pontezinha”**: os mutirões que reafirmam pertencimento ao lugar e à família. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.
- PEIRANO, M. Etnografia ou a teoria vivida. **Revista do núcleo de Antropologia da USP**, São Paulo, 2008.
- PLÍNIO DOS SANTOS, C. A. B. **Fiéis Descendentes**: redes Irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais Sul-Mato-Grossenses. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- PLÍNIO DOS SANTOS, C. A. B. “Tia Eva: trajetória de vida de uma ex escrava doceira”. **Habitus**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 37-52, 2013.
- SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p41-73. abr. 1997.
- SAUTCHUK, C. E.; SAUTCHUK, J. M. M. Enfrentando poetas, perseguindo peixes: sobre etnografias e engajamentos. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 575-602, 2014.
- SAUTCHUK, C. E. Aprendizagem como gênese: prática, *skill* e individualização. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 109-139, jul./dez. 2015.
- SEGALL, L. **Le Rêve de La Réalité**. Paris: Éd. du Seuil, 1986.
- STEIL, A. C.; CARVALHO, I. C. de M.; GOMES, A. M. R. Apresentação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 9-17, jul./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/SO104-71832015000200001>. Acesso em: 20 de abril 2016.
- STRATHERN, M. O efeito etnográfico (Capítulo13). *In*: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 345-405.
- VELHO, O. De Bateson a Ingold: constituição de um paradigma ecológico. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 133-140, 2001.
- VIEIRA, S. de A. **Resistência e Pirraça na Malhada**: cosmopolíticas quilombolas no Alto Sertão de Caitité. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) –PPGAS Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- VON FOERSTER, H. **Las semillas de la cibernética – Obras escogidas**. Espanha: Editorial Gedisa, 1991.
- WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: COSACNAIFY, 2010.

WOORTMANN, E. F. O Sítio Camponês. *In: Anuário Antropológico 81*. Editora Universidade de Brasília. Fortaleza/Rio de Janeiro, 1983. p. 164-203.

WOORTMANN, K. “Com parente num se neguceia”: O campesinato como ordem moral. *In: Anuário Antropológico 87*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

TASSINARI, A. Produzindo corpos ativos: a aprendizagem de crianças indígenas e agricultoras através da participação nas atividades produtivas familiares. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 9-17, jul./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000200007>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

ANEXO I - Pontezinha: Terra de Herdeiros, território dos Pereira Braga

Uma história baseada em pesquisa documental, escritos de autores que produziram livros e artigos sobre o tema mais parte de pesquisa etnográfica feita por mim, Veralúcia Pimenta de Moura, de uma possível origem afrodescendente dos Pereira Braga que ocupam a gleba de terra denominada Pontezinha, desde, presumivelmente, final do século XIX. O título do TCC de onde este Anexo foi revisto, repaginado e copiado é *Pontezinha: “Terra de Herdeiros”, “território” dos Pereira Braga* (Moura, 2016).

1. As Sesmaria em Santa Luzia. O nome Pereira Braga

Com relação a origem da família Braga, encontrei em Bertran (2000), a transcrição de um documento de concessão de Sesmarias na comarca de Santa Luzia, onde consta que um dos requerentes se chamava Pereira Braga:

1775 - Manoel Pereira Braga - Morador de Santa Luzia ‘Ribeirão Descoberto’. Confronta de uma parte com João Martins e pelas outras ‘com quem de direito for’ - meia légua. R. P. faz. Santa Maria – Basílio Pereira Braga. AHEG (Arquivo Histórico Goiânia - Sesmarias). [...]. 1777 – João Peixoto dos Santos – meia lg nas vizinhanças de Manuel Pereira Braga, chamado Cubatão [Cubatão – margem direita do rio Descoberto]. (IG nº 25) (Bertran, 2000, p. 179-171).

Antes de comentar este documento, devo esclarecer que quando faço a referência acima a um Pereira Braga com posses e situação social que lhe permite requerer uma sesmaria, estou pensando em um emigrante português ou descendente dele, e me fundamento para isso em Joseph de Mello Álvares, no seu livro do final do século XIX, o *História de Santa Luzia* (1978). Nessa obra ele se esmerou trazendo listas de emigrantes portugueses que chegaram à cidade, desde a sua fundação, trazidos por Antônio Bueno de Azevedo, em 1746, até 1776. Em 1749 ele reporta:

Tem decorrido apenas 3 anos depois do estabelecimento das minas de Santa Luzia, e em tão pequeno período a emigração estabelecida de Portugal e de diversos pontos do Brasil foi tão crescida, que a sua alta sociedade compunha-se de um elevado número de pessoas ilustres, entre as quais ocupam distinto lugar as seguintes, cujos nomes declinamos, para que a geração presente e as futuras bem conheçam os fundadores do município e rendam o devido preito e homenagem à memória deles (Mello Álvares, 1978, p. 24).

Da extensa lista que Mello Álvares apresenta em seguida ao texto que transcrevemos acima encontramos, na página 27, última linha, os nomes de Lourenço *Pereira Braga*, Leandro Nunes (Nunes já na página 28), Luiz Ferreira da Silva, Luiz Antônio de Bastos e D. Joana Garcia Betha, *portugueses*, padre Manoel D'Oliveira Galvão, *fluminense*, Manoel de Souza Moreira e Antonio Bezerra Cortes, *portugueses* (Mello Álvares, 1978, grifo meu). Aí termina essa lista, na página 28. É dessa forma que o autor apresenta as suas listas, dando primeiro os nomes e em seguida a origem. O Lourenço Pereira Braga morador de Santa Luzia em 1749, portanto, era português.

Estas informações de Bertran mencionadas acima e a menção ao “ribeirão Descoberto”, rio que margeia pela margem direita a região da Fazenda Pontezinha, coloca em cena, no cenário da mineração em Santa Luzia, os Pereira Braga da Pontezinha, desde a segunda metade do século dezoito.

2. O declínio da mineração em Santa Luzia segundo Saint-Hilaire

Segundo Bertran (2000, p. 181), o declínio da extração do ouro em Santa Luzia teve início por volta do ano de 1780 “para não mais reerguer-se, a não ser como atividade garimpeira eventual, o que ainda ocorre”. O relato de viagem de Saint-Hilaire, cientista francês que esteve no arraial de Santa Luzia em 1819, ou seja, 29 anos após a data indicada por Bertran, mostra como estava esse lugar com a decadência do ouro. Ele começa o seu relato falando da celebração da Festa de Pentecostes, da Cavallhada, do café e dos doces. É esse autor que nos traz, dentre todos os historiadores consultados, a dimensão do Arraial de Santa Luzia: “[...] a sede, compreende (1819) uma população de 3 a 4.000 mil almas disseminadas por uma superfície de 50 leguas de comprimento e 30 de largura” (Saint-Hilaire, 1819 *apud* Bertran, 2000, p. 210). Ora, tomando uma légua como o equivalente a seis quilômetros, temos 300 quilômetros de comprimento por 180 quilômetros de largura.

Ao descrever o desenho do povoado, Saint-Hilaire fala das Igrejas:

A primeira, a de Nossa Senhora do Rosário, foi construída pelos negros no tempo em que se encontrava ouro em abundância nos arredores da povoação; hoje em dia, que o número destes diminuiu bastante e todos os que ainda restam, livres ou escravos, vivem na indigência, a sua Igreja cai em ruínas. A segunda foi começada pouco tempo antes da minha passagem, e prosseguiram na construção apesar da pobreza extrema a que estavam reduzidos os habitantes de Santa Luzia (Saint-Hilaire, 1819 *apud* Bertran, 2000, p. 208).

Sobre o garimpo, Saint-Hilaire relata que quando esteve lá em 1819, “não havia em Santa Luzia uma única pessoa que se ocupasse em grande no trabalho das minas, e apenas quatro ou cinco negros crioulos iam ainda a procurar palhetas de ouro nos córregos” (Saint-Hilaire, 1819 *apud* Bertran, 2000, p. 208). Ainda segundo este autor, exceto um pequeno número de artífices e comerciantes, todos os habitantes de Santa Luzia cultivavam a terra, indo ao arraial apenas aos Domingos e dias de festa.

Considerando verdadeiras as descrições de Saint-Hilaire, do cenário de pobreza e decadência do arraial de Santa Luzia e regiões do seu entorno urbano, podemos imaginar que a situação era a mesma nas áreas rurais mais distantes, mas ainda assim pertencentes ao município, que como vimos acima, compreendia uma área de 300 quilômetros de comprimento por 180 quilômetros de largura! Pois bem, é justamente naquela zona rural, e por esta época, que vamos ter as primeiras notícias dos Pereira Braga descendentes de africanos e seus escravizados na região, como mostramos no próximo item.

3. A origem dos fundadores da Pontezinha

Na versão de Seu Osmar Pereira Braga, 50 anos, Seu Manuel de Souza Lima e Dona Cecília Camilo do Sacramento⁷⁶ trouxeram os primeiros Pereira Braga “prá cuidar dessas terras”, as terras da Fazenda Pontezinha, de sua propriedade. Perguntei então sobre a condição de trabalho deles, se eles vieram como escravos ou como libertos. A resposta foi que ele achava que já estavam libertos:

Osmar: [...] eles vieram, eu acho, como capataz de Fazenda, alguma coisa assim. E quando Manuel de Souza Lima morreu e a esposa dele, não tinha então herdeiros, quem herdou essa terra foi essa família. [...] não tem parentesco nenhum. (Osmar está se referindo a parentesco dos Pereira Braga com o Manuel de Souza Lima). Eu acho que ele conhecia alguém em Paracatu dessa família Braga e trouxe essa família prá cá. Depois, através deles, já situado aqui na região, vieram atrás os Severino Botelho, que também são de Paracatu, depois os Cornélios, que são de Buritis de Minas, tudo vieram atrás dessa família Braga que já tava aqui.

A essa primeira entrevista com Seu Osmar sobre a origem dos Braga se seguiram vários encontros casuais onde o assunto “de onde eles vieram” voltou à tona. Em um deles falávamos

⁷⁶ Seu Osmar Pereira Braga tinha à época em que o entrevistei, por volta de 2014, 50 anos. O Seu Manuel e Dona Cecília a quem ele se refere eram os proprietários da gleba de terra da Ponezinha segundo consta de registro paroquial datado de 1857 e que copiei no Anexo II.

sobre o programa de TV que mostrou uma Festa no Povoado do Mesquita, onde se reuniam todos os parentes Pereira Braga de lá (volto a me referir ao Povoado Mesquita mais adiante). Dona Carlinda, também Pereira Braga, 73 anos, tia e sogra de Seu Osmar, que viu o vídeo, foi quem falou sobre o programa: “uns foi prá lá, levou um mucado, né? Depois levaram os outros”. Seu Osmar lembra que essa é uma tradição que eles tinham: “Aonde ía um levava outros junto”. Segundo ele, foi isso mesmo o que aconteceu aqui: “Foi como por exemplo, ele veio prá cá e foram trazendo os outros parentes, então provavelmente tem gente perdido aí nessa história”.

Quando eu quis saber se os Pereira Braga tinham vindo do Mesquita, porque lá eles também são Pereira Braga, Seu Osmar reitera a sua opinião de que os primeiros que chegaram à Pontezinha vieram de Paracatu, Minas Gerais (O mapa abaixo mostra a estrada antiga que ligava Santa Luzia a Paracatu e ao Rio de Janeiro): “Esse Mesquita aí eu achei que eles vieram e fizeram uma parada lá, mas depois tem uma outra história que eles fizeram foi voltá daqui prá lá”.

Figura 1 - Mapa de Goiás mostrando os caminhos antigos



Fonte: Leandro Rocha (org.). (Boaventura, 2007, p. 111).

Eu comentei que conversando com Seu Naum Pereira Braga, um dos primos de Seu Osmar e de Dona Helena sua esposa, sobre a origem dos Braga, ele tinha me contado essa versão de que eles tinham ido da Pontezinha para o Mesquita. “Então eles fizeram foi voltar daqui prá lá. E aí assim, tem eles lá no Mesquita, tem em Luziânia, tem perto de Silvânia, tem em Vianópolis também, próximo a Vianópolis”, concluiu Seu Osmar.

É isso, Seu Osmar é caminhoneiro de profissão e conhece bem estes lugares, todos próximos a Luziânia, e pode muito bem ter “esbarrado casualmente” em algum destes Pereira Braga “perdidos nessa história”!

Ora, o arraial de Santa Luzia ficava na rota da estrada real do Nascente, que ligava Paracatu a Vila Boa, a primeira capital da capitania de Goiás. Acrescentando a esse fato o de que na época o município de Santa Luzia compreendia toda a região do quadrilátero onde foi construída Brasília e os municípios que atualmente constituem o seu entorno, dentre eles Valparaíso, Cidade Ocidental (onde fica o Mesquita) e Santo Antônio do Descoberto (onde fica a Fazenda Pontezinha), podemos ver que o Povoado de Mesquita e Pontezinha ficam a distâncias que podiam ser percorridas a pé ou a cavalo, pelas trilhas antigas, o que torna procedente o comentário de Osmar sobre os que “ficaram perdidos nessa história”.

Supondo que todos os Pereira Braga pertencem a uma mesma família ou então que vieram de um mesmo lugar, com a decadência do ouro eles podem ter procurado um lugar para se fixarem dentro do município de Santa Luzia ou em outro qualquer na vizinhança. Os municípios mencionados por Seu Osmar são todos próximos ao de Luziânia ou se limitam com ele.

Outra pessoa que entrevistei sobre o assunto “origem dos primeiros que vieram parar aqui” foi Dona Jovina Souza e Silva, que nasceu em 1922 na Gamela, em algum lugar às margens desse córrego, na área compreendida pela Fazenda de nome Cajundó. Em outros depoimentos sobre as suas origens ela mesma reconhece que tem avô indígena e que sua família é proveniente “da outra banda do Corumbá”.

Dona Jovina foi a segunda esposa de Seu Domingos Pereira Braga, filho de Seu Romualdo e de Dona Antônia, os bisavós de Seu Osmar. Ela afirma que ouviu dizer que “esse povo era ali do Mesquita”, mas que não tem certeza disso. E não sabe dizer quantos vieram de lá. O “ali do Mesquita” da fala de Dona Jovina indica que no imaginário dela que nunca esteve no Mesquita, Pontezinha e Mesquita são lugares próximos.

Ora, hoje em dia, saindo da Pontezinha e pegando primeiro a BR 060 até Brasília e depois a BR 040 até a Cidade Ocidental para se chegar de carro à comunidade quilombola são 120 km de distância, o que não pode ser representado por um *ali*, como disse Dona Jovina. Mas esta distância, como já foi dito, pode ser bem menor se os caminhos pensados (lembrados) são as trilhas ou “triero”, onde se passava a pé ou a cavalo, por dentro das picadas no Cerrado, nas Matas Ciliares, atravessando córregos e rios nas partes rasas, os “vau”, durante a seca.

Além disso, convém lembrar que Brasília só foi fundada em 1960 e as BRs referidas acima foram construídas dois ou três anos antes da inauguração da nova capital do Brasil. Os mais antigos da Pontezinha com quem conversei viveram grande parte das suas vidas num tempo em que não existia Brasília nem “a pista”, que é como eles chamam a BR 060 e são até hoje exímios caminhantes.

O relato que segue do Seu Modesto, proprietário da Fazenda Lagoinha, da região do mesmo nome (Lagoinha),⁷⁷ nascido e criado no outro lado do Descoberto (margem esquerda) e margem direita do ribeirão Lagoinha, ambos afluentes do rio Corumbá, esclarece melhor esse ponto sobre as *distâncias* naqueles tempos do final do século XIX e começo do século XX nas áreas rurais de Santa Luzia, Goiás.

Começo a conversa perguntando ao Seu Modesto (86 anos) se ele faz uma ideia de onde é que vieram os Pereira Braga, se o pai dele, Seu Abel Pereira,⁷⁸ comentou alguma vez de onde é que eles vieram. Ele diz simplesmente que “já lembra é deles aí”. Insisto, quero saber se o pai dele comentava ou não sobre a origem dos Pereira Braga, mas ele não acrescenta muito, só afirma que o pai “devia sabê de onde qu’eis era”, e que “aqui da Santa Rosa ele falava, numa família aí qu’eis veio de Paracatu...”. Pegando como referência o local onde estava sendo gravada a entrevista, Fazenda Lagoinha, margem Esquerda do Descoberto, Santa Rosa, bem como a Pontezinha, ficam “na banda de lá”, na margem direita desse rio. No entanto, Santa Rosa está bem em frente à Lagoinha, onde além de um vau que podia ser atravessado pelo gado e pelas pessoas, existia também uma ponte de madeira ligando os dois lados. A Pontezinha já fica a 22 quilômetros mais acima, na direção Noroeste, mais próxima à BR 060. Hoje em dia, com a construção do lago Corumbá IV, essas passagens foram destruídas.

⁷⁷ A região conhecida como Lagoinha compreende várias fazendas, inclusive a de Seu Modesto Pereira. Quando no texto me refiro à propriedade de Seu Modesto especifico que se trata da Fazenda Lagoinha, pois esse é também o nome da sua Fazenda.

⁷⁸ Seu Abel Pereira era o dono de toda a Fazenda Ponte Alta e do Gama. Estas terras foram desapropriadas para a construção de Brasília.

Pois bem, diante de sua dificuldade em associar as minhas perguntas às suas lembranças, a partir daí a nossa conversa correu solta sobre todos os assuntos. No entanto, antes de encerrar a entrevista lembrei-me de mais duas perguntas objetivas que tinha me programado fazer a ele, uma sobre o ouro e outra sobre as escolas:

V: “O Senhor já ouviu falar de ouro aqui na região?”.

M: “É, ouro, tinha, inclusive a Fazenda que foi nossa, lá na Jacobina. Era dum, naquele tempo eles falava, Sinhô, José Corumbita Meireles, famozão aí, mais rico dessa época, comprava os negros lá, né, vinha da África, né, prá garimpar. Lá, a Fazenda lá, a casa lá era...”.

V: “Trazia os negros prá garimpá?”.

M: “Garimpá. A casa lá tinha até um quarto de prendê os negros lá...”.

V: “Jacobina?”.

M: “Prá num fugi?”.

A minha estranheza com a “descoberta” de uma Fazenda dessas antigas com vestígios dos tempos da escravidão foi porque eu nunca tinha ouvido falar, nem lido nada a respeito, de uma Fazenda de escravos em Goiás chamada Jacobina.⁷⁹ Paulo Bertran (2000, p. 123), numa referência às famílias Luzianenses notáveis no apogeu do seu período aurífero, traz o nome de um José Gonçalves de Meirelles, dizendo ser ele o genearca dos Meireles existentes até hoje em Luziânia, e que foi “um dos maiores comerciantes das minas de Santa Luzia”, mas sem fazer nenhuma referência a uma Fazenda Jacobina. O autor Joseph de Mello Álvares (1978, p. 114) afirma que aquele Senhor faleceu em 6 de setembro de 1773, em São Salvador, Bahia, onde estava em viagem de negócios e lá foi sepultado. Para os seus herdeiros, que eram a mulher e os filhos Manoel, Brígida, José, Francisco e Domingos, José Meirelles deixou, segundo registra o autor: “18 escravos, grandes terras minerais na chapada do Loureiro, Rio Vermelho abaixo, casa no arraial, tropa de cavalos e uma carregação de fazendas na importância de 3560 oitavas, que depois de sua morte chegou da Bahia”(Mello Alvares, 1978, idem) . Essas “terras minerais” podem ser as que constituíam o território em questão. Os indícios trazidos pelas datas

⁷⁹ A Fazenda Jacobina me lembrou outra, a Fazenda Babilônia, antiga fazenda de escravos em Goiás, situada no município de Pirenópolis, que é tombada pelo patrimônio histórico nacional.

são de que o Sinhô de que fala Seu Modesto pode ter sido um dos descendentes deste Seu José Gonçalves Meirelles, com o mesmo nome, José,⁸⁰ talvez um dos seus netos.

De fato, Dona Neném, que estava fazendo queijos na queijeira, veio por uns instantes até a cozinha, onde estávamos Seu Modesto e eu, e confirma que a Jacobina foi comprada por seus avós, Seu Elói Ferreira Mendes e Dona Maria Rita da Cunha de José Corumbita Meireles, por volta de 1920. Mas esclarece que o fundador não foi ele, foram uns *alemães*:

N: Lá foi construído num foi pelo Corumbita não, foi pelos alemão.

M: Pois é, mas diz que a Jacobina foi feita por escravos...

N: Foi feita por escravos, mas na unha dos alemão.

Quem contou para D. Neném foi o seu avô Seu Elói. Ela nasceu em 1936 na Jacobina e foi criada pelos avós. A casa não existe mais, como pude confirmar em conversa por telefone com funcionária dos atuais proprietários do lugar, os Roriz,⁸¹ que agora tem o nome de Agropecuária Palma. Mas Seu Modesto, e mais para o final da entrevista, D. Neném, com a força das suas memórias, trouxeram a Jacobina para dentro da cozinha onde estávamos. Seu Modesto descreve a casa da Fazenda, que pelas datas que levantamos já devia ter mais de 100 anos quando veio parar nas mãos do Seu Elói, como sendo “a coisa mais linda do mundo”. Dizendo ele, a casa tinha: “[...] aqueles teião de aroeira, aquela tabuona, [...]. As portas, cada portona pesada, de duas abas. Cada pau dessa grossura, os caibros lá”.

Eu quis saber onde é que eles garimpavam e ele relata: “No terreno lá mesmo tinha garimpo. Lá perto de Luziânia, prá cá, tinha. Na beira do Rio Santa Maria, tinha muitos garimpo lá. Aqueles buracão lá, lá ainda existe muito buracão, até hoje ainda existe lá”.

Eu comento, repetindo Bertran (2000), que com o sucesso do ouro Luziânia foi “lá em cima, no estado de Goiás” e quando o ouro acabou, eles foram embora e que “aí teve a decadência”. Mas me surpreendo mais uma vez com as memórias do Seu Modesto: “Foi. Aí é, uns foi embora, outros ficô aí, foi lá prá Fazenda Mesquita. Ainda existe lá esses negros até hoje lá, na Fazenda Mesquita”.

⁸⁰ Segundo consta em Joseph de Mello Álvares (1978, p. 114), primeiro livro a tratar da História de Santa Luzia (O semanário onde os artigos circularam pela primeira vez é de 1910), a família Meireles é uma das mais antigas e numerosas do Planalto.

⁸¹ A família Roriz é outra das famílias notáveis de Santa Luzia, referida tanto por Joseph de Mello Álvares (1978) quanto por Paulo Bertran (2000).

Fazenda Mesquita? Novamente a Fazenda Mesquita! Eu pergunto, usando parte do que ele acabava de dizer, se os negros da Jacobina foram para a Fazenda Mesquita e ele confirma: “Foi”. Comento que eles são Pereira Braga e pergunto se ele sabia. Ele responde que sim, sabia: “É, tem um mucado que é Pereira Braga. Até um que trabaió uns tempo aqui. Nêgo trabaidô, mas gostava de uns... (indica com a mão um copo indo até à boca). Lá tem uns Pereira Braga mesmo [...] [Esse Antônio] veio tirá umas lenhas lá na Jacobina lá, ajudando um outro lá. E aí nós chamô ele prá cá e ele veio” (Modesto).

Enquanto a avó de D. Neném, D. Rita, viveu, o Seu Modesto e a D. Neném ficaram lá e cá nas duas propriedades, a Fazenda Jacobina e a Fazenda Lagoinha. Quis saber a distância que separava uma fazenda da outra, pois hoje em dia só existe estrada para carros automotores que não transitavam por estas paragens na época. Ele explica que pela estrada antiga tinha uns 24 quilômetros: “Que era um pulo era. Nós levava gado lá, ia tocando o gado, chegava lá, trazia outra moita de gado. No mesmo dia nós fazia isso”.

A viagem era encurtada por causa de uma ponte de madeira sobre o rio Alagado, o último afluente do Corumbá, já próximo de onde foi construído o muro da barragem para dar origem à UHE Corumbá IV, que afetou todo o sistema de rios da região. Construíram uma outra ponte, mas segundo Seu Modesto esta “fica muito lá em cima”.

Todas estas informações trazidas por Seu Modesto me asseguram de que a Fazenda Mesquita mencionada por ele é o Mesquita anteriormente citado por Seu Osmar e Dona Jovina. Com a afirmação dele de que os escravos da Jacobina que foram para lá eram Pereira Braga, vejo que a investigação da origem dos Pereira Braga da Pontezinha está atrelada ao estudo do destino dos escravos depois da decadência do garimpo em Santa Luzia e à história da Fazenda Jacobina como fazenda de escravos que trabalhavam na mineração.

Perguntei então ao Seu Modesto a distância da Fazenda Jacobina à Fazenda Mesquita se pela estrada antiga era longe ou perto. Ele disse que era longe, que era uns 50 quilômetros de distância, mas que dava bem para ir a cavalo: “Já fui lá. É igual Santa Rosa, lá a Mesquita. É um corgo e as casinhas d’êis na beira do corgo, até em baixo. É tudo a mesma coisa”. E acrescentou: “Lá tudo é preto. Se tivé um branco lá é porque mudou prá lá, mas os que criou lá é tudo preto”.

Ainda sobre os escravos que ficaram “prá trás” ou no dizer de Osmar “perdidos nessa história”, Seu Modesto acrescenta que “êis era muitos” e que lá em Luziânia também tinha escravos. Eu observo que certamente os escravos em Luziânia estavam envolvidos em outras atividades, como o comércio, o trabalho nas residências das famílias. Ele diz que não, que tinha

garimpo lá prós lados de Luziânia também, pois “lá era ponto de garimpo”. Ora, difícil imaginar uma cidade como a Luziânia de hoje sendo “ponto de garimpo”. Foi preciso me projetar no tempo ao qual ele se refere para ver que é isso mesmo, pois, além da rua que subia até a Igreja do Rosário construída em 1769, e lembrando que o auge do garimpo foi nos anos 1773, o que dominava o cenário era o Rio Vermelho e seus afluentes, onde os escravos garimpavam e moravam nas suas margens. Hoje em dia mal dá para enxergar o rio em uma das entradas da cidade, a que dá para a BR 040.

Enfim, o que conta Seu Modesto dos escravos negros é que após a decadência do garimpo do ouro na região de Santa Luzia “uns foi embora, outros eis levô prá essa Fazenda Mesquita, tá lá até hoje”. Eu quis saber então do que é que eles podiam viver lá. Foram cultivar o quê? Foram viver da cana, do gado, do quê? “Tem que tê uma coisa, uma renda, uma renda”, insisti. E mais uma vez o meu interlocutor me surpreende com as suas respostas diretas: “Marmelo. Eles foram fazê marmelada. Êis faz até hoje, êis”. E completa contando que o Antônio que veio trabalhar com eles na Fazenda Lagoinha “fazia um doce de marmelo bom só vendo”.

Já os Pereira Braga da Pontezinha também fazem marmelada, mas em pequena quantidade, somente para consumo próprio. Como veremos em outro capítulo, eles se dedicam a outras atividades.

Depois que terminou o seu trabalho na queijeira, D. Neném voltou para a cozinha e enquanto terminava de “ajeitar” o almoço participou da conversa. Eu expliquei novamente o meu trabalho e perguntei a ela se ela sabia de onde tinham vindo os Pereira Braga da Pontezinha. Ela disse que os conhecia desde menina, pois eles “pousaram” muitas vezes na Jacobina. E os nomes que ela se lembra dos que passavam por lá na viagem para Luziânia eram os da 1ª geração dos Pereira Braga já nascidos na Pontezinha: Daniel Rosa, Luís Rosa, Mitõe, Joaquim Braguinha, Romualdo.

Claro, eles se lembravam dos mais velhos, dos já falecidos. Hoje a Jacobina nem é mais do “Elói” e nem é mais “ponto de pouso”. Como mostro em outro capítulo, a “viagem” a Luziânia demorava uma semana, com duas paradas para dormir, uma no “Elói” e outra no Palmital. Eram três dias para ir e três para voltar. D. Neném contou ainda que quando iam para os casamentos na cidade (para eles “rua”), era uma festa, com muita gente, muitos biscoitos e que a sua família era convidada a comer junto com eles.

Mas como chegar à Jacobina a pé ou a cavalo vindo da Pontezinha? Seu Modesto me explica que era possível sim, ir da Pontezinha, onde estão atualmente os Pereira Braga, objeto

da presente monografia, à Jacobina. Nem precisava ir até Santa Rosa, onde tinha uma ponte, pois dava para ir de lá mesmo, “por dentro” (para uma ideia da localização geográfica da Pontezinha em relação à de Santa Rosa).

V: “Saindo daqui - eu me referia à Pontezinha - ia dá lá na Jacobina?”.

M: “Ía dá na Lagoinha (ver nota 1), depois pegava a estrada nossa lá” - Ele se refere aos triéiros por onde levava e trazia o gado.

Ora, se existia de fato “um caminho por dentro”, encurtando a distância entre a Jacobina e a Pontezinha, e admitindo a presença de escravos Pereira Braga entre os que garimpavam “na unha dos alemão” uma hipótese plausível é de que eles são descendentes dos escravos que trabalhavam na Fazenda Jacobina, e que, uma vez libertos, tomaram o rumo da Pontezinha ou da Fazenda Mesquita, ou ainda um e outro!

Antes da UHE Corumbá IV, portanto até o ano 2001, existiam na região duas pontes de madeira sobre o Rio Descoberto, uma logo depois de Santo André (já encostado na BR 060), que dava na Quarta Feira e em seguida na Lagoinha; a outra ficava mais longe da BR 060, localizada na travessia de Santa Rosa para a sede da Fazenda Lagoinha, onde Seu Abel Pereira morou e criou os seus filhos, ponte também de madeira, menos imponente do que a primeira, mas igualmente muito segura. Para a pessoa que chega atualmente à região, é difícil imaginar que alguém possa chegar a pé da Pontezinha à Lagoinha e daí à Fazenda Lagoinha mais adiante e muito menos à Jacobina (atual Agropecuária Palma). Ainda mais que essas duas pontes foram submersas pelas águas após a barragem do Corumbá!

Atualmente só existem duas possibilidades para atravessar o rio: ou pela estrada nova, que aproveita um trecho da BR 060 e a ponte de concreto na BR sobre o Rio Descoberto e logo em seguida vira à direita na estrada de chão já do outro lado do Rio; a outra é a travessia do lago por lancha a motor, ou barco a remo, nos pontos mais estreitos. É importante ressaltar também que todos os vaus do rio que permitiam a passagem de pessoas e animais na época da seca foram submersos pela água desse lago. Mas ainda assim posso imaginar o cenário no tempo da ocupação da Pontezinha pelos Pereira Braga no final do século XVIII, tal que reconstruído pelas memórias de Seu Modesto e Dona Neném: as trilhas estavam em pleno funcionamento e as pessoas transitavam a pé, a cavalo e em carros de bois da Pontezinha para a Jacobina e daí até Luziânia e vice versa.

E só me resta concluir que qualquer uma das versões trazidas pelos meus interlocutores sobre a origem dos Pereira Braga da Pontezinha é procedente e faz sentido. Além disso, temos também o *espaço âncora de memória*⁸² da Fazenda Jacobina, trazido por eles, onde era utilizado o trabalho escravo, e que posteriormente foi ponto de pouso na Estrada Real do Nascente, sendo utilizado não só pelos Pereira Braga da Pontezinha, mas também pelos Pereira Braga do Mesquita, nas idas e vindas a Luziânia, reforçando a hipótese de que os dois grupos têm a mesma origem.

4. Os Pereira Braga do Povoado do Mesquita

Segundo consta do processo do Ministério Público referente à representação que solicita a legalização das terras ocupadas pelos quilombolas do Mesquita, a área pretendida foi adquirida em 27 de janeiro de 1855 por Delfino Pereira Braga, à época tesoureiro da Igreja do Rosário de Santa Luzia, por compra feita a Delfino Machado.⁸³ Mas existe também no processo outra versão, a de que “duas irmãs escravas” teriam ganhado a Fazenda, que possuía 761 hectares, por doação de João Mesquita, entre 1800-1840.

Já Suelen Gonçalves dos Anjos (2006) relata que as fundadoras da comunidade foram “três mulheres negras forras”, que receberam as terras como doação de seu antigo senhor, “um certo Mesquita”. Lá elas se fixaram e constituíram as suas famílias. A autora afirma ainda que “formado há 150 anos, por uma população quase que totalmente negra, o Arraial do Mesquita comporta descendentes dos escravos trazidos na época da mineração para a antiga cidade de Santa Luzia, hoje Luziânia” (Gonçalves dos Anjos, 2006, p. 108).

A autora faz também uma referência à religiosidade no Povoado Mesquita. A Folia de Reis representa o ciclo da Santíssima Trindade. Os cavaleiros da folia saem num “giro”, e as mulheres são as responsáveis pela festa, um jantar que é um verdadeiro banquete, e pelo pouso. A folia reflete então a divisão de gêneros na comunidade. Uma outra celebração religiosa importante no Povoado é a da Folia de Nossa Senhora da Abadia, nos mesmos moldes que a Folia de Reis. Outra tradição preservada pelos quilombolas do Mesquita é a prática da cura

⁸² Woortmann (1998) e Plínio dos Santos (2013).

⁸³ Como pode ser conferido na Certidão nº004/2010 do Registro Paroquial das terras da Pontezinha do Mato Grande no nome de Seu Manoel de Souza Lima, o escrivão que fez o registro foi o Padre Simeão Estylita Lopes Zedes e o Vigário *Delfino Machado de Far.*. Como os dois registros foram feitos com a diferença de dois anos, 1855 e 1857, é possível que o vigário Delfino Machado do documento referido acima fosse a mesma pessoa que assinou o registro em nome de Seu Manoel.

pelas plantas e pela benzeção. A benzedeira pode curar doenças de todos os tipos, inclusive mau-olhado, vento caído de criança e livrar de encosto (Gonçalves dos Anjos, 2006).

São famosos e distribuídos em vários estados brasileiros os doces produzidos no Mesquita como a marmelada e a goiabada. Produzem também farinha e hortaliças de modo geral.

Como vimos, nesse e nos itens anteriores referentes às origens dos Pereira Braga, indica a possibilidade de uma origem como para a comunidade que prosseguiu fazendo a sua história no Mesquita e a que se instalou na Pontezinha para desenvolver um “projeto camponês” (Plínio dos Santos, 2013).

Referência bibliográficas do Anexo I

ÁLVARES, J. de M. **História de Santa Luzia**. Brasília: Gráfica e Editora Independência, 1978.

GONÇALVES DOS ANJOS, S. 2006. “Cultura e Tradições Negras no Mesquita: um estudo da matrifocalidade numa comunidade remanescente de quilombo”. FACIS, v. 1, n. 1-6. UniCEUB. Brasília.


BERTRAN, P. **História da Terra e do Homem no Planalto Central – Eco história do Distrito Federal do indígena ao Colonizador**. Brasília: Verano Editora e Comunicação Ltda, 2000.

BOAVENTURA, D M. R. **Urbanização em Goiás no Século XVIII**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PLÍNIO DOS SANTOS, C. A. B. “Tia Eva: trajetória de vida de uma ex escrava doceira”. **Habitus**, Goiânia, v.11, n. 1, p. 37-52, 2013.

WOORTMANN, E. Homens de hoje, mulheres de ontem: gênero e memória no seringal. *In*: FREITAS, C. (org.). SEMINÁRIO DE ANTROPOLOGIA DA UCG, 1.,1998, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: Editora UCG, 1998.

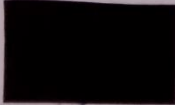
ANEXO II - Cópia do Registro Paroquial N° 52 de 1857

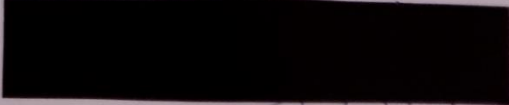

 ESTADO DE GOIÁS
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 PROCURADORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DO MEIO AMBIENTE

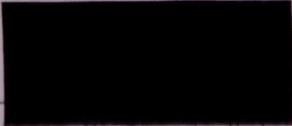
CERTIDÃO N° 004 /2010 - 1ª Via

Freguesia da Villa de Santa Luzia - Província de Goiás

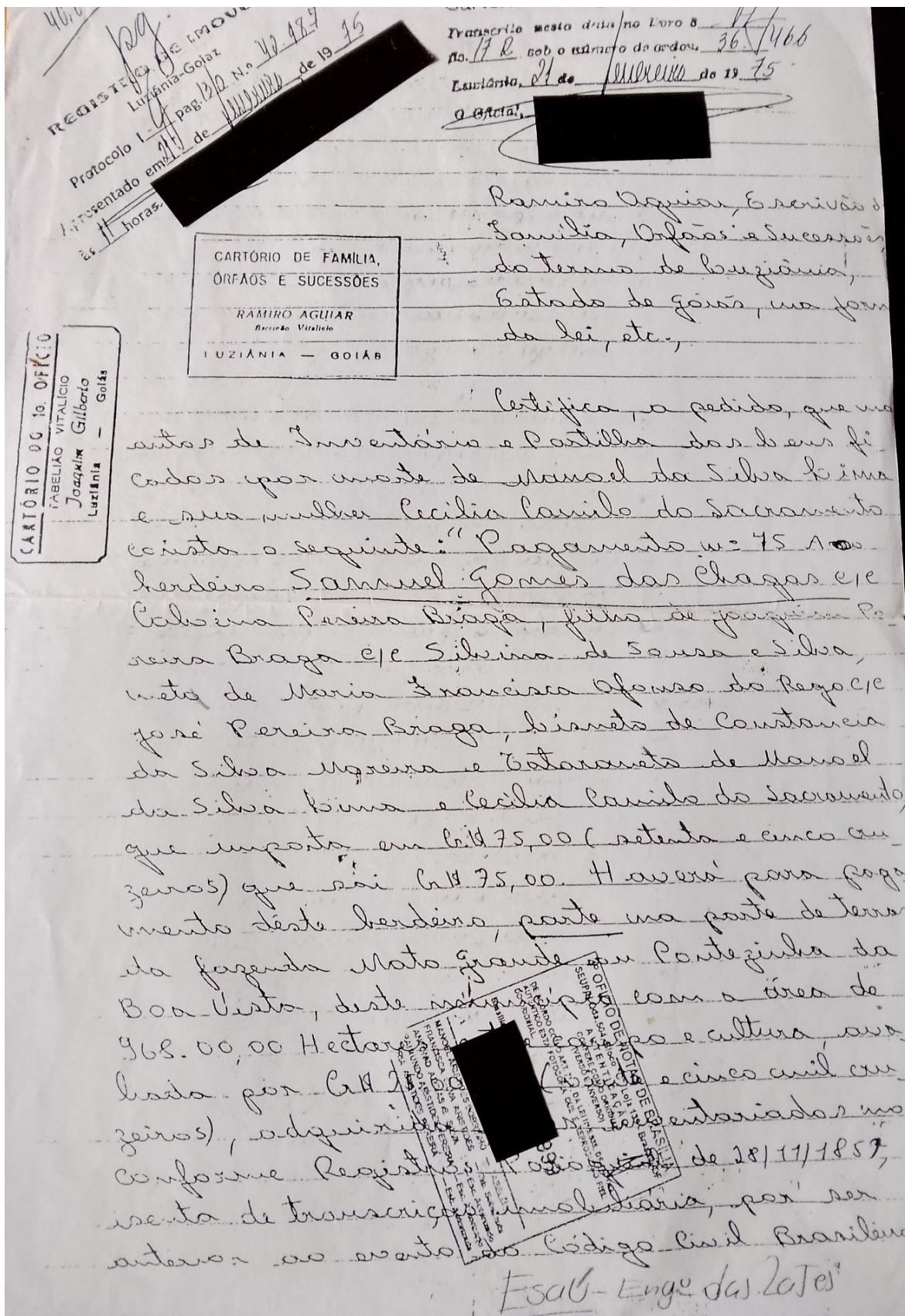
Em cumprimento ao Despacho de fls.03v° da Exma Srª. Drª. Beatriz de Melo Martins Vieira, Procuradora do Estado, Chefe da Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente, exarado no processo n° 201000003002422/10, em que Emilianne El Aro Pimenta, brasileira, solteira, professora, portadora do CPF n° 505.535.501-87, RG n° 105.6278, residente na Av. Afonso Pena n° T3-1001 Qd. A Lt. 1 a 13, Vila Bela, Goiânia - Goiás, CEP 74.000, fone: 62-3278-0442 - 8153-4224; requer expedição da certidão do registro paroquial de número 52 denominado Mato Grande do Município de Luziânia Goiás. CERTIFICAMOS que revendo os livros de registros paroquiais, em nosso poder encontramos o livro findo de lançamentos dos registros de terras possuídas referente a Freguesia de Santa Luzia, aberto conforme Regulamento de 30 de janeiro de 1.854, arquivado sob o n° 20 e nele às folhas 19 verso, o **Registro Paroquial de n° 52 denominado Matto Grande**, como segue: "N°52 - Declaração que faz Manoel da Silva Lima, de humas terras que possui no Município desta Villa de Santa Luzia, para ser registrada conforme determina o Regulamento de 30 de Janeiro de 1.854. O abaixo assignado possui um Citio no lugar denominado o Matto grande, distante desta Villa oito legoas, contendo o dito Citio terras de cultura e Campos de criar, cujo ohouve por Compra que fez a seo filho Pyo da Silva Moreira, desde 30 de Maio de 1855; de cuja compra tem titulos Sizados competentemente, sendo as divissoens as seguintes pela parte do nascente divisa-se com terras de Antonio Joaquim, pelo poente ate o espigão das arêas com terras de Maria daConceição, pelo Norte te a estrada real com terras de Joaquim Pereira de Sousa, pelo Sul com Gabriel detal, e Manoel Teixeira; tendo de extenção de nascente apoente tres quartos de legoa, e de Norte aSul legoas e meia. Villa de Santa Luzia 28 de Novembro del.857 = Arogo de Manoel da Silva Lima João Lopes Zedes. Eu Padre Simeão Estylita Lopes Zedes escrivão dos Registros que escrevi nesta Villa deSanta Luzia aos 2 de Dezembro de 1857. O Vig^o Delfino Machado de Far.^o". Nada mais à certificar dos aludidos assentamentos nos reportamos em vista do que foi requerido, Eu Wisner que copiei, dato e subscrevo a presente CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR, expedida pelo Serviço de Agrimensura/PPMA, que vai ao final assinada pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado e pela Procuradora Chefe da Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente, em Goiânia-GO, 31 de março de 2010 (31/03/2010).

 Wisner Divino de Sá
 Agrimensor - Crea 1446-TD-GO

 Beatriz de Melo Martins Vieira
 Procuradora - Chefe

 Anderson Maximo de Holanda

ANEXO IIIa – Imagem do documento da partilha contemplando Calvina Pereira Braga e Samuel Gomes, primeira página



ANEXO IIIb – Imagem da segunda página do documento de partilha contemplando Calvina Pereira Braga e Samuel Gomes

dentro dos seguintes limites e confrontações: ao
 meio um morro Quebra Longa, um dos
 da fazenda Cajundó e Santo André, um parte
 sul segue pela antiga estrada real, passando
 pelo bucairão do estreito e seguindo pelo as-
 [redacted] até a antiga parte da Pinquela, um
 descoberto, dividindo nesta extensão, com
 a fazenda Santo André seguindo pelo refe-
 rido rio Descoberto abaixo veio d'água até
 a barra do córrego Campo Limpo, dividindo
 nesta extensão com a fazenda Bagoenda,
 registrada por Joaquim Gomes dos Santos
 vindo pelo referido córrego acima, veio d'água
 até as suas cabeceiras e continuando
 o chapadão, dividindo nesta extensão
 com a fazenda Santa Rosa, desta parte
 segue pela antiga estrada no dia
 até o morro Quebra Longa, ponto de part
 dividindo nesta extensão com a fazenda
 (digo) Cajundó, e contendo dita parte a área
 de mais ou menos 2.90,40 Hectares entre cam-
 po e cultura, a quitância de R\$ 7500 (setenta e
 cinco cruzados) que sai R\$ 75,00. Inscrita em
 nº: 931071000442. Certifica mais que o Juiz
 tário de Manoel da Silva Lima está julgado
 por sentença, que passou em julgado, proferida
 em dezesseis de abril de mil novecentos e
 setenta e quatro, pelo MM. juiz de Direito da
 1ª Jora D. Renato de Macedo Carvalho: é
 o que consta e do fe. eu, [redacted] Juiz
 Religião a [redacted] Juiz de Direito
 Brasília, 26 de dezembro de 1971.
 Manoel da Silva Lima

OFICIO DE NO
 DEL. 17-VAL...
 WALTER JOÃO DE CARVALHO
 M...
 De...
 esta foto...
 25-07-1970
 2410

Ass
 Pagou
 Local

ANEXO IV – Imagem da portaria nº 90 de 1990 do IBAMA que cria a RPPN João de Barro na área rural do Município de Santo Antônio do Descoberto, Goiás

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 90 /99-N, DE 15 DE OUTUBRO DE 1999.

A PRESIDENTE, DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 17 inciso VII da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto 3.059 de 14 de maio de 1999, no art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 445/CM/89, de 16 de agosto de 1987, e tendo em vista as disposições do Decreto nº 1.922, publicado no D.O.U. de 07 de junho de 1996;

Considerando o que consta do Processo nº 02001.000978/99-73, RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer, mediante registro, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, de interesse público, e em caráter de perpetuidade, a área de 2,9 ha (dois hectares e nove centiares) na forma descrita no referido processo, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado: FAZENDA MATO GRANDE OU PONTEZINHA DA BOA VISTA, RPPN João de Barro, situada no Município Santo Antonio do Descoberto, Estado de Goiás, de propriedade de VERALUCIA PIMENTA DE MOURA, matriculado em 28/09/90, livro 2D, Fl. 140, sob o número R-1-877; registrado no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição e 1º tabelionato de notas, da comarca de Luziania no citado Estado.

Art. 2º Determinar a proprietária do imóvel o cumprimento das exigências contidas no Decreto nº 1.922, de 05 de junho de 1996, em especial no seu art. 8º, incumbindo-o de proceder a averbação do respectivo Termo de Compromisso no Registro de Imóveis competente, e dar-lhe a devida publicidade, nos termos do § 1º do art. 6º do mencionado Decreto.

Art. 3º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida, sujeitará ao infrator as sanções administrativas, sem prejuízo de responsabilidade civil e penal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a portaria IBAMA nº 048/99-N de 20 de maio de 1999.

[REDACTED]

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA

Publica no Diário Oficial 199-E
de 18.10.99 Volume 01
Página 176
Em 18 de 10 de 1999

[REDACTED]

[REDACTED]